

REALIZAÇÃO



APOIO



Zaolo: adorno cultural que mostra alegria, equilíbrio, centralidade e o belo da natureza com flexibilidade para o novo.
Foto: Rony Azoinayce Paresi



PLANO DE GESTÃO

HALITI-PARESI

TERRITÓRIO INDÍGENA HALITI-PARESI

ZAKAITSOTI ZAHEKORE
HALITINAE TAHI

HALITI-PARESI WAIKYOHERA

Foto: Rinaldo Arruda/OPAN



PLANO DE GESTÃO HALITI-PARESI



HALITI-PARESI

TERRITÓRIO INDÍGENA
HALITI-PARESI

ZAKAITSOTI ZAHEKORE
HALITINAE TAHI

HALITI-PARESI WAIKYOHERA



MATO GROSSO – BRASIL • 2019





*Ponte de Pedra, local de origem Haliti.
Terra Indígena Ponte de Pedra. Foto: Antônio Garcia*

AUTORIA

Povo Haliti-Paresi

ASSOCIAÇÃO WAYMARE

Gestão 2015-2018

Tarcilo Zomoizokae Parecis
Paulo Sérgio Axokemae

Gestão 2019-2022

Paulo Zenazokemae
Pedro Kezowe

ASSOCIAÇÃO HALITINÃ

Gestão 2014-2017

Ivânio Zekezokemae
João Batista Zokaizomae

Gestão 2018-2021

Ivaldo Pareci
Tereza Cristina Kezonazokero

COORDENADORES INDÍGENAS

Genilson André Kezomae
Adilson Muzuiwane
Aristides Onezokemae

Revisão na língua Haliti:

Rony Walter Azoinayce Paresi
Ângelo Kezomae
Nilce Zonizokemairo
Tereza Cristina Kezonazokero
Valdirene Avelino Zakenaezokerô
Pedro Nazokemai
Lino Zokenazokae
Pedro Kezowe
Wellington Kezowe
Sidnei Marcos Zunizokae
Gilmar Koloizomae
Genilson André Kezomae
Paulo Zenazokemae

APOIO

FUNAI

Carlos Márcio Vieiras Barros - AT/CR
Joelson Avelino Kenizokemaec - CTL/C.N. Parecis

TNC

Hélcio Souza – Coordenador Programa Indígena

ELABORAÇÃO

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO

Fabiano Rodrigues da Matta
Rinaldo Sérgio Vieira Arruda
Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Giovanny Fabio Stephanes Vera

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Fabiano Rodrigues da Matta

CONSULTORIA ANTROPOLÓGICA

Rinaldo Sérgio Vieira Arruda

CONSULTORIA AMBIENTAL E MAPAS

Marcelino Soyinka Santos Dantas

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA MT OPAN

Artema Lima

COORDENAÇÃO EXECUTIVA OPAN

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Vinícius Benites Alves

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Lucas Rampazzo
Olivia Ferraz de Almeida

PLANO DE GESTÃO HALITI-PARESI

TERRITÓRIO INDÍGENA HALITI-PARESI

HALITI-PARESI WAIKYOHERA

Mato Grosso – Brasil
2019

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

Av. Ipiranga, 97, Bairro Goiabeiras • Cuiabá – MT, CEP 78032-035

Telefone: 55 (65) 3322-2980 • comunicacao@amazonianativa.org.br • www.amazonianativa.org.br

ISBN 978-85-67133-23-2



9 788567 133232

SUMÁRIO

O POVO HALITI	8
LÍNGUA	9
HISTÓRIA E TERRITÓRIO TRADICIONAL	10
Território, ambiente e vida	38
Etnomapeamento Haliti	54
Terras indígenas	66
Organização política, social e cultural	114
Saúde	137
Educação	140
Economia	146
PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL HALITI-PARESI	155
Mensagem Haliti	202
Bibliografia	208



Hati, casa tradicional Haliti. Fotos: 1. Rinaldo Arruda/OPAN e 2. Marcelino Dantas/OPAN

O POVO HALITI

O povo **Haliti-Paresi** vive desde tempos imemoriais numa grande região no divisor das águas das bacias do rio Amazonas e do rio Paraguai, dominando as cabeceiras de seus mais distantes afluentes, no extenso planalto que, desde 1700, os colonizadores *mahalihyarenae* (os não indígenas) identificaram com seu nome: a Chapada dos Parecis.

Nessa região de cerrado suas aldeias se distribuíam desde o rio Arinos e cabeceiras do rio Paraguai até as cabeceiras dos rios Guaporé e Juruena. Nos limites norte se estendiam até a confluência do rio Sacre com o Papagaio e ao sul até as cabeceiras dos formadores da bacia do Paraguai.

Ficaram conhecidos como “Parecis” mas a autodenominação é Haliti e na ortografia atual se usa Haliti-Paresi (o ser humano verdadeiro).

Dividiam-se por grupos endogâmicos (os casamentos ocorriam somente no interior de cada grupo), cada qual com seu território específico. Até o início de seu envolvimento pela expansão dos *imuti* (não índios) na sua região, a partir dos anos de 1600, foram registrados cinco subgrupos: **Katxiniti**, **Waymare**, **Kozarene**, **Warere** e **Kawali**. Nos dias atuais, há representantes dos subgrupos **Kozarene**, **Waymare**, **Katxiniti**, **Warere**, **Kahete** e **Enomaniyere**, este último não registrado na bibliografia histórica sobre os Haliti, mas com inúmeros representantes atuais. O subgrupo **Kawali** foi extinto devido à invasão do território, por assassinatos e doenças. Também diminuiu radicalmente a população dos outros subgrupos.



Cacique Narciso Kazozaice e sua esposa Dona Inês, aldeia Quatro Cachoeiras. Foto: Fabiano da Matta/OPAN



Txifidya, da aldeia Ilyaotse. Foto: Rinaldo Arruda/OPAN

LÍNGUA ZAKOTI

O povo Haliti-Paresi tem sua língua pertencente à família linguística Aruak. Os falantes da família Aruak já povoavam a América do Sul e Central há pelo menos 3.000 anos. Suas línguas são faladas em grande parte do território da América Latina, desde as montanhas centrais da Cordilheira dos Andes no Peru e na Bolívia, atravessando a planície amazônica, ao sul, em direção ao Brasil Central e Paraguai e, ao norte, em países da costa norte da América do Sul, como o Suriname, a Guiana e a Venezuela.

No Brasil atual, os falantes de línguas Aruak se encontram distribuídos desde a divisa com as Guianas até o estado de São Paulo. No estado de Mato Grosso seus parentes linguísticos são os Enawene Nawe, que habitam a região entre o rio Juruena e a Serra do Norte; os Waurá, os Mehinako e os Yawalapiti do Alto Xingu e os Terena da Terra Indígena Gleba Iriri.



A HISTÓRIA DOS

HALITI-PARESI E DE SEU TERRITÓRIO TRADICIONAL

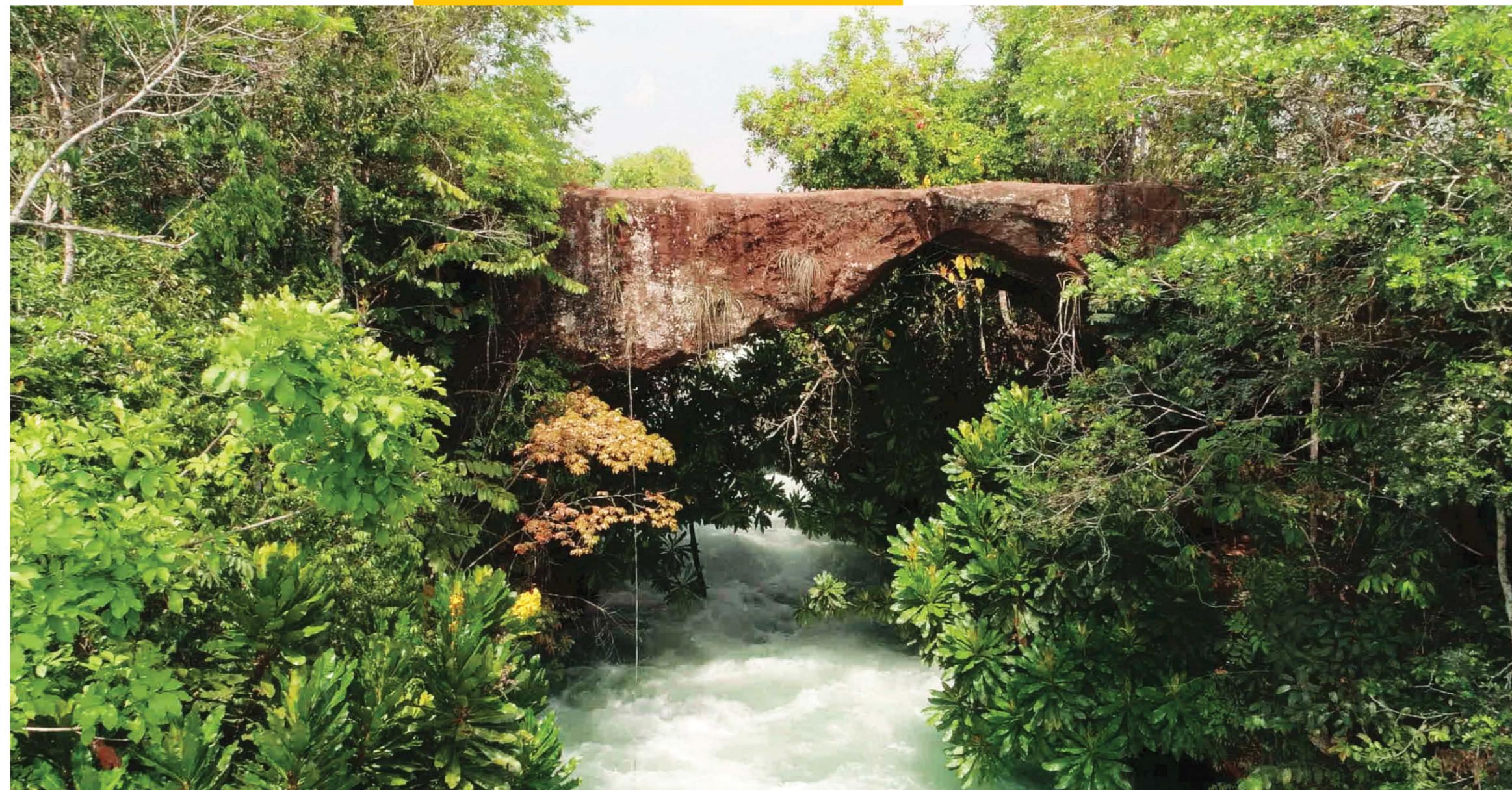
HALITINAE TAHIAKAHARE, KINYOHALITINAE EWAIKYOHERAHA

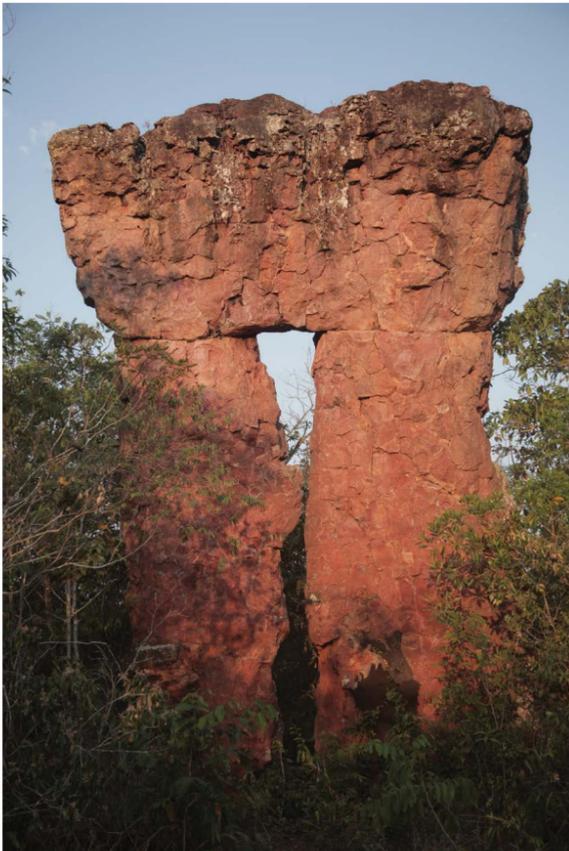
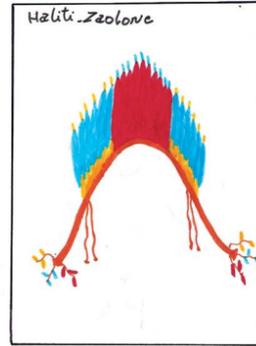
A história dos **Haliti** é a referência central de sua identidade, organização sociocultural e territorialidade.

Sua história se inicia quando um grupo de irmãos saiu do interior de um rochedo, por uma fenda aberta por **TOA-KAIHYORE- ENOHARETSE, ENORE** (o criador e deus do raio) no local denominado *Kinyohaliti hikyoneakota hakanokoah-arenae kakwa*, a Ponte de Pedra, formação natural existente no rio *Sucuriu-winya*, afluente do rio Arinos. Ao sair através de uma fenda do rochedo onde viviam, descobriram o mundo externo e todos os rios, animais terrestres, pássaros, árvores e lugares, que já existiam mas ainda não tinham nome. Depois do povo de *Wazare*, saíram os povos de seus irmãos *Zaloya, Zaolore, Kamazo, Tahoe, Kono, Kamaihiye, Zakalo, Nare* e muitos outros, inclusive o povo de *Koitihyore*, avô dos não índios, chamados até hoje de *mahalitihyarenae-imuti*.

Wazare, o irmão mais velho, nomeou todas as coisas, orientou a saída dos outros, distribuindo cada irmão pelas cabeceiras dos rios da região, definindo assim seus respectivos territórios. A música e a primeira das *Iyamaka* (flautas sagradas) também saíram da fenda da pedra com o povo de *Nare*, um dos irmãos mais novos de *Wazare* e o último dos *Kinyohaliti* (ancestral) a sair. *Nare* e sua gente vieram dançando, cantando e tocando a flauta de pã, chamada *Zero*. Outras flautas sagradas vieram de *Kalaetewe*, o grande senhor das flautas aquáticas e chefe dos homens-da-água.

Ponte de Pedra.
Foto: Antônio Garcia





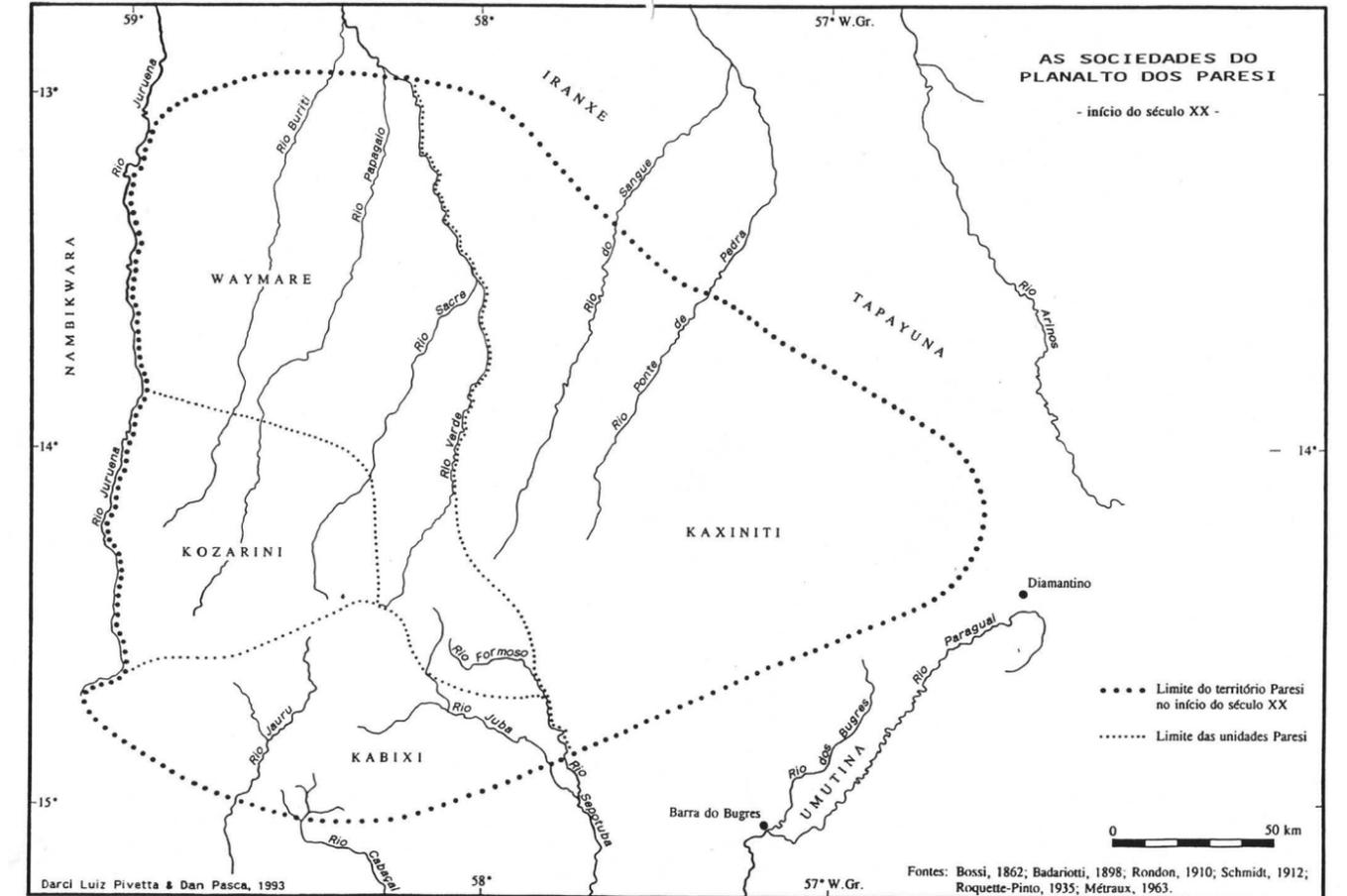
Cidade de Pedra, Terra Indígena Ponte de Pedra.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN

Kamaihiye, irmão mais novo de *Wazare*, um grande adivinho (*otyahaliti*), é quem olha pelas flautas, cuida e observa se a gente-do-seco está cuidando bem das *Iyamaka*, fazendo rezas e oferendas. Por isso, além dos donos espirituais, as flautas têm seus donos humanos. Estes donos de flauta (*zetati waikyate*) vêm de uma linhagem de donos de flauta. Os donos de flauta devem zelar pelas relações de aliança com *Kamaihiye* fazendo com que as *Iyamaka* bem tratadas com rezas, alimentadas com oferendas, bem servidas de chicha e bem cuidadas materialmente. Caso isso não ocorra, são lançados perigos para a família e para o povo Haliti-Paresi.

Quando saíram pela fenda da pedra os irmãos eram peludos, possuíam rabos, dentes compridos e membranas entre os dedos dos pés e das mãos, estavam entre a forma animal e a humana. Através de acontecimentos diversos e gradativos, com o auxílio de seres do mundo animal como a cutia, a mutuca, a formiga, seus corpos foram sendo moldados até que atingiram a forma Haliti (humanos), tornando-os aptos a manter relações sexuais e procriar. A partir daí, *Wazare* e seus irmãos (*Kamazo*, *Zaolore*, *Kono*, *Tahoe*, *Kamaihiye*, *Zakalo*, *Nare* e *Zaloya*) casaram-se com as filhas de *Atyahitsonero* (o rei das árvores).

Elas também não estavam completas: utilizando-se do dente de paca os homens então modelaram vaginas nas mulheres. As mulheres, por sua vez, ordenaram às mutucas que modificassem os órgãos sexuais masculino e feminino, para adequá-los uns aos outros.

Os irmãos *Zakalo* e *Zaloya* eram casados com uma mesma mulher e são os ancestrais dos *Waymare*. Para *Zakalo*, *Wazare* entregou a cabeceira do *Malate-winya* (rio Três Jacus) (malate = jacu); a cabeceira da Lagoa Rasa (*Natokwa*) que foi chamada de *Kalana-winya* (kalana = buritirana) e a cabeceira do *Aihyanaza* (rio Água Verde). Para *Zaloya* foi entregue a cabeceira da Varzearia, chamada *Kanoti-winya*.



Para seu irmão *Zaolore*, ancestral do subgrupo *Katxiniti*, foi destinado o território que vai do *Zotyahali-winya* (rio do Sangue) até a cabeceira da *Wazolhatya* (córrego Cágado). A ele também *Wazare* entregou a *Ahoza-winya* (cabeceira do lobo) e a *Tolomare sewe* (cabeceira do pica-pau de cabeça vermelha) no rio *Kawi inaza* (rio Parecis), afluente do rio Arinos.

Os *Kozarene*, filhos de *Kamazo*, por sua vez, foram encaminhados para a região no divisor de águas dos rios Juba, Cabaçal, Jauru, Guaporé, Buriti e Juruena. Os irmãos *Kamaihiye* e *Wazare* não deixaram filhos.

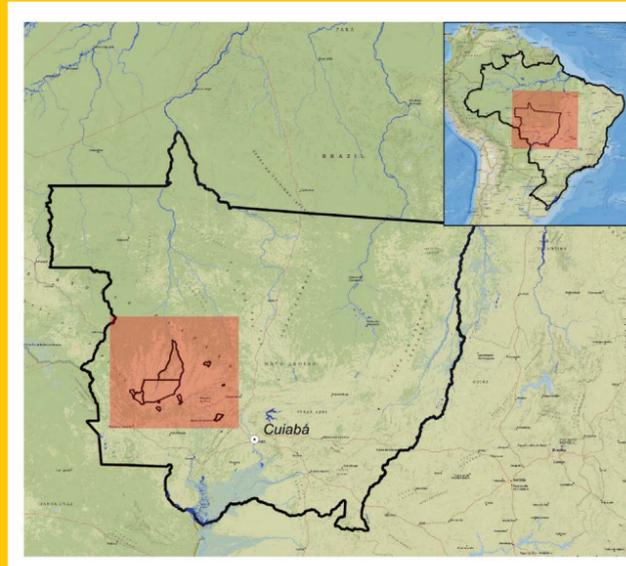
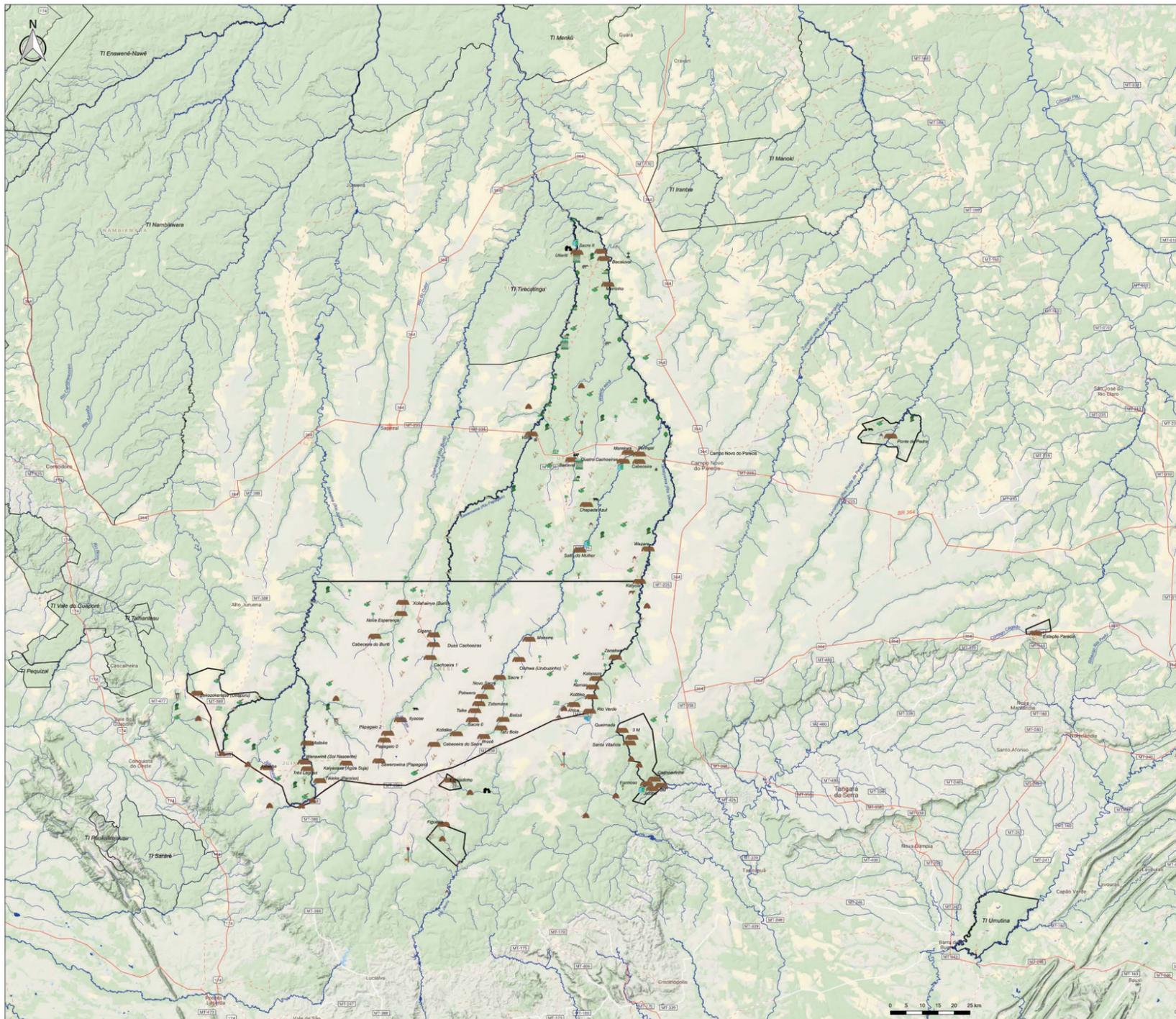
Wazare, em seguida, voltou para seu mundo de origem, através da fenda por onde tinha saído na Ponte de Pedra; de lá ele zela por seus irmãos e seus descendentes. Assim,

Wazare, ao distribuir o território entre os irmãos, evitou a competição pelos recursos naturais entre eles e entre seus filhos, adaptando-os assim a locais específicos.

Como seus descendentes eram filhos de um grupo de irmãos, o casamento era desaconselhado entre seus filhos, estabelecendo-se a endogamia dos grupos. A integração desses subgrupos se dava nos rituais, no confronto com outros povos indígenas e regionais e na troca ou comércio. Entretanto, no processo do contato, muitos grupos locais migraram, perdendo, inclusive, territórios originais. Atualmente, as regras de casamento sofreram alterações, admitindo uniões entre membros de subgrupos distintos, com filiação determinada pela linha paterna.

WAIKYOHE FETALAKWA HALITI-PARESI

Etnomapeamento Haliti-Paresi
Aproximação do território tradicional Haliti-Paresi



Etnomapeamento do povo Haliti-Paresi
Terras Indígenas: 09
Área total (Funai): 1.118.918,57 ha
População: 2.186
Aldeias: 61
Fontes: Povo Haliti-Paresi, Funai, IBGE, Sesai, Aneel, Sema-MT, Inpe, Openstreetmaps.
Datum SIRGAS 2000, Projeção UTM 21 S
Setembro, 2017

Legenda

- Wenakalati (Aldeia)
- Wenakalatyatse (Aldeia antiga)
- Zawatyakalatiatse (Cemitério)
- Ozekerehareatse (Local histórico)
- Wenakalatyatse (Barraca)
- Matsene (Roça de toco)
- Atyali (Frutas)
- Txidikya (Seringal)
- Atyakotse koni (Madeira)
- Wakoly (Guariroba)
- Itsõe (Buriti)
- Kore (Flecha)
- Kore (Flecha sagrada)
- Iyamaka (Flauta sagrada)
- Waiyeze (Local Sagrado)
- Takoita zanaityaka (Criação)
- Mahã (Mel)
- Oliti (Caça)
- Oliti kolohore (Caça)
- Bowi (Gado)
- Txini (Onça)
- Kohatse (Pesca)
- Hokoza (Lagoa)
- Wamolo (Salto)
- Tsehalikwa (Extração de cascalho)
- Wahatyakalati (Direito de passagem)
- One kalozore (rios e córregos)
- Ahoti hotahare (Rodovia pavimentada)
- Ahoti waikyoherao (Estrada não pavimentada)
- Haliti waikyohera (Terra Indígena)

ENVOLVIMENTO PELA SOCIEDADE IMUTI

SÉCULO XVI

1500 A 1600

A primeira notícia sobre o sertão de Diamantino e os índios Haliti-Paresi foi dada pelo soldado português Antonio Rodrigues ao subir o rio Paraguai em 31 de maio de 1553:

“Desta cidade (está se referindo a Assunção, Paraguai) fomos mais adiante a conquistar terras e subimos mais acima 250 léguas e chegamos perto do Maranhão e das Amazonas. Chegamos aos Paraís, gente lavradora, muito amigos dos cristãos; tem um principal a quem obedecem que em sua língua chamam de Cameri. Não comem carne humana.” (Leite, 1937, p.29).

A seguinte menção aos Haliti se deu no século XVII, e a seguinte notícia, mais completa, foi já no século XVIII, quando as bandeiras paulistas que adentravam os sertões à procura de ouro e escravos indígenas – principalmente os Haliti-Paresi–, o que motivou a colonização de Mato Grosso e a fundação de suas primeiras vilas e cidades.

SÉCULO XVII

1600 A 1700

Nesse século as bandeiras alcançavam as terras dos Paresi na sua tarefa de caçar e escravizar índios:

“... as bandeiras, em vagas, se irradiaram por outros sertões em demanda de mais índios... irromperam nas terras dos Paresis e nas margens do Guaporé.... Para o seu contemporâneo, Manoel de Campos Bicudo, essas paragens não tem segredos. Por 24 vezes, repete as suas entradas ao sertão, pelo qual, entre 1670 e 1673, depois de esquadrihar todos os rincões, do Paraguay aos Parecis.” (Correa Filho, 1969, p. 43-44).

“Assim foi que antes de encerrado o século XVII... e cativaram os... e escalado o planalto, a oeste, os Paresi, na região que lhes tomou o nome”.... “Seguindo sempre na mesma direção, penetraram no Vale do Guaporé, onde anteriormente estivera Manoel Bicudo, grande preador dos índios Parecis, que lhes abriu caminho, pois suas pegadas foram seguidas pelos novos aventureiros que alcançaram o planalto dos Parecis, já devastado pelos seus predecessores.” (Enciclopédia dos Municípios, p. 216-217 apud Piveta, p. 2, apud Maudureira, p. 17).

SÉCULO XVIII

1700 A 1800

Neste século há vários documentos do rei de Portugal com menções aos Paresi, sempre destacando sua docilidade – o que os fazia presa fácil dos preadores de índios – e proibindo sua escravização e a violência contra eles, desnecessária, já que poderiam ser “facilmente domesticados com muitos princípios de civilidade.” (Citados e reproduzidos em Correa Filho, 1969 e várias menções em Holanda, 1975 e 1976).

Eram tantas as investidas contra os Paresi que D. João V e a rainha Mariana, da Áustria, sua esposa, ordenam em 1735, no item 19 das Instruções destinadas à Missão de Mato Grosso:

“Nas terras que medeiam entre o Cuiabá e o Mato Grosso, se encontrou há alguns anos a nação dos Índios Parecis mui próprios para domesticar-se com muitos princípios de civilidade... e, com sumo desprazer, soube que os sertanejos de Cuiabá não só lhes destruíam as povoações, mas que totalmente tem dissipado os meus Índios com tratamentos indignos de se praticarem por homens cristãos. Por serviço de Deus e meu, e por obrigação

de humanidade, deveis pôr o maior cuidado em que não se tornem a cometer semelhantes desordens, castigando severamente aos autores delas, e encarregando aos ministros que pela sua parte se emendem e reprimam rigorosamente tudo o que neste particular se houver feito ou ao diante se fizer contra as repetidas ordens que têm emanado nesta matéria.” (Leite, 1943, p. 216-217).

O desgaste das minas da região de Cuiabá (fundada em 1719) levou as bandeiras e monções a se aprofundarem mais nos “sertões” procurando novas minas e “gentios” para escravizar. Os Haliti-Pareci eram capturados para trabalhar nas minas, roças e servir como guias na expansão para o Oeste. Além disso, havia a preocupação em impedir um avanço espanhol sobre as minas de Mato Grosso.

Em 1718, Antonio Pires de Campos fez suas rotas pelo rio Cuiabá e continuou sua marcha para o sertão através do rio Sepotuba, atingindo o que denominou “Reino dos Paresis”, fazendo a primeira descrição desse povo:

“Naquelas dilatadas chapadas habitam os Paresis, reino mui dilatado, e todas as águas correm para o norte. É esta gente em tanta quantidade, que não se pode enumerar as suas povoações ou aldeias, muitas vezes em um dia de marcha, se lhe passam dez ou doze aldeias, e em cada uma destas tem dez até trinta casas, e nestas casas se acham algumas de trinta e até quarenta passos de largo, e são redondas do feitiço de um forno, mui altas e em cada uma destas casas, entendemos agasalhará toda uma família; estes todos vivem de suas lavouras, no que são incansáveis, e é gentio de assento, e as lavouras, em que mais se fundam são mandiocas, algum milho e feijão, batatas, muitos ananazes, e singulares e de admirável ordem plantados, de

SÉCULO XVIII 1700 A 1800

que costumam fazer seus vinhos, e usam também cercar de rio a rio o campo, entre esta cerca fazem muitos fogos, em que caçam muitos veados, emas, e outras muito mais caças; estes gentios não são guerreiros, e só se defendem, quando os procuram (...).

Este reino é tão grande e dilatado que se lhe não tem dado com o fim; é vastíssimo de gentio e muito fértil pela bondade das terras, o clima é bastante frio, a língua boa de perceber, suposto se acham muitas diferentes por corrupção, que a geral dos Paresis quase todos entendem, e sendo todos desta nação é desgraça, que não tem uma só cabeça a que todos obedçam como a rei ou cacique, mas muitos em que está dividido o governo (...)

(...) Todos os rios por donde habitam os Paresis, e todos os mais que não posso nomear correm para as águas do Grão-Pará e desta chapada indo para baixo também habitam nações que confinam com o Grão-Pará. Os do fronteiro chamam-se Poritacas, estes avizinhos com outra nação chamados Cabixis, estes vivem de andar a corso matando gente para seu sustento e com a mesma carne criam seus filhos, por cuja causa são mui temidos, e para adiante vai mais gentio e aldeias aonde não cheguei (...)” (Campos, 1862, p. 433).

Assim, a procura de ouro levou a um aumento na prática de captura e escravização indígena e de extorsão de bens alimentícios para a região de mineração.

SÉCULO XIV 1800 A 1900

Este século marca a expansão da atividade mineradora para a região de Diamantino e o início da exploração da poaia e da borracha.

A coleta da poaia ou ipecacuanha era voltada principalmente ao comércio internacional. Foram exportadas cerca de 400 toneladas de poaia para a Europa durante o século XIX. Das raízes da poaia se extraía emetina, substância utilizada principalmente na indústria farmacêutica. A extração da raiz começou no sudeste do Brasil e na segunda metade do século XIX se intensificou em Mato Grosso. Havia grande concentração da poaia nas matas dos rios Jauru, Cabaçal e Sepotuba, território tradicional dos Paresi.

A extração de borracha, por sua vez, se expandiu em Diamantino a partir de 1884 até pelo menos 1913, penetrando a rica área de seringais nos sertões dos Paresi, perseguindo e expulsando de suas terras vários grupos locais.

Desde o final do século XIX, então, os Paresi são envolvidos pelo sistema seringalista, vendendo a produção nos barracões e recebendo bens industrializados como pagamento. As relações entre seringueiros e índios foram de muita violência e certos acontecimentos são lembrados até hoje como, por exemplo, o incêndio da Aldeia Koterekô-Suê, que se tornou conhecida como Aldeia Queimada; a chacina de trabalhadores índios em Bacaval, ambos os incidentes relatados por Rondon, no seu relatório de 1915:

“ ... Aldeia Queimada, nome que ao simples enunciado fará lembrar algumas das célebres proezas oriundas do contato dos civilizados com

as hordas dos nossos ingênuos indígenas... Foram os índios Paresis, conhecedores do precioso vegetal que ensinaram, no planalto, o caminho que conduziu os exploradores da indústria seringueira. A esses valentes filhos dos chapadões coube a recompensa, pela fortuna entregue, de terem a sua principal aldeia incendiada, justamente pelo indivíduo que mais lucrará com a descoberta. Chamava-se Virgílio da Costa Marques o algoz dos pobres Paresis, aldeados em um lugar que outrora os seus principais habitantes denominavam Koterekô-suê, hoje conhecido por Aldeia Queimada. Foi esse seringueiro, primitivamente poaieiro, que incendiou a aldeia Koterekô-suê, por não satisfazerem aqueles índios os seus caprichos e cúbicas.

Foi esse mesmo homem que, mais tarde, quando a sua indústria se havia desenvolvido, dilatando-se pelo vale do Timalatiá ou rio Sacre, assassinou um número considerável de pobres Paresis que trabalhavam em seu seringais por troca de bugigangas, à pretexto de terem aqueles subtraído do seu barracão, do Bacabal, grande quantidade de borracha. Foi um hecatombe, de que guardam triste recordação os dóceis Paresis, vítimas que foram e continuam a ser dos cruéis e egoístas seringueiros das cabeceiras do rio Tapajós.” (Rondon, 1915).

A exploração da borracha provocou a drástica redução da população *Waymare* que habitava exatamente a região das matas de seringa, a qual, atingida pela exploração e violência nos seringais e pelas epidemias, ficou reduzida a alguns grupos locais. Da mesma forma os *Katxiniti*, já fatalmente envolvidos com os seringais, tornaram-se muitas vezes guias dos próprios invasores dos seus territórios. Os *Kozarini*, embora também afetados pela invasão das matas, mantiveram-se mais afastados dos seringais, assim como haviam se mantido afastados da linha telegráfica, resguardando-se mais culturalmente.

SÉCULO XX 1900 A 2000

No século XX deu-se a ocupação definitiva e mais densa da região Haliti-Paresi, através de sucessivas ondas de expansão da sociedade nacional brasileira: a penetração oficial das linhas telegráficas desde o início do século, a atuação jesuítica entre as décadas de 1940 e 1970 e as modernas frentes de expansão econômica da década de 1970 até os dias atuais.

Apesar das inúmeras referências históricas anteriores, é somente no século XX, com a expedição Rondon, que os territórios Paresi são visualizados no seu conjunto, tornando claros os limites de sua área de ocupação.

Neste século muitos autores falaram sobre os Paresi, [mapas e relatos de autores como Roquette-Pinto (1975), Rondon (1912 e 1940), Schimdt (1943), Costa (1985), Machado (1994) e muitos outros] indicando que o território que ocupavam no início do século XX se estendia da margem direita do rio Juruena até quase a margem esquerda do rio Arinos, no noroeste do estado de Mato Grosso.

RONDON

E A LINHA TELEGRÁFICA

Bem no início do século XX o interesse do governo na defesa das fronteiras nacionais, preocupação sempre presente desde a guerra com o Paraguai (1864-1870) e acentuada pela questão do Acre (1903), abriu outra frente de penetração com a construção de uma linha telegráfica, projetada para propiciar a comunicação de Cuiabá, Santo Antônio do Madeira (hoje Porto Velho), Acre e Manaus com o restante do país.

Criada em 1907 pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, a Comissão Construtora da Linha Telegráfica Estratégica de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do então Coronel Cândido Mariano Rondon, no mesmo ano já percorria o território Paresi, ultrapassando a cidade de Diamantino, norteando a linha pelos seringais que já pontilhavam a região. Os trabalhos da linha foram acompanhados em 1910 pela criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). O objetivo era promover a atração e pacificação dos índios hostis, sua paulatina aculturação e integração na sociedade nacional através das colônias agrícolas, onde seriam instalados junto aos sertanejos como trabalhadores braçais.

A Comissão Rondon encontrou os Haliti-Paresi pela primeira vez em 1907, na cabeceira do rio Cágado, onde um ano depois fundou a Estação Parecis. De 1907 a 1910 a Comissão Rondon encontrou várias aldeias Paresi em lugares distintos, correspondentes aos diferentes subgrupos. Na cabeceira do rio Cágado encontrou os *Katxiniti*; na cabeceira do Tianá, afluente do rio Sangue, os *Waymare*; no rio Verde, afluente do rio Sacre, os *Waymare* e *Katxiniti*; na Ponte de Pedra, margens do rio Zokore-winya, afluente do rio do Sangue, estavam os *Waymare* e *Katxiniti*; e nas cabeceiras do rio Cabaçal, Jauru e do Guaporé, os *Kozarini*.



Membro da Comissão Rondon caminhando sobre a Ponte de Pedra. Foto: Luiz Thomaz Reis

Frente à violência histórica dos bandeirantes, dos seringalistas e poaieiros, os Haliti associaram Rondon à figura mítica de *Wazare*, vendo-o como um protetor.

Sempre com o auxílio indispensável dos guias Haliti, abastecendo-se de mandioca e outros alimentos nas aldeias que também serviam de acampamento, a Comissão Rondon avançou quase 1.000 km para o norte, alcançando e penetrando no território dos Nambikwara. O traçado da linha telegráfica cortou o território histórico dos Haliti de leste a oeste, acompanhando a penetração dos seringais.

“A linha tronco (...) penetrou no sertão bruto, atravessando os seringais do planalto dos Parecis, situado nos vales dos rios Sumidouro, Sacuriu-iná, Sangue, Cravary, Sacre, Papagaio, Burity, Saueruiná e Juruena, em cujas zonas foram inauguradas as estações telegráficas Parecis, Ponte de Pedra, Barão de Capanema, Utiariti, Juruena, Nambiquara e Vilhena.” (Rondon, 1907-1910, p. 15 apud Machado, 1994, p. 264).

Assim, parte dos subgrupos Haliti foi atingida pela mineração no século XIX e, depois, pelo ciclo da borracha. No início do século XX, ao lado da expansão seringalista, a Comissão Rondon cortou o território Haliti estabelecendo

várias estações telegráficas, postos indígenas, escolas e empregos para os índios como trabalhadores das estações. Esses contatos todos provocaram uma drástica diminuição da população Haliti. Nesse contexto, alguns subgrupos foram obrigados a abandonar sua área original, misturaram-se a outros e alguns subgrupos desapareceram.

Além disso, Rondon instalou um internato na Estação Telegráfica de Ponte de Pedra, depois transferido para um novo posto criado em Utiariti, dentro da área de mesmo nome. Até esse momento os indígenas eram contatados mas, como explicitava o próprio nome inicial do SPILTN (Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais) o objetivo era “aculturar” os indígenas e integrá-los junto aos trabalhadores regionais. Não se pensava em criar áreas exclusivas para os indígenas. A única área criada, destinada aos índios da região foi uma reserva nas proximidades da estação telegráfica “Nambiquara”, onde hoje é a Terra Indígena Pirineus de Souza, com cerca de 25 mil hectares. Só no final da década de 1960 é que seriam criadas outras áreas destinadas aos índios, como veremos mais à frente.

A partir de 1930, esse espaço no Mato Grosso, aberto pela linha telegráfica, vai sendo ocupado cada vez mais pelos jesuítas da Missão Anchieta, auxiliados pelas Irmãs do Sagrado Coração de Jesus.

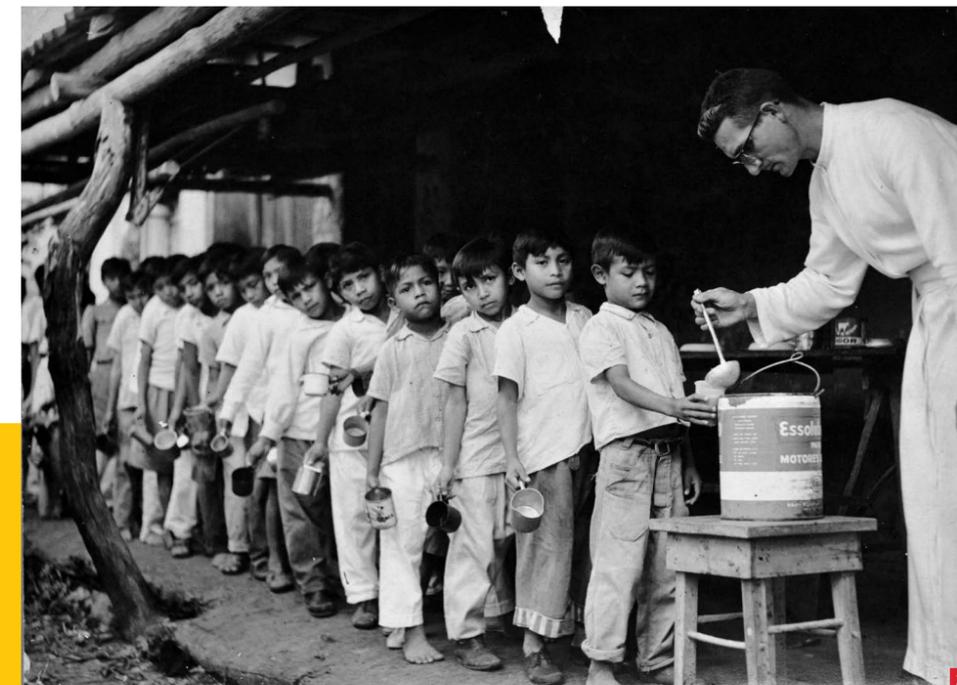


Baiko Haliti em 1985. Foto: Ivar Busatto/OPAN

A MISSÃO JESUÍTICA DE UTIARITI E AS NOVAS FRENTES DE EXPANSÃO

Em 1935 os jesuítas instalaram a Missão Santa Teresinha do Mangabal do Juruena, às margens do rio Mangabal, com o objetivo de atrair os Nambikwara, entre os quais jamais teve o sucesso desejado. Quando uma epidemia de sarampo grassou entre as aldeias, os Nambikwara afastaram-se dos missionários, a eles atribuindo a causa das doenças. A missão então decidiu em 1945 mudar sua sede para Utiariti, nome de uma cachoeira no rio Papagaio, lugar sagrado para a nação Haliti. *Otyahaliti* quer dizer sábio, e *haliti*, gente. Dizem os Haliti que os sábios ali se reuniam e faziam previsões para o futuro. Esses sábios, gente especial, viviam atrás da cachoeira e de lá zelavam pelos destinos dos Haliti, orientando-os frente aos problemas.

Naquele momento, Utiariti abrigava um posto de telégrafo instalado por Rondon e lá estava também a Inland South American Missionary Union (ISAMU), missão protestante com a qual estabeleceram certa rivalidade pelo controle sobre os índios que viviam na região. Além dis-



so havia nas proximidades o Posto Major Libânio Coluizorecê (próximo de Campo Novo do Parecis), mais conhecido por Posto Tolosa, do SPI, criado em 1945 com a finalidade de atender os Paresi e atrair os Irantxe (Manoki) que viviam na região das cabeceiras do rio Cravari.

A partir de 1945 Utiariti se tornou um internato educacional dos grupos indígenas da região, vários de contato recente como os Irantxe (Manoki), Rikbaktsa, Kaiaby, sob a direção jesuítica da Missão Anchieta (MIA).

Sob o comando dos missionários e com a utilização intensiva da mão de obra indígena, as construções da Missão em Utiariti se ampliaram e os índios foram separados em grupos divididos por sexo e faixa etária, supervisionados por um mestre em todas as suas atividades. Eram proibidos de falar a própria língua e os casamentos interétnicos eram incentivados. Nos anos seguintes, essa prática se estenderia a outros povos, com a pacificação dos Kayabi do rio dos Peixes em 1953, dos Rikbaktsa do rio do Sangue, Juruena e Arinos de 1956 a 1962. Em 1956, com a finalidade de facilitar os assuntos financeiros e contratuais, a Prelazia criou uma sociedade civil com o nome de Missão Anchieta (MIA).



1. Irmã Rosário e crianças, Utiariti; 2. Crianças na merenda, Utiariti; 3. Professora Deolinda, Utiariti. Fotos: Missão Anchieta



Hora de descanso em Utiariti, década de 60. Foto: Missão Anchieta

O sucesso do Posto Missionário relaciona-se diretamente com o terceiro ciclo da borracha no Mato Grosso. A 2ª Guerra Mundial provocou o aumento da procura por borracha no mercado internacional, estimulando a migração de milhares de homens empobrecidos em sua região de origem, sobretudo do Nordeste, os quais adentraram a floresta amazônica, pelo norte e pelo sul, atingindo locais antes nunca explorados, como as matas equatoriais das bacias dos rios Papagaio, Sacre, Sangue, Arinos, Juruena, Aripuanã, Roosevelt.

Atingindo os territórios de grupos indígenas antes quase isolados, essas frentes de expansão provocaram inúmeros pontos de tensão e choques armados com os índios. As matanças genocidas e a difusão de doenças promoveram a crescente depopulação indígena, acentuaram os conflitos intertribais, alguns pré-existentes, à medida em que as invasões tendiam a deslocar os grupos para os territórios de outros.

O período inicial do internato de Utiariti foi de grande turbulência regional e de disputa entre as missões protestantes, os jesuítas e o SPI, que tentavam atrair e confinar os indígenas em suas respectivas sedes. Só em 1957 a tutela indígena foi oficialmente delegada aos jesuítas.

A extração da borracha na região, que havia decaído na primeira metade do século XX, foi retomada a partir de 1942 com o uso de mão de obra Haliti e, de 1960 ao final da década de 1970, era intermediada pela Missão Anchieta. O trabalho de extração era feito por seringueiros índios e a produção era negociada no sistema de “troco” nos barracões da Missão. Esse sistema perdeu até o final da década de 1970 quando passou a ser feito autonomamente por parte da sociedade Haliti.

A partir dos anos 60, a ocupação regional se adensou, praticada agora por empresas agropecuárias, mineradoras, madeireiras e projetos de colonização, possibilitada pela abertura de estradas, sendo a principal delas a BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, em 1961. Tornaram-se frequentes os conflitos

com a população indígena, levando ao extermínio de aldeias inteiras, processo que foi acelerado nos anos 70 e 80 com o asfaltamento da BR-364, a abertura de novas estradas, implantação de núcleos de colonização, a ampliação da mineração e o desenvolvimento de grandes projetos, como o POLONO-ROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), transformando essa região extrativista em polo mineral e agropecuário.

A Missão não podia ficar alheia a essas profundas modificações e elaborou em 1966 um novo planejamento, propondo a inclusão de missionários leigos (nacionais e estrangeiros) no trabalho com os índios.

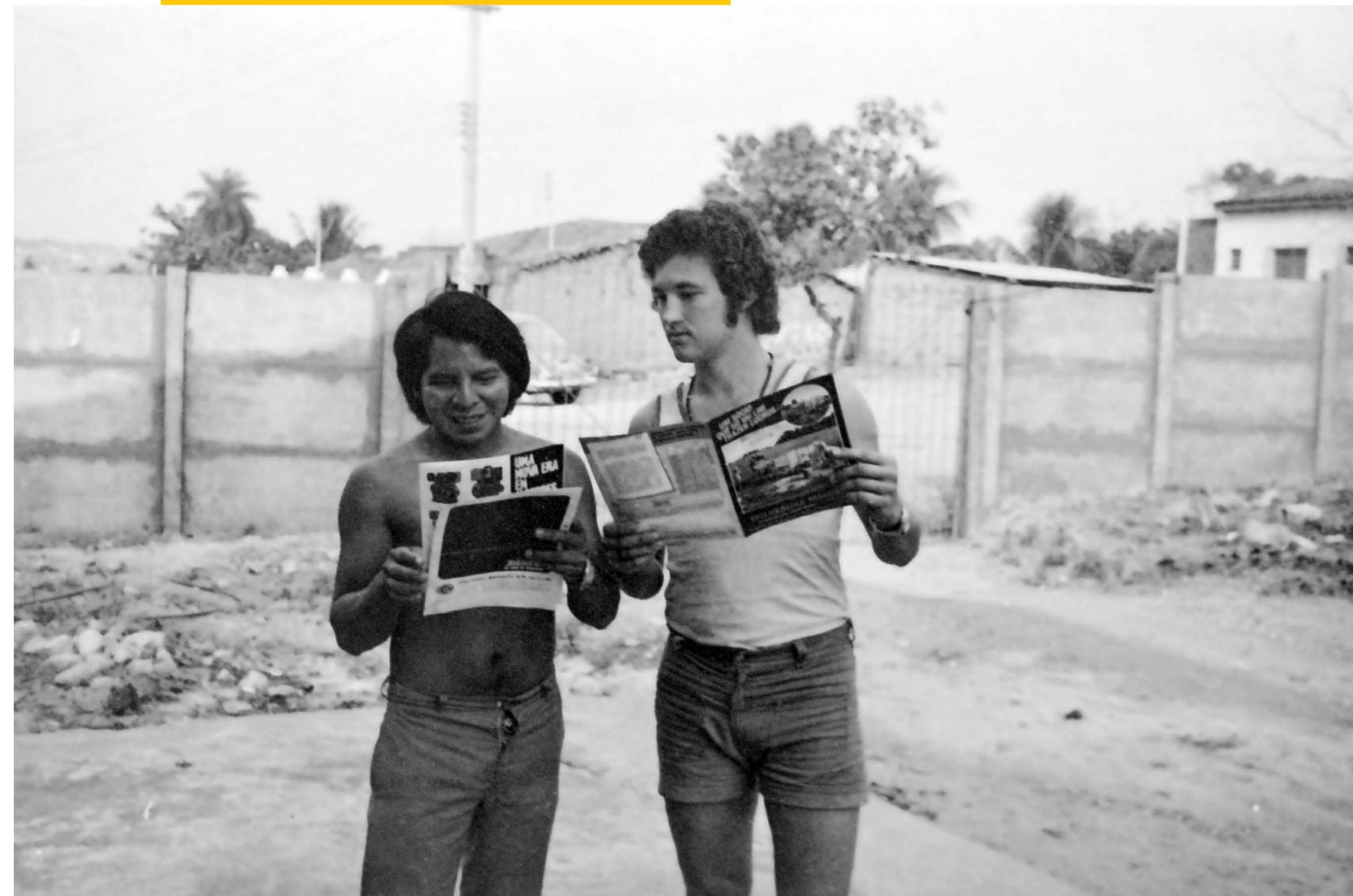
Nessa época a Igreja Católica vinha revendo criticamente seu papel histórico que, a partir do Concílio Vaticano II em 1964, promoveu a renovação da atuação da Igreja, abrindo-se ao diálogo com outras religiões e com as forças preocupadas com reformas sociais para combater a desigualdade e opressão no mundo. Na atuação indigenista, essas influências se concretizaram com a criação da “Operação Anchieta” (OPAN), fundada em 1969 por incentivo do padre Egidio Schwade, missionário da Missão Anchieta. Os jovens que chegavam pela OPAN tinham nova postura, influenciados pela Teologia da Libertação e princípios de Antropologia, voltados para a defesa da cultura e territórios dos povos com os quais trabalhavam. Desse mesmo movimento de renovação surgiu o CIMI, Conselho Indigenista Missionário, com atuação em todo o Brasil.

No mesmo ano de 1966, um convênio entre a Missão Anchieta e a Funai atribuiu ao superior da Missão, padre Edgar Schmidt, o cargo de Delegado da Funai na região, com poderes de definição e interdição de áreas para os índios sob sua tutela. A partir de propostas da MIA, foram criadas em 1968 as reservas indígenas Irantxe, Rikbaktsa e Apiaká-Kayabi. Gradativamente, para lá foram sendo transferidos os índios e os alunos do internato, que foi sendo desativado.

Após um tempo de mudanças na linha de atuação dos Jesuítas de Utiariti (Missão Anchieta) junto aos povos indígenas, uma equipe se estabeleceu junto aos Haliti em parceria com a OPAN a partir de 1971. Era um trabalho de pesquisa sobre o pensamento mítico do povo, assistência à saúde e incentivo à agricultura, à vivência cultural e favorecimento de encontros entre as diversas aldeias para refletir sobre os problemas comuns. Daí surgiu a resistência e a luta para garantir pelo menos alguns espaços territoriais, que foram assegurados posteriormente como terras indígenas: Utiariti, Formoso, Estivadinho, Figueiras, Juininha, Ponte de Pedra, Estação Parecis e Uirapuru. Com as equipes da OPAN (1971-1979) se manteve a atenção à saúde, apoio à cultura como o uso da língua, dos rituais, moradia nas *hati kalore* (casa grande) e o desenvolvimento experimental e educativo de agricultura mecanizada, além do incentivo à regularização fundiária. Foi um tempo importante de reafirmação cultural e da identidade Haliti. Já na década de 1990, através da OPAN foram realizados cursos de formação para os professores, algumas iniciativas no campo da economia e também um amplo censo com toda a população Haliti, no ano de 1997.

Até 1973 a Missão ainda realizava algumas atividades em Utiariti, mantendo o lugar como um centro educacional. A partir deste ano a sede foi totalmente descaracterizada, demolindo algumas casas, retirando o motor de luz e distribuindo as ferramentas entre os grupos indígenas. Os índios que ali estavam passaram a viver nas suas terras. Depois da desativação do internato e como parte da nova estratégia de atuação, a Missão tentou implantar projetos econômicos nas aldeias de rio Verde

e Sacre, visando promover a autossuficiência indígena sem, porém, alcançar o sucesso almejado. Na sequência, a OPAN, em conjunto com os Haliti, implantou um projeto demonstrativo de mecanização agrícola, sediado nas proximidades do rio Verde. Houve depois uma segunda tentativa em conjunto com a Funai. A Missão se afastou da área em 1979 e só a partir dessa época é que a Funai passou a atuar diretamente com os Haliti.



Daniel Cabixi e Ivar Busatto (OPAN) definem modelos de máquinas agrícolas para o projeto em 1976. Foto: Ivar Busatto/OPAN

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

HALITI-PARESI

A Funai demilitou a área Pareci, através do Decreto n. 63.368 de 08 de outubro de 1968, com uma área aproximada de 563.586 ha e perímetro de 470 km com o objetivo de transferir para lá todos os indígenas Haliti da região. Ao mesmo tempo, emitiu certidões negativas de presença indígena a partir da data do decreto, propiciando a titulação, para fazendeiros, do território assim “liberado”. Porém, os Haliti, com forte ligação com seus territórios ancestrais, recusaram-se a essa transferência contestando as certidões negativas. Conflitos passaram a acontecer até mesmo dentro da área demarcada com fazendeiros ali querendo instalar-se. Em 1974 os Haliti propuseram a alteração do limite norte para a confluência do rio Verde, rio Sacre, rio Papagaio, região para a qual a Funai havia expedido várias certidões negativas da presença indígena, dificultando mais ainda o processo de regularização fundiária. Posteriormente, outras áreas foram asseguradas: Rio Formoso, Estivadinho, Figueiras, Ponte de Pedra, Estação Parecis e Uirapuru.

O território Haliti estava na rota para a Amazônia. O traçado da BR-364, rodovia que liga Cuiabá a Porto Velho, atravessou o território tradicional Paresi no sentido leste/oeste e constituiu-se no limite sul da área indígena, onde terras foram ocupadas por grandes empresas, dificultando o processo de regularização fundiária das aldeias localizadas mais ao sul. Nesse contex-

to foi criado o município de Tangará da Serra, abrangendo toda a área pleiteada pelos índios. A penetração da colonização da região contava com incentivos dos governos federal e estadual para incorporação do cerrado no processo produtivo, propiciando também uma forte expansão da pecuária.

Os Haliti que transitavam entre as aldeias e Diamantino, sede da missão jesuítica, passaram a deslocar-se para Tangará da Serra (interessados na compra de produtos, venda de artesanatos, busca de assistência médica etc.) mais tarde também para Campo Novo do Parecis, município criado em 1988, em local próximo da antiga Estação Telegráfica de Capanema, à beira da estrada, entre Diamantino e Utiariti, onde, a partir de 1975, assentaram-se diversas famílias de migrantes vindos de estados sulistas.

No início da década de 1980, através do POLONOROESTE, que realizou o asfaltamento da BR-364, a Funai recebeu verbas possibilitando uma atuação mais direta na região. Assim, a Funai instalou três postos indígenas nos locais de maiores conflitos pela terra: Formoso, Cabeceira do Osso e Salto da Mulher (Costa, 1985, p. 315).

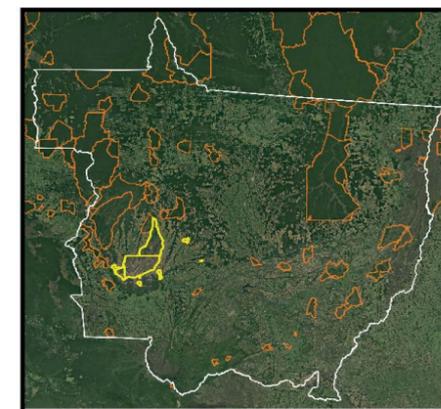
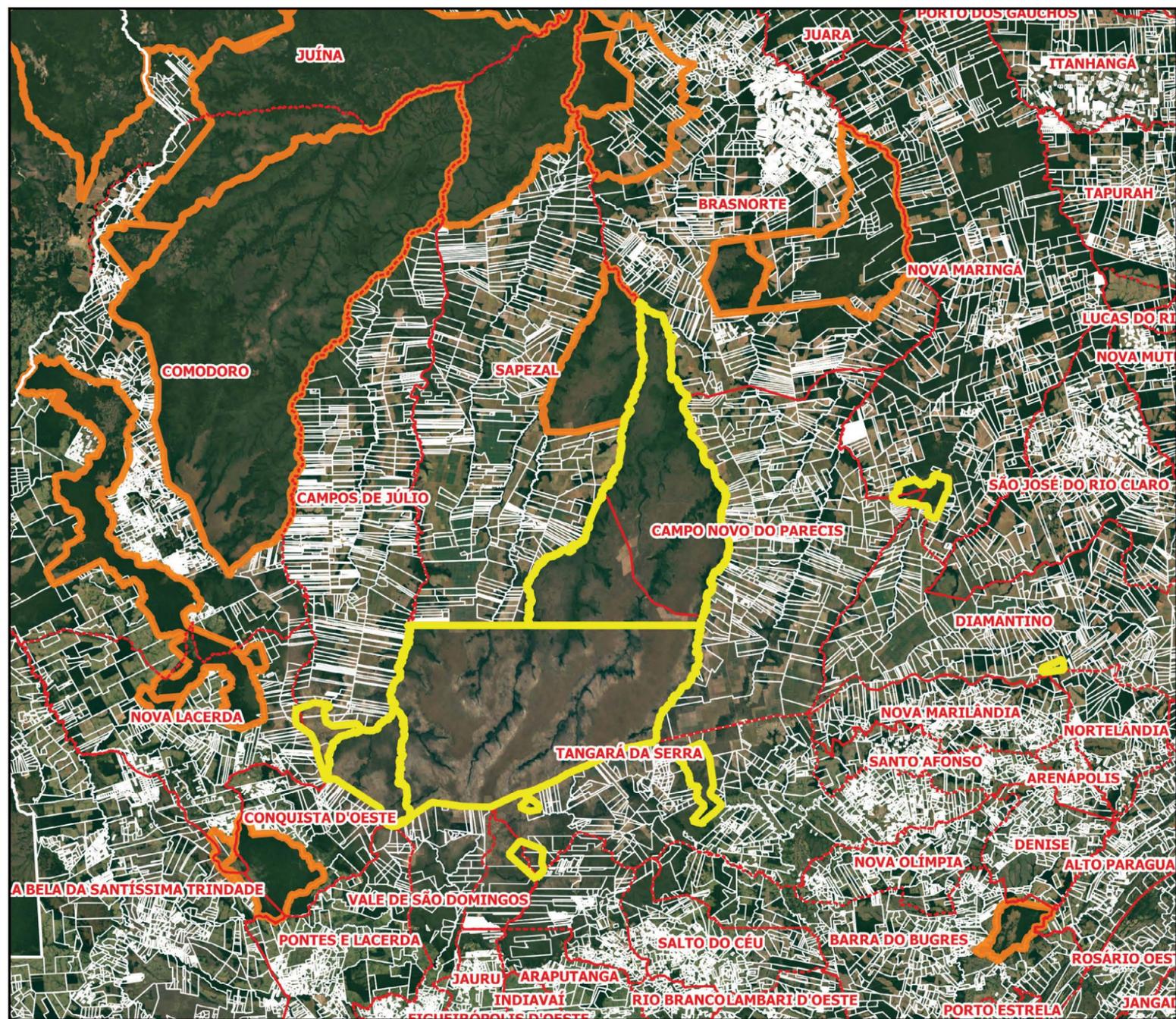
Em meados da década de 1990, visando uma maior independência na relação com os não índios, os Haliti se organizaram politicamente em duas associações indígenas: a Associação Halitinã e a Associação Waymare que, juntas, pretendem repre-

sentar a totalidade dos grupos locais. Nessa mesma época, voltaram a realizar tentativas na direção de uma produção mecanizada de arroz, soja e milho, desta vez recorrendo à parceria com produtores locais. A legalidade das relações produtivas com os fazendeiros foi e é debatida no âmbito da Funai e do Ministério Público Federal desde 1997. Somado a isso, em fins de 1997, o direito de passagem pela Rodovia Nova Fronteira, hoje MT-235, que corta a Terra Utiariti, passou a ser cobrado pelos Haliti.

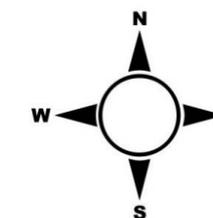
Posteriormente, outras terras indígenas foram sendo reconhecidas, identificadas e demarcadas. Porém, ainda hoje, muitos locais sagrados e também de importância por seus recursos naturais, fora das áreas demarcadas, são ainda reivindicadas pelos Haliti.

Dessa maneira, perseguidos, escravizados, catequizados, desde o século XVI e XVII, principalmente no decorrer do ciclo de mineração durante todo o século XVIII, atingidos e envolvidos pela atividade seringalista e também pela frente de extração da poaia no século XIX e boa parte do século XX; envolvidos pela Comissão Rondon e atrelados como guias e empregados das linhas telegráficas; novamente catequizados pelos jesuítas e recrutados para trabalhos variados, os Haliti sofreram durante esses séculos de contato uma grande diminuição da população e perda acentuada de seu território de ocupação histórica.

Apesar disso, mantiveram ocupação permanente em pelo menos um terço de seu território histórico, nas áreas nas quais sempre tiveram aldeias e nas quais mantiveram roças, áreas de caça, pesca e coleta, parte das quais, por força desta permanência e da resistência que demonstraram contra todas as tentativas de expulsão ou transferência, conseguiram, a grande custo, ver reconhecidas pelo governo federal.



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA NO ENTORNO DE TERRAS INDÍGENAS



0 25 50 75 km



Legenda

-  CAR (Propriedades Rurais)
-  Território Haliti Paresi
-  Áreas Municipais
-  Terras Indígenas

Sistema de referência geográfica: SIRGAS 2000.
 FONTE: Áreas Municipais (IBGE, 2010)
 Terras Indígenas (FUNAI, 2017)
 CAR (SEMA, 2016)

Autor: Ricardo Carvalho/OPAN

SÉCULO XXI

No final do século XX, os limites do território Haliti estavam completamente modificados. Sua ocupação tradicional se dava numa única malha contínua de zonas de uso, sem limites fixos. Os limites atuais foram estabelecidos pelo Estado, de forma fixa e descontínua, prejudicando o acesso aos recursos tradicionais e dificultando as relações e atividades que promovem a coesão social.

As atividades econômicas tradicionais também não são mais suficientes para suprir suas necessidades. A diminuição da caça, o aumento populacional e a necessidade de acesso a bens industrializados fazem com que os Haliti passem a buscar novas estratégias de reprodução social. Retomam então, numa nova fase, as tentativas de produção agrícola mecanizada (depois dos projetos anteriores da MIA/OPAN e Funai). Passam também a atuar politicamente no controle da Rodovia MT-235 que corta parte de seu território e é fundamental para o escoamento da produção agrícola regional.

O início do século XXI também está marcado pela procura de maior autonomia a partir de novas alternativas de renda monetária e de adequação da organização social, econômica e cultural às condições de vida contemporânea.

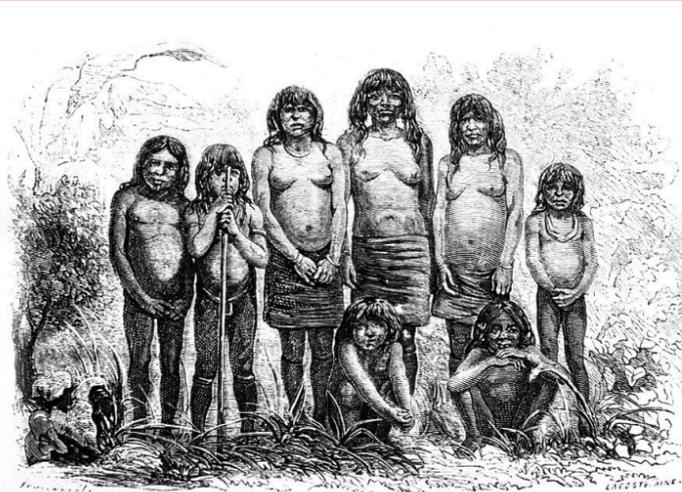
Além disso, continuam a luta pela regularização das terras indígenas ainda não homologadas e pela desintrusão de várias parcelas de seu território já demarcado.

*O planejamento do turismo no território Haliti.
Foto: Giovanni Vera/OPAN*

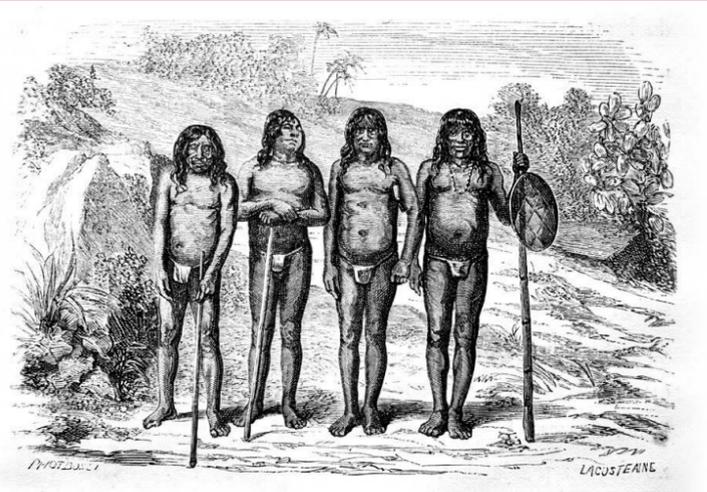


LINHA DO TEMPO

HALITI-PARESI



Grupo de Indias Paresis



Grupo de Indios Paresis

Um dos primeiros registros imagéticos do povo Paresi. Bartolomé Bossi



*Indígenas Paresi em 1913.
Foto: Thomaz Reis*

TEMPOS

IMEMORIAIS

Wazare e a localização do povo Haliti pelas cabeceiras de seu território tradicional.

SÉCULO XVI

A primeira notícia referente ao sertão de Diamantino e aos índios Haliti-Paresi, em 31 de maio de 1553.

SÉCULO XVII

Sofrem com as monções paulistas, que adentravam os sertões escravizando parte da população indígena. Apesar disso, os remanescentes mantêm sua vida tradicional e seu território.

SÉCULO XVIII

Primeira descrição dos Haliti-Paresi e de seu território, criação de Cuiabá e primeiras vilas no Mato Grosso. Bandeiras e o ciclo do ouro: indígenas eram capturados para serem escravizados.

SÉCULO XIX

Expansão da atividade mineradora, desenvolvimento da atividade seringalista e da extração da poaia.

SÉCULO XX

A penetração oficial das linhas telegráficas desde o início do século, a atuação jesuítica entre as décadas de 1940 e 1970, as modernas frentes de expansão econômica a partir da década de 1970 até os dias atuais e a regularização fundiária.

SÉCULO XXI

Incremento da organização política Haliti-Paresi, desenvolvimento da lavoura mecanizada e cobrança do direito de passagem. Em busca de alternativas de renda monetária e de adequação da organização social, econômica e cultural às condições de vida contemporânea.

TERRITÓRIO, AMBIENTE E VIDA HALITI

As formas de uso e ocupação dos diferentes espaços de nosso território se relacionam ao tipo de ambiente de cada região, combinando com o tipo da cobertura vegetal existente nelas. Por exemplo: as madeiras utilizadas para construções diversas são extraídas de áreas de matas altas (*kolohokoni*), geralmente localizadas nas margens dos rios. Estas áreas também são o ambiente onde são encontradas as seringueiras e, por isso, as “barracas de seringa” ficavam em suas proximidades. Assim, as distintas paisagens naturais formadas pela associação de fauna, flora e tipos de solo específicos, são conhecidas em detalhe pelo povo Haliti, que tem um nome para cada uma delas, explorando suas diferentes potencialidades ambientais.

Estas paisagens e seus nomes são apresentados nas tabelas a seguir:

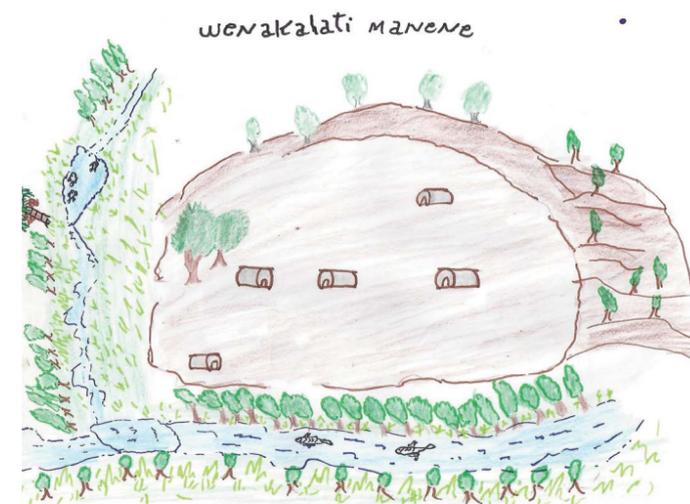
Foto: Guilherme Ruffing/OPAN



CLASSIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO

TABELA 1: FORMAS DE CLASSIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO

MAREKWA/MATSE	Campos naturais de cerrado, caracterizados por predominância de vegetação rasteira e arbustiva, com árvores esparsas. Predominante na área central da Terra Indígena Paresi e ao sul, pode-se dizer que correspondem às formações campestres de cerrado reconhecidas na literatura acadêmica sobre o tema, denominadas “campo limpo” e “campo sujo”. Alguns relataram um outro tipo, denominado <i>mazeherokwa</i> , que seria uma formação similar ao <i>marekwa</i> , mas com solos mais arenosos.
ZAMAREKONI/KOHETSETI/MATSE KOHITSERO	Cerrado típico e suas variações, com predominância da formação denominada cerrado sensu stricto e “cerradão”, com as suas variantes.
KOLOHO/KOLOHOKONI	Formações florestais elevadas, principalmente associadas às margens de rios. Matas de galeria.
KAIYEDI TSEHALI	Fragmento de mata isolado, capão de mato.



1. Marekwa;
2. Marekwa manejado com fogo para caçadas.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN

O ambiente de cerrado onde predomina a formação *matse kohitsero* é fonte de inúmeras espécies de frutíferas utilizadas como importante fonte de alimentação. Abaixo são apresentadas algumas delas:

TABELA 2: FRUTAS UTILIZADAS PELOS HALITI-PARESI

NOME HALITI-PARESI	NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO
AIDYO	Moreninha	<i>Anacardium humile</i>
ALATAE	Pitomba	
ALOHE	Araticum	<i>Anona coriacea</i>
ALOHETSE	Araticum	<i>Anona crassiflora</i>
ATSE	Goiabinha do mato	<i>Psidium sp</i>
HAIKYO	Fruta do lobo	<i>Solanum lycocarpum</i>
HAOLO		
ITSOE	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>
KANI	Pequi	<i>Caryocar brasiliensis</i>
KATYOLA	Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i>
KOTITIDYO	Araçá	<i>Psidium sp</i>
KOHALA	Abacaxizinho	<i>Ananas sp</i>
MANAKATA		
TAHORE	Marmelo	<i>Alibertia edulis</i>
ZANA	Jenipapo	<i>Genipa americana</i>
TXIFYATXI	Jabuticaba	<i>Myrciaria sp</i>
WATA	Jatobá	<i>Hymenaea stignocarpa</i>
OLAWA	Tucum	<i>Astroaryum vulgare</i>
ZOHITYA	Caju	<i>Anacardium occidentale</i>



Além destas, outras árvores também são cultivadas no ambiente das aldeias e proximidades, como manga (*Mangifera indica* L.), caju (*Anacardium occidentale* L.), seriguela (*Spondias purpurea* L.), jaca (*Artrocarpus heterophyllus* Lam.), mamão (*Carica papaya* L.), laranja (*Citrus sinensis* L.), limão (*Citrus* sp.), goiaba (*Psidium guajava*), urucum (*Bixa orellana*), entre outros.

Nas regiões onde a paisagem é dominada pela vegetação chamada *matse kohitsero*, a grande quantidade de frutíferas também ocasiona forte presença de animais de caça, tornando-se também locais privilegiados para realização desta atividade.



Quintais Haliti. Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Cabeceira de Maria (Matse, Campo Cerrado). Foto: Marcelino Dantas/OPAN



*Exemplo de Matse (campo cerrado).
Foto: Marcelino Dantas/OPAN*



Cerrado, Kohetseti. Foto: Fabiano da Matta/OPAN



1



2



3

1. Caititu/Hawaretse. Foto: Fabiano da Matta/OPAN
 2. Ema/Awo. Foto: Rinaldo Arruda/OPAN
 3. Seriema/Kolata. Foto: Fabiano da Matta/OPAN

Praticamos a pesca em praticamente todos os cursos d'água que passam por nossas terras. Pescamos principalmente por mergulho, com a técnica de máscara. Outras que usamos são a pesca com anzol e também com vene-

nos de plantas como o timbó e outros. As técnicas de uso de veneno são utilizadas principalmente em cursos d'água de pequena vazão, próximos às nascentes dos rios, em lagos, e no período da seca.

TABELA 3: PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS NAS ATIVIDADES DE CAÇA E PESCA

PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS

OLITI (CAÇA)	Kotyoe	Anta	
	Hawaretse	Caititu	
	Hekere	Cotia	
	Awo	Ema	
	Malate	Jacu	
	Tamo-tamo	Mutum	
	Zaha	Paca	
	Hoze	Porcão	
	Kolata	Seriema	
	Tikyore	Tamanduá	
	Makolitsa	Tatu	
	Zotyare	Veado	
	JIMYATYATI (PESCA)	Hotxikyare	Matrinxã
		Kalahi	Pacu
Zotyahare		Pacu peva	
Kamaikyahi, hozore, kolomi, okare		Traíra, trairão, lambari, piava	

Além dos ambientes onde pescamos, caçamos e exploramos os recursos naturais, com diversas finalidades (atividades extrativas, caça, pesca, agricultura tradicional ou comercial, entre outras), também nomeamos vários lugares importantes no nosso território, indicados por nossas histórias sagradas, por acontecimentos históricos ou até por atividades que costumamos fazer nessas regiões. Nossa ligação com o território é, ao mesmo tempo, de uso, sagrada, espiritual e histórica, não é somente “utilitária”. Na tabela abaixo segue uma lista dos principais nomes que damos às paisagens (toponímia) e uma pequena descrição:



*Paisagens históricas para o povo Haliti.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN*

TABELA 4: NOMES (TOPONÍMIAS) DO TERRITÓRIO HALITI-PARESI

NOME HALITI-PARESI	NOMES (TOPONÍMIAS) / DESCRIÇÃO
HITXI-WINYA	Hitxi: grilo. Winya: tudo que corre, água corrente. Foi Wazare que deu nome a esse lugar, o batizou como Cabeceira dos Grilos.
HOKOZALI	Aldeia antiga chamada Lagoinha (<i>Hokozali</i>), que fica perto da Estação Parecis, numa fazenda que dizem pertencer ao grupo Camargo Correa.
HOZALA-WINYA	Cabeceira do Caititu.
IHYAHETSE-WINYA	Cabeceira do Buriti, onde tira o talo do buriti.
KAHEYEDI	Capão de mato. Lugar de pegar madeira para fazer casa tradicional.
KAHEYEDI-WINYA	Cabeceira do Capão.
KATABERALO	Aldeia antiga situada na cabeceira do rio Jauru. Na região tem locais sagrados, flecha (<i>kore</i>), barro para panela. Neste local encontra-se enterrado Toloiri, grande chefe Haliti no tempo de Rondon.
KATYOLA-WINYA	Cabeceira da Mangaba, árvore de fruta comestível. Do seu látex se faz artesanatos e bola para o jogo de cabeça, <i>zikunati</i> .
KOITXIWALI	Local onde tem onça grande.
KOKOITSE WAMOLONE	Cachoeira do Gaviãozinho do Campo. Os antigos o viram sobrevoando a cachoeira e colocaram o nome.
KOTITIKO	Goiabinha do Campo, nome de aldeia.

TABELA 4: NOMES (TOPONÍMIAS) DO TERRITÓRIO HALITI-PARESI

NOME HALITI-PARESI	NOMES (TOPONÍMIAS) / DESCRIÇÃO
KOLOWALI	Pequi do mato.
KYAWARENA	Local onde pessoas viraram pedra no passado. Lugar sagrado <i>Mahowa</i> .
HIWYNYWYNYA	Chapada Azul, nome de aldeia.
MOZARE	Cabeceira/nascente onde se coleta frutos e lugar de caça <i>Malatese</i> .
OKARE HANAZA	Cabeceira da piava, onde hoje se bate o timbó e muita piaba nesta cabeceira.
OKARE	Piaba.
ONE KANOZA	Córrego no meio do mato .
OTYHALITI WAMOLONE	Salto Utiariti (<i>Otyahaliti</i> , local de gente sábia).
SAWERO-WINYA	Rio Papagaio.
TAHOLI-WINYA	Rio Verde.
TANORE HANAOTSE	Armadilha para pegar ema. Nome de uma cabeceira.
TIMALATIYA	Rio Sacre.
TIMALATIYA WAMOLONE	Salto Belo.
TIWA-WINYA	Nome dado ao lugar onde ocorreu um eclipse e as pessoas que estavam ali caçando transformaram-se em pedra e até hoje não foram encontradas. Lugar sagrado para os Haliti.
TOHINYOTSE-WINYA	<i>Tohinyotse</i> : frutinha pequena parecida com a uva, fruta do cerrado. É nome de uma nascente.
TSERERE-WINYA/ ZOKOZOKO-WINYA	Cabeceira da Formiga, local de aldeia antiga que hoje fica fora da área indígena, de onde se pega palha para as casas tradicionais.
WAHA-WINYA	Cabeceira Longa, <i>waha</i> : longo, lugar de retirada de madeira para construção de casas tradicionais.

TABELA 4: NOMES (TOPONÍMIAS) DO TERRITÓRIO HALITI-PARESI

NOME HALITI-PARESI	NOMES (TOPONÍMIAS) / DESCRIÇÃO
WAKOLY IYIALITI (próxima de rio verde)	Local de concentração de palmeiras guariroba.
WAKOLY-WINYA	Rio da Guariroba.
WATANAKO	Região de caça.
WAZAKA	Tipo de pássaro que vive em brejos.
WAZAKATSE-WINYA	<i>Wazaka</i> , nome dado a um passarinho de várzea que fica na beira do rio alimentando-se de pequenos peixes.
WAZARE	Aldeia. Nome de um filho de Enore, que mostrou os lugares para cada subgrupo dos Haliti.
WAZARE-WINYA	Nascente próxima da aldeia Wazare.
WAZOREKE-WINYA	Nome dado devido a uma fruta conhecida como bacava (<i>Wazoreke</i>) aonde fica a aldeia Bacaval.
ZANATSE	Região antiga de caça, localizada nas imediações do rio Verde.
ZOLOIWAHAKA	Nome de local sagrado onde tem flauta sagrada, <i>Iyamaka</i> . Local das flautas sagradas, onde os pajés e pessoas mais velhas que sabem fazer a oração para comunicar com os espíritos podem retirá-las. Nestes locais não é permitida a presença de jovens e mulheres.
ZOHIDYO WAMOLONE	Salto da Mulher. O nome foi dado porque segundo os anciãos a mulher foi banhar com seus filhos nesta cachoeira e desapareceram, e assim ficou o nome.
ZOTYARE-WINYA	Cabeceira do Veado, lugar de caça onde há muitos bichos de caça que descem para beber água na nascente.
ONETSE HAOTAZA HEKO	Lagoa Rasa, local frequentado por pessoas mais velhas em tempos antigos, situa-se no limite oeste de onde estima-se ser o território histórico dos Haliti-Paresi, nas imediações da cidade de São José do Rio Claro.



*A estrutura das hati.
Fotos: Rinaldo Arruda/OPAN*



ETNOMAPEAMENTO DO TERRITÓRIO HALITI

“Se não fosse a gente nem tinha mais essa área aqui. Eu fico satisfeito porque estou usando ela, né. A gente já lutou: Paresi, Formoso, Figueira, Estivadinho, Uirapuru, Ponte de Pedra, Estação Parecis, Juininha, aqui no Sacre, tudo lugar que a gente brigou desde bem pouca idade, pra gente garantir a terra, né. Eu não sabia porquê a gente brigava, arriscando a vida, morrendo, tirando fazendeiro, tudo armado e a gente enfrentando até polícia, é isso que eu estava dizendo, né. Por que o governo faz isso? Vende nossa terra! Por que não é dele! Por que fica fazendo porcaria? Até chamar polícia para tirar a gente da área?”

“Até hoje eu falo, né. Muita luta, a gente não parava. Sem dinheiro, a gente ia para Cuiabá, Brasília, vendendo um colarzinho, de carona, sem nem poder viver mesmo.” Justino, aldeia Chapada Azul

A visita efetuada pela equipe organizadora do PGTA em todas as 64 aldeias para fazer o etnomapeamento, fortaleceu os vínculos entre as associações, cujos dirigentes participaram ativamente de todos os momentos, tomando a frente do processo e estabelecendo os diálogos com os moradores. O povo Haliti teve a oportunidade de colocar suas demandas e mostrar seu conhecimento diretamente em suas aldeias, permitindo que um número maior de pessoas participasse diretamente deste trabalho. Muitas histórias das lutas pelo território, das dificuldades encontradas, das potencialidades existentes, da importância que o território tem na vida do povo Haliti, foram narradas pelos participantes.



A base do etnomapeamento do território Haliti é o conhecimento de seu povo.
Foto: Marcelino Dantas/OPAN

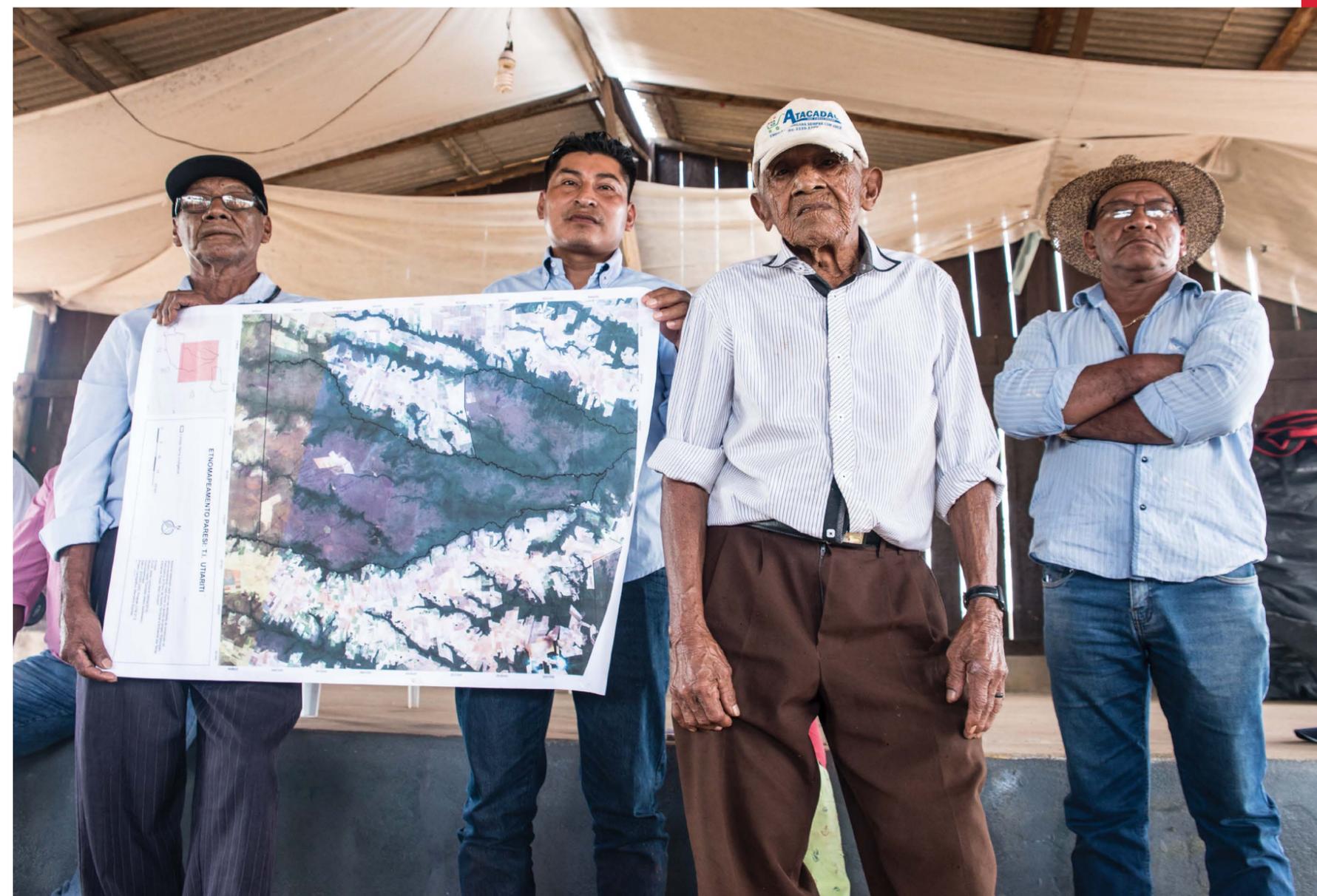
Em todas as localidades os moradores demonstraram grande expectativa pelo mapeamento e na elaboração do Plano de Gestão, pois, ao sentar para discutir as questões importantes de suas vidas, os temas fundamentais vinham à tona, trazendo também a expectativa de ações efetivas para sua resolução. Nessas ocasiões brotou uma grande diversidade de questões que foram incluídas nos mapas: a extensão territorial, a diversidade de situações e as especificidades existentes entre as populações residentes nas nove terras indígenas foram um desafio para pensar a gestão territorial do povo Haliti de forma integrada.

Localizadas em meio às nascentes dos grandes rios que abastecem a região e com grande parte de seu território conservado, as águas, nascentes e cachoeiras ali existentes ocupam um espaço privilegiado na vida dos Haliti. Todavia, a região também é um dos maiores polos do agronegócio do estado, e sua ocupação acelerada, ocorrida nas últimas décadas por grandes fazendas monocultoras de grãos, também tem trazido dilemas que afetam direta e indiretamente a vida dos Haliti, mesmo no interior de suas áreas. O modelo de cultivo com uso intensivo de agrotóxicos e a retirada de quase toda cobertura vegetal original nas fazendas, inclusive de áreas legalmente protegidas como as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de reserva legal, além da disputa para aproveitamento das quedas d'água para instalação de empreendimentos de geração de energia elétrica, como as chamadas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), tem afetado a vida dos Haliti e colocado questões que necessitam reflexão e planos de ação.

O papel dos mapas foi fundamental na discussão destas questões e no encaminhamento de possíveis soluções pelo povo Haliti. No caso da contaminação e ameaça às águas, tema que se tornou muito importante aos Haliti, muitos comentários foram feitos:

“Tem que cuidar pra não acabar[com as águas]. Porque se acabar não acaba só pra nós, acaba pra todo mundo. Pra fazendeiro e pra cidade também.”

“Esperamos que esse mapeamento possa ajudar no diálogo com fazendeiro [sobre as nascentes].”



*Acelino Alves Noizokae, Ivo Zokenazokemae, Carmindo André Orizokie, Luiz Zenezokemae.
Aldeia Salto da Mulher. Foto: Rinaldo Arruda/OPAN*



Participação do povo Haliti em todo o processo de etnomapeamento de seu território. Foto: Rinaldo Arruda/OPAN

Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Foto: Rinaldo Arruda/OPAN

Apesar da área total das terras indígenas Haliti possuir uma extensão considerável para os padrões das áreas brasileiras, nossas terras demarcadas abrangem apenas uma fração do nosso antigo território tradicional. A demarcação do território em áreas fragmentadas também resultou em problemas fundiários que persistem até hoje: há áreas cujo processo demarcatório ainda não foi concluído, há mais de 20 mil hectares de solicitações do Cadastro Ambiental Rural (CAR) particulares sobrepostos às áreas indígenas Haliti, o que alimenta um clima de insegurança envolvendo disputas fundiárias; há casos de áreas demarcadas nas quais ainda há presença de fazendeiros no seu interior, não permitindo nosso acesso e usufruto em sua totalidade. Além disso, em mais da metade das terras indígenas Haliti-Paresi as demarcações foram realizadas em áreas pequenas e isoladas entre si, deixando de fora elementos importantíssimos para a nossa sobrevivência física e cultural (locais sagrados, nascentes de rios etc.).

Esta situação, aliada à crescente ocupação da região, num ambiente marcado pela grilagem de terras, tráfico de drogas e caos fundiário, enfatiza a necessidade de buscar soluções

para estas questões com urgência, para evitar prejuízos ainda maiores aos indígenas da região e ao povo Haliti.

Nos mapas que se seguem apresentamos o uso, ocupação e nossa percepção do território, conforme aparecem nos etnomapas e nas legendas que os acompanham. Os mapas sintetizam informações que combinam nossa percepção ambiental, o histórico do povo, relatos de mitos, atividades de exploração do ambiente, lazer, aspectos econômicos, dentre outros, de um modo interligado. Queremos mostrar com isso a importância de nosso território para a manutenção de nosso modo de vida, indicando detalhadamente tudo o que é fundamental para nós.

Nas tabelas a seguir procuramos mostrar os elementos presentes nos mapas, acrescidos de uma breve descrição, com o objetivo de melhorar a compreensão das informações que estão nos mapas e permitir um melhor entendimento da importância de nosso território para a vida de nosso povo.

Assim, a tabela a seguir mostra uma descrição de cada uma das categorias de elementos representados nos mapas Haliti, juntamente com sua tradução nos idiomas português e Haliti:

TABELA 5: CATEGORIAS IDENTIFICADAS PELOS HALITI NA CONSTRUÇÃO DOS MAPAS

IDIOMAS		DESCRIÇÃO
PORTUGUÊS	HALITI	
ALDEIA	WENAKALATI	Local de moradia de uma ou mais famílias atualmente.
ALDEIA ANTIGA	WENAKALATYAOTSE	Local de moradia no passado de famílias Haliti-Paresi. Em geral continuam como locais de referência no presente, sendo frequentados para coleta de frutas que cresceram nas proximidades dos antigos roçados e quintais; por esta mesma razão também utilizados como pontos de caça.
RETIRO	KIDYAKAHARE ZANAETYAKALA	Pequena criação de animais, gado, etc.
BURITI	ITSOE	Área de ocorrência desta palmeira, cujas folhas são utilizadas para construção das casas tradicionais, dentre outros usos. Seu uso nos telhados se dá principalmente nas regiões sul e oeste do território Haliti.

TABELA 5: CATEGORIAS IDENTIFICADAS PELOS HALITI NA CONSTRUÇÃO DOS MAPAS

IDIOMAS		DESCRIÇÃO
PORTUGUÊS	HALITI	
CAÇA	OLITI KOLOHORE	Região de prática de caça de animais de mata (anta, porcão etc.).
CAMPO CERRADO	MAREKWA	Predominância na cobertura vegetal de campos naturais de cerrado.
CEMITÉRIO	ZAWATYAKALATYAOTSE	Local de sepultamento de pessoas. Não necessariamente corresponde a um local específico, mas geralmente está próximo à moradia atual ou pretérita.
CERRADÃO	MATSE KOHITSERO	Predominância de formações de cerrado típico.
CIDADE	MAHALITIHARE NAWENAKALA	Cidades próximas dos territórios.
criação	TAKOIDYA ZANAITYAKA	Indica que nesta localidade há criação de animais para consumo e/ou venda (majoritariamente galinhas ou porcos).
DIREITO DE PASSAGEM	WAHAHOTYATI TIHANAZATI KOIHAKAKALA	Locais de cobrança pelo direito de passagem, MT-235.
ESTRADA NÃO PAVIMENTADA	AHOTI WAIKYOHEAHO	Estradas não pavimentadas. Encontram-se em graus distintos de trafegabilidade: vão desde estradas de barro tranquilamente trafegáveis, a muitas no interior dos territórios (regiões) que não passam de trilhas entre o cerrado.
EXTRAÇÃO DE CASCALHO	TSEHALIKWA	Local utilizado para extração de cascalho para utilização nas estradas locais - alguns deles de forma não autorizada pelos indígenas.
FLAUTA SAGRADA	IYAMAKA	Local de extração da taquara para confecção da flauta sagrada. De acordo com os Haliti, as plantas deste tipo possuem sua força, não estando o poder da flauta simplesmente no objeto, mas também no local onde este elemento importante está situado. Portanto, estes locais devem ser preservados, seja dentro ou fora dos limites das terras indígenas. Importante destacar que estão associados a matas nas cabeceiras de rios ou mesmo em áreas às suas margens, configurando-se em Áreas de Preservação Permanente (APPs), legalmente protegidas.
FLECHA	KORE	Um tipo de taquara utilizado para confecção de flechas de caça e pesca, e também na prática esportiva.

TABELA 5: CATEGORIAS IDENTIFICADAS PELOS HALITI NA CONSTRUÇÃO DOS MAPAS

IDIOMAS		DESCRIÇÃO
PORTUGUÊS	HALITI	
FLECHA SAGRADA	KORE	Tipo específico de taquara utilizado para confecção da flecha sagrada, que compõe com as flautas sagradas um conjunto de elementos espirituais (<i>Iyamaka</i>).
FLORESTA	KOLOHO	Região com cobertura vegetal composta majoritariamente por formação florestal, com árvores de médio a grande porte. Frequente em zonas próximas a cursos d'água.
FRUTAS	ATYALI	Região de coleta de frutas nativas, principalmente mangaba, pitomba, cajuzinho do cerrado, pequi, jabuticaba, marmelo, goiaba, jatobá, entre outras. Coleta principalmente para consumo próprio, mas ocasionalmente também podem ser vendidas.
GUARIROBA	WAKOLI	Palmeira cujas folhas são utilizadas para cobertura das <i>hati</i> , as casas tradicionais.
LAGOA	HOKOZA	Lagoas, regiões utilizadas principalmente para pesca nos moldes tradicionais usando o timbó para tirar o oxigênio da água.
LAVOURAS	MATSENE	Lavouras dos projetos agrícolas (geralmente soja, arroz, feijão, milho e algodão), principal fonte de renda dos Haliti.
LOCAL HISTÓRICO	OZAKEREHAREAOTSE	Locais de grande importância na história dos Haliti-Paresi. Geralmente indicam locais com proximidade de aldeias importantes ou relacionadas com eventos distinguidos como relevantes (por exemplo: Internato Utiariti, Estação Telegráfica de Rondon).
LOCAL SAGRADO	EZAKAIHYAKATYAKALAOTSE	Local com relevância mitológica e/ou espiritual, bem como histórica.
MADEIRA	HATIKATSE	Região de extração de madeiras para construções, situada em áreas de floresta de porte mais elevado. Na região de Juininha (aldeia 3 Lagoas), também é utilizada para extração de ripas de paxiúba.
MEL	MAHA	Região onde é coletado mel de abelhas nativas do cerrado.

TABELA 5: CATEGORIAS IDENTIFICADAS PELOS HALITI NA CONSTRUÇÃO DOS MAPAS

IDIOMAS		DESCRIÇÃO
PORTUGUÊS	HALITI	
ONÇA	TXINI	Região com presença reconhecida de onças. Locais perigosos.
PCH	IYATELITINOMAKA	Pequenas Centrais Hidrelétricas instaladas nas quedas d'água da região.
PESCA	KOHATSE	Áreas de pesca.
RIOS E CÓRREGOS	ONE KALOZORE	Rede hidrográfica da região.
ROÇA DE TOCO	MATSENE	Roça tradicional de pequeno tamanho (1 a 3 hectares) aberta em área de mata para plantio de variedades como mandioca, feijão, milho, batata, banana, cana etc., em pequenas quantidades. Outras plantas também são cultivadas no sistema, mas em menor quantidade.
RODOVIA PAVIMENTADA	AHOTI HOTAHARE	Rodovias pavimentadas.
SALTO	WAMOLO	Cachoeiras ou corredeiras, locais de grande importância, sagrados. Cada um possui uma história própria associada a entes da mitologia Haliti, que lhes empresta importância própria. Atualmente parte das aldeias também tem considerado a possibilidade de explorar alguns destes locais como potencial turístico, mas não constitui consenso.
SEDE DE LAVOURA	MATSENEKWA	Estrutura de casas, armazéns e tratores utilizados como sede para apoio das atividades de lavoura nos projetos agrícolas Haliti.
SERINGAL	TXIDIKYA	Região de concentração de seringueiras, antigamente fonte de renda para muitos. Atualmente os caminhos dos seringais são aproveitados como trilhas de caça e região de exploração de madeira para construção de casas, além de coleta de fibras e frutos.
SOLO EXPOSTO, LAVOURA, PASTO, DESMATAMENTO	MATSE EZAFIDYAKWATYAKAHORE	Locais desprovidos de cobertura vegetal ou com predominância de lavouras de monocultivos.
TERRA INDÍGENA	HALITI WAIKYOHERA	Terra indígena demarcada.

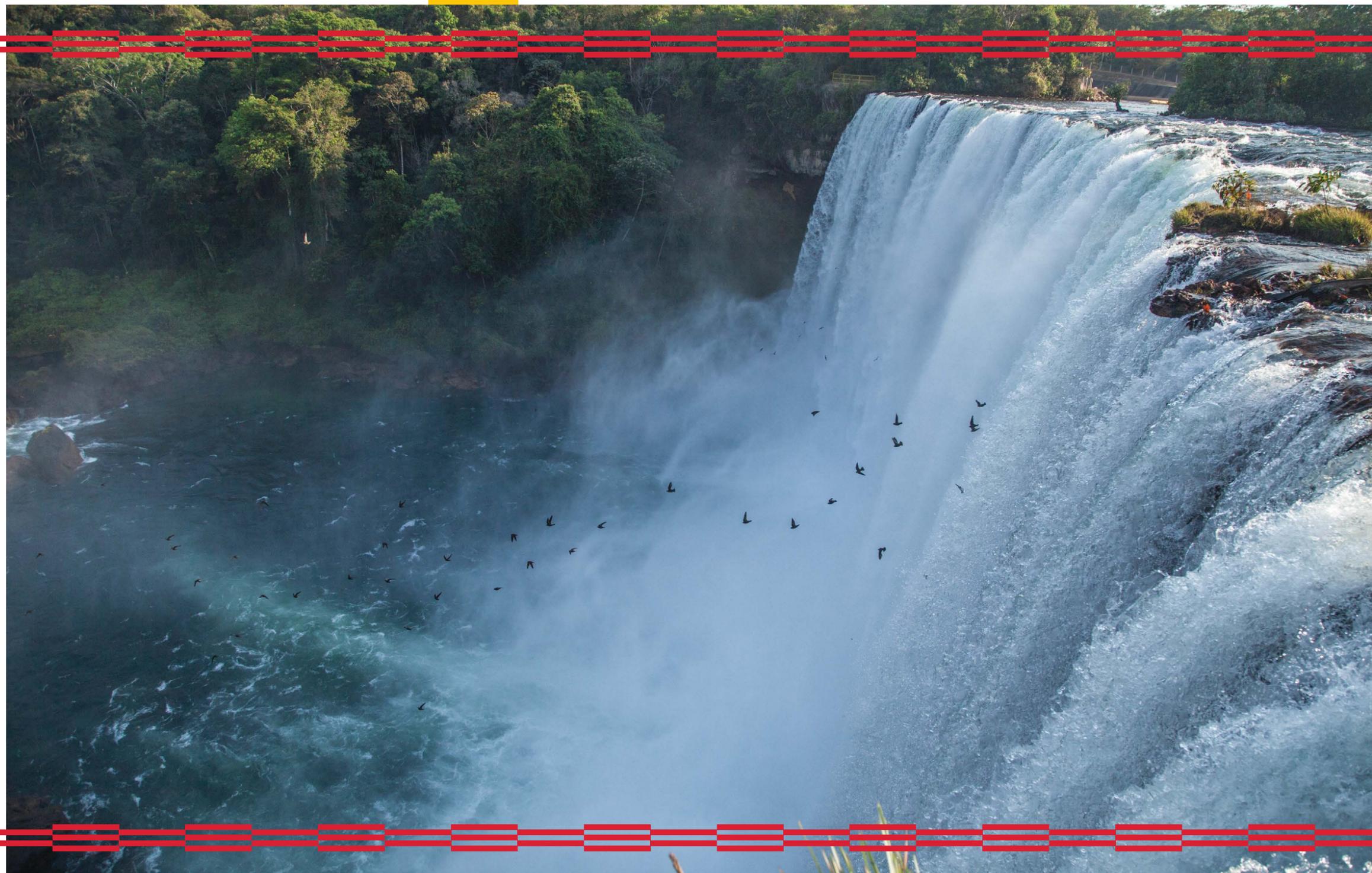
TERRAS INDÍGENAS

HALITI-PARESI TERRITÓRIO INDÍGENA HALITI-PARESI

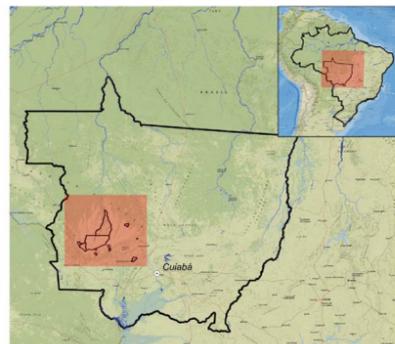
HALITI-PARESI WAIKYOHERA

As formas de uso e ocupação das diferentes espaços de nosso território se relacionam ao tipo de ambiente de cada região, combinando com o tipo da cobertura vegetal existente ali. Por exemplo: as madeiras utilizadas para construções diversas são extraídas de áreas de matas altas (*kolohokoni*), geralmente localizadas nas margens dos rios. Estas áreas também são o ambiente onde são encontradas as seringueiras e, por isso, as “barracas de seringa” ficavam em suas proximidades. Assim, as distintas paisagens naturais formadas pela associação de fauna, flora e tipos de solo específicos, são conhecidas em detalhe pelo povo Haliti, que tem um nome para cada uma delas, explorando suas diferentes potencialidades ambientais.

*Salto Belo - Zarero Wamoloza, rio Sacre.
Foto: Guilherme Ruffing/OPAN*



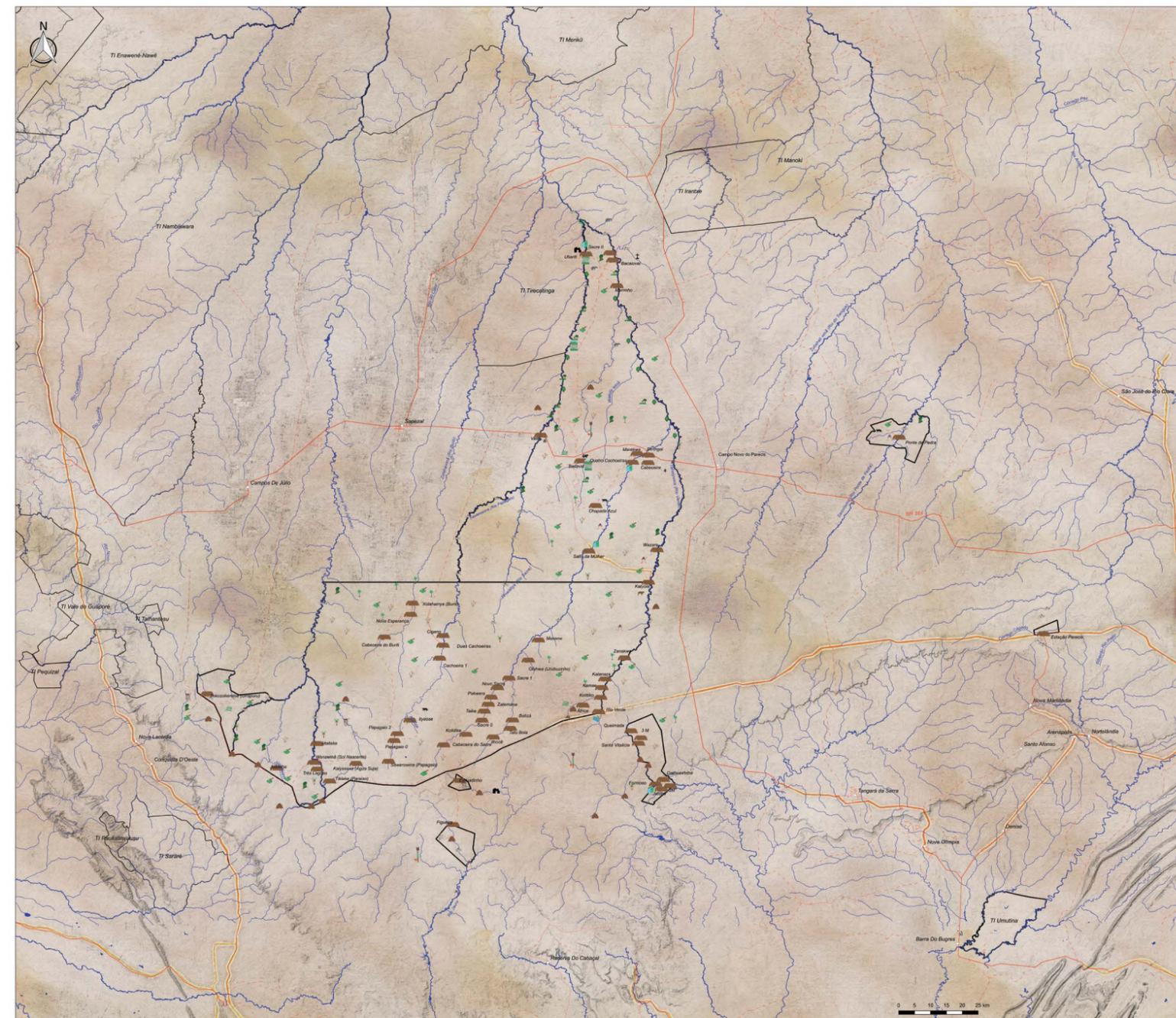
As nove terras indígenas demarcadas, que compõem o atual território Haliti, apresentadas na tabela abaixo, totalizam a extensão de 1.118.916 (um milhão, cento e dezoito mil, novecentos e dezesseis hectares), abrigando uma população de 2.186 habitantes (DSEI Tangará da Serra, 2017), distribuídos em 64 aldeias.



TERRAS HABITADAS	SITUAÇÃO JURÍDICA E EXTENSÃO	MUNICÍPIO
PARESI	Homologada por Decreto 287 - 30/10/1991. – 563.586 hectares	Tangará da Serra
UTIARITI	Homologada por Decreto 261 - 30/10/1991. – 412.304 hectares	Campo Novo do Parecis e Sapezal
RIO FORMOSO	Homologada por Decreto 391 - 26/12/1991. -19.749 hectares	Tangará da Serra
JUININHA	Homologada por Decreto s/n - 05/10/1993. – 70.537 hectares	Conquista do Oeste
ESTIVADINHO	Homologada por Decreto s/n - 13/08/1993. – 2.032 hectares	Tangará da Serra
FIGUEIRAS	Homologada por Decreto s/n - 04/07/1995. – 9.858 hectares	Tangará da Serra e Barra do Bugres
UIRAPURU	Declarada por Portaria 497 - 23/03/2009. – 21.680 hectares	Campos de Julio e Nova Lacerda
PONTE DE PEDRA	Declarada por Portaria 3.078 - 28/09/2010. – 17.000 hectares	Campo Novo do Parecis
ESTAÇÃO PARECIS	Declarada por Portaria 480 - 20/04/2016. – 2.170 hectares	Diamantino e Nova Marilândia

Legenda

- Wenakalati (Aldeia)
- Wenakalatyaotse (Aldeia antiga)
- Zawatyakalatiotse (Cemitério)
- Ozekerehareatse (Local histórico)
- Wenakalatyaotse (Barraca)
- Matsene (Roça de toco)
- Atyali (Frutas)
- Txidikya (Seringal)
- Atyakotse koni (Madeira)
- Wakoly (Guariroba)
- Itsõe (Buriti)
- Kore (Flecha)
- Kore (Flecha sagrada)
- Iyamaka (Flauta sagrada)
- Waiyeze (Local Sagrado)
- Mahã (Mel)
- Oliti (Caça)
- Oliti kolohore (Caça)
- Bowi (Gado)
- Txini (Onça)
- Kohatse (Pesca)
- Hokoza (Lagoa)
- Wamolo (Salto)
- Tsehalikwa (Extração de cascalho)
- Wahatyakalati (Direito de passagem)
- One kalozore (rios e córregos)
- Ahoti hotahare (Rodovia pavimentada)
- Ahoti waikyoheao (Estrada não pavimentada)
- Haliti waikyoheara (Terra Indígena)
- Takoita zanaityaka (Criação)



WAIKYOHE FETALAKWA HALITI-PARESI

Etnomapeamento Haliti-Paresi
Aproximação do território tradicional Haliti-Paresi

Etnomapeamento do povo Haliti-Paresi
Terras Indígenas: 09
Área total (Funai): 1.118.918,57 ha
População: 2.186
Aldeias: 61

Fontes: Povo Haliti-Paresi, Funai, IBGE, Sesai, Aneel, Sema-MT, Inpe, Openstreetmaps.
Datum SIRGAS 2000, Projeção UTM 21 S
Setembro, 2017

TERRA INDÍGENA PARESI

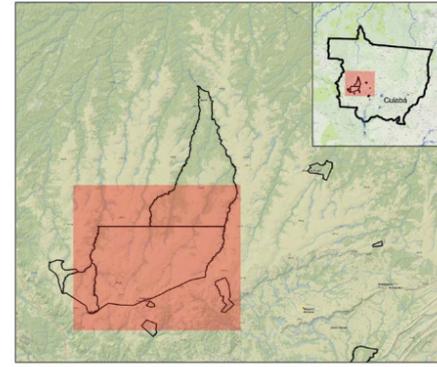
A Terra Indígena Paresi é a maior em extensão entre as terras indígenas que compõem o território Haliti. Está homologada e registrada, com uma área de 563.586 hectares. Localiza-se ao sul da Terra Indígena Utiriti, no município de Tangará da Serra. Sua população é de 1.160 habitantes, distribuídos em 30 aldeias.

Essa terra indígena abriga várias nascentes de importantes rios, tributários da bacia amazônica. Nela distinguem-se cinco microrregiões, definidas pelos conjuntos de aldeias distribuídas pela cabeceiras dos rios: 1) Rio Verde 2) Rio Sacre 3) Rio Papagaio, 4) Rio Buriti e 5) Rio Juruena.

PROJETOS AGRÍCOLAS

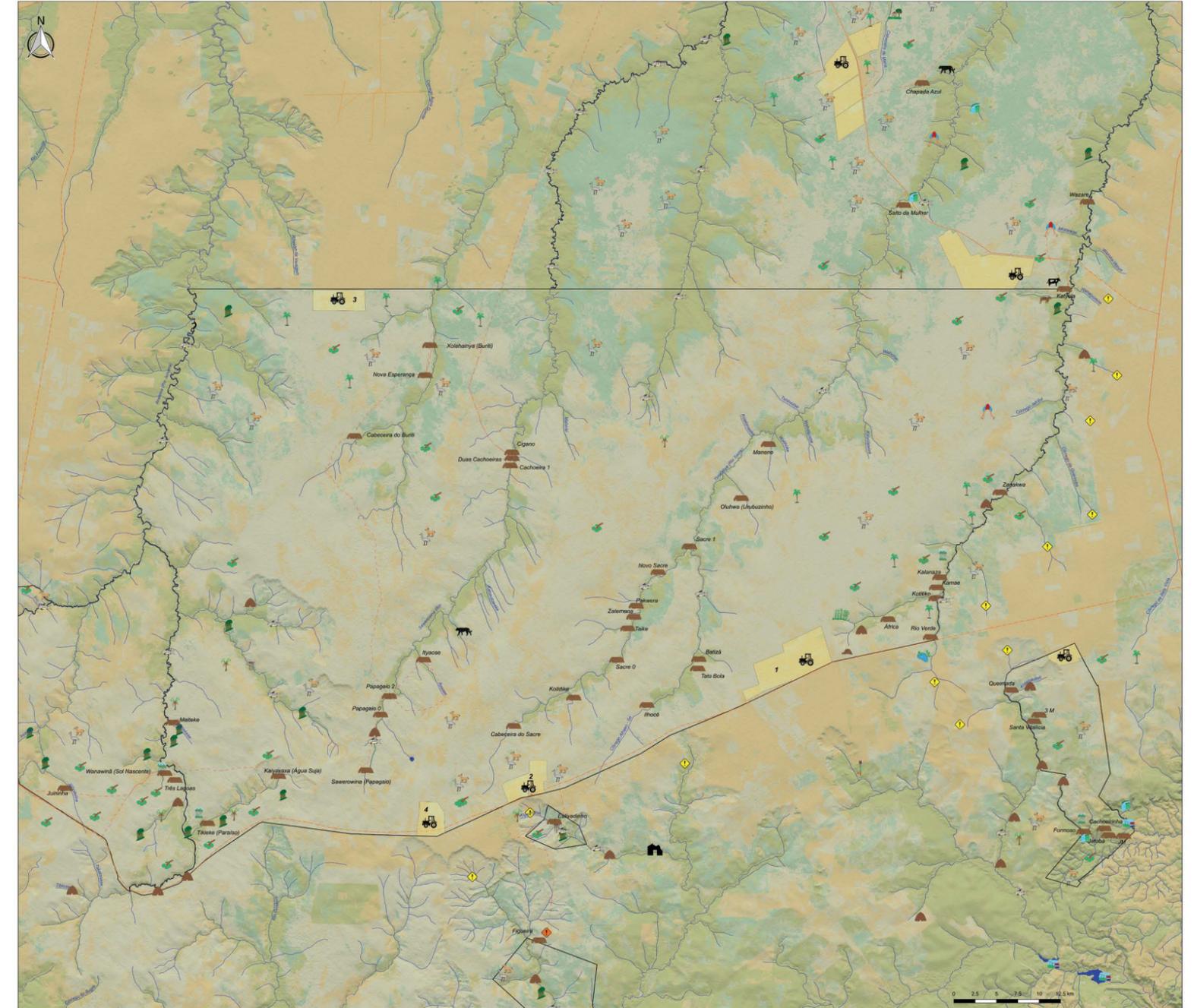
ÁREA 1		ÁREA 2	
Aldeias	Área plantada (ha)	Aldeias	Área plantada (ha)
Kalanaza		Batiza	
Kamae		Ilheocê	
Kotitiko	2.150	Sacre	1.500
Manene		Sacre I	
Rio Verde		Tatu Bola	
		Zatmana	
ÁREA 3		ÁREA 4	
Aldeias	Área plantada (ha)	Aldeias	Área plantada (ha)
2 Cachoeira		3 Lagoas	
Buriti	1.500	Cab. Sacre	
Cab. Buriti		Estivadinho	
Nova Esperança		Figueira	
		Juininha/ Uirapuru	2.514
		Papagaio 0	
		Papagaio I	
		Papagaio II	
		Paraíso/ Água Suja	

Área total projetos agrícolas TI Pareci: 7.664 ha



Legenda

- Wenakalati (Aldeia)
- Wenakalatyatse (Aldeia antiga)
- Ozekerehareatse (Local histórico)
- Matsene (Roça de toco)
- Atyali (Frutas)
- Atyakotse koni (Madeira)
- Wakoly (Guariroba)
- Itsõe (Buriti)
- Koreta (Taquara)
- Kore (Flecha sagrada)
- Iyamaka (Flauta sagrada)
- Waiyeze (Local Sagrado)
- Takoita zanaityaka (Criação)
- Oliti (Caça)
- Bowi (Gado)
- Txini (Onça)
- Kohatse (Pesca)
- Hokoza (Lagoa)
- Wamolo (Salto)
- Tsehalikwa (Extração de cascalho)
- Matsenekwa (Sede lavoura)
- Kahiyiye (PCH)
- Degradação ambiental
- Disputa territorial
- One kalozore (Rios e córregos)
- Ahoti hotahare (Rodovia pavimentada)
- Ahoti waikyoheao (Estrada não pavimentada)
- Haliti waikyohera (Terra Indígena)
- Matsenekwa (Proj. Agrícolas)
- Kolohe (Floresta)
- Matse kohitsero (Cerrado)
- Marekwa (Campo cerrado)
- Zafidyakwalati (Solo exposto, lavoura, pasto, desmatamento)

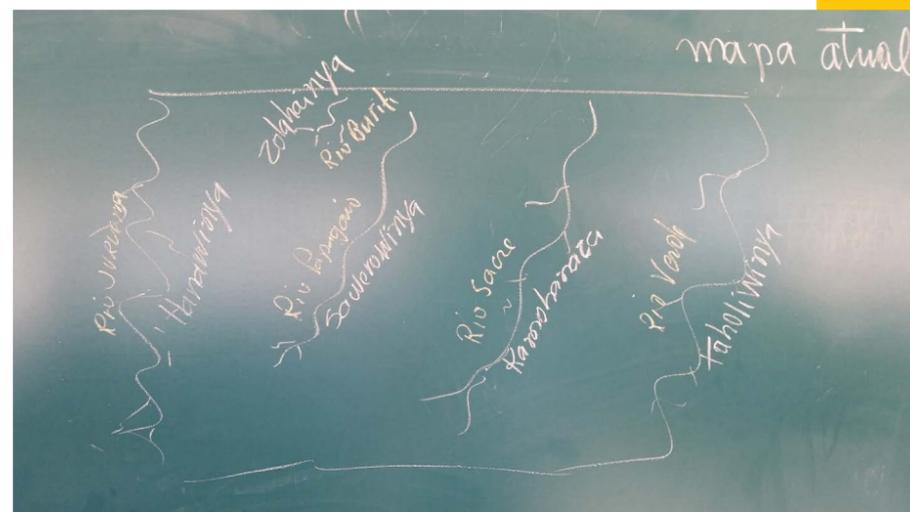


WAIKYOHE FETALAKWA HALITI-PARESI

Terra indígena Paresi

Situação Jurídica: Homologada e Registrada (Decreto 287, 29/10/1991)
 Área: 563.586 Ha
 População: 1.160
 Aldeias: 30

Fontes: Povo Haliti-Paresi, Funai, IBGE, Inpe, Sesai, Aneel, Sema-MT, Openstreetmaps.
 Datum SIRGAS 2000, Projeção UTM 21 S
 Setembro, 2017



Mapa desenhado pelo Prof. Angelo Kozomae, aldeia Kolidik.

Seu ecossistema é caracterizado por regiões planas com vegetação de cerrado (*matse*) e campo cerrado (*marekwa*).

Desenvolvem-se projetos agrícolas, com tecnologia mecanizada para produção de grãos, principalmente soja, milho, girassol, sorgo e algodão, que somam uma área total de 7.664 hectares nesta terra indígena, subdivididos em quatro talhões que são gerenciados por cada microrregião.

Na região do rio Verde, encontram-se as aldeias: Rio Verde, Kotitiko, Kamae, Kalanaza, África e Zanakwa. Este grupo administra 2.150 hectares de lavoura.

Na microrregião do rio Sacre estão as aldeias: Cabeceira do Sacre, Kolidiki, Kolidiki 2, Sacre 0, Taike, Zatemana, Pakwera, Novo Sacre, Sacre 1, Oloho (Urubu), Manene, Ilhocê, Tatu Bola, Batiza e Batiza 2. Nela é realizado um projeto agrícola com área cultivada de 1.500 hectares.

Nas cabeceiras do rio Papagaio estão as aldeias Sawero-winya (Papagaio), Papagaio 0, Papagaio 2, Papagaio 4, Ityase. Esta região, em conjunto com outras aldeias, como Paraíso e Água Suja, e com as aldeias de outras terras indígenas (Uirapuru, Juininha, Estivadinho e Figueiras), desenvolvem o cultivo de 2.514 hectares de lavoura mecanizada.



Aldeia Sacre I. Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Aldeia Kamae.

A região do rio Buriti abriga as aldeias Cabeceira do Buriti, Nova Esperança e Zolaha-winya (Buriti). Dessa microrregião, embora estando nas margens do rio Papagaio, ainda fazem parte as aldeias Cachoeira 1, Duas Cachoeiras, Oreke – Salomão, Cigano. Juntas cultivam 1.500 hectares de lavoura mecanizada.

Há ainda a microrregião do Juruena, onde encontramos as aldeias Tikieke (Paraíso), Kaiyazaza (Água Suja), Maiteke e Cabeceira de Juruena.

Nesta terra indígena predominam as aldeias de feitiço mais tradicional, onde a maior parte da população reside nas hati e falam a língua materna. A maior parte da população pertence aos subgrupos *Kozarene*, *Katxiniti* e *Enomaniyere*.

As nascentes de cursos d'água e cabeceiras de rios que se encontram na divisa na terra indígena, ou fora dela, vêm sofrendo graves impactos pelo desmatamento do entorno. Rodeados por extensas áreas de cultivo com agricultura mecanizada intensiva e utilização de agrotóxicos, recebem a lixiviação de resíduos tóxicos e o assoreamento dos mananciais.



Região Cabeceiras do Rio Sacre.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Aldeia Kalanaza – Caetano Zomezomae e Helena Izokero.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



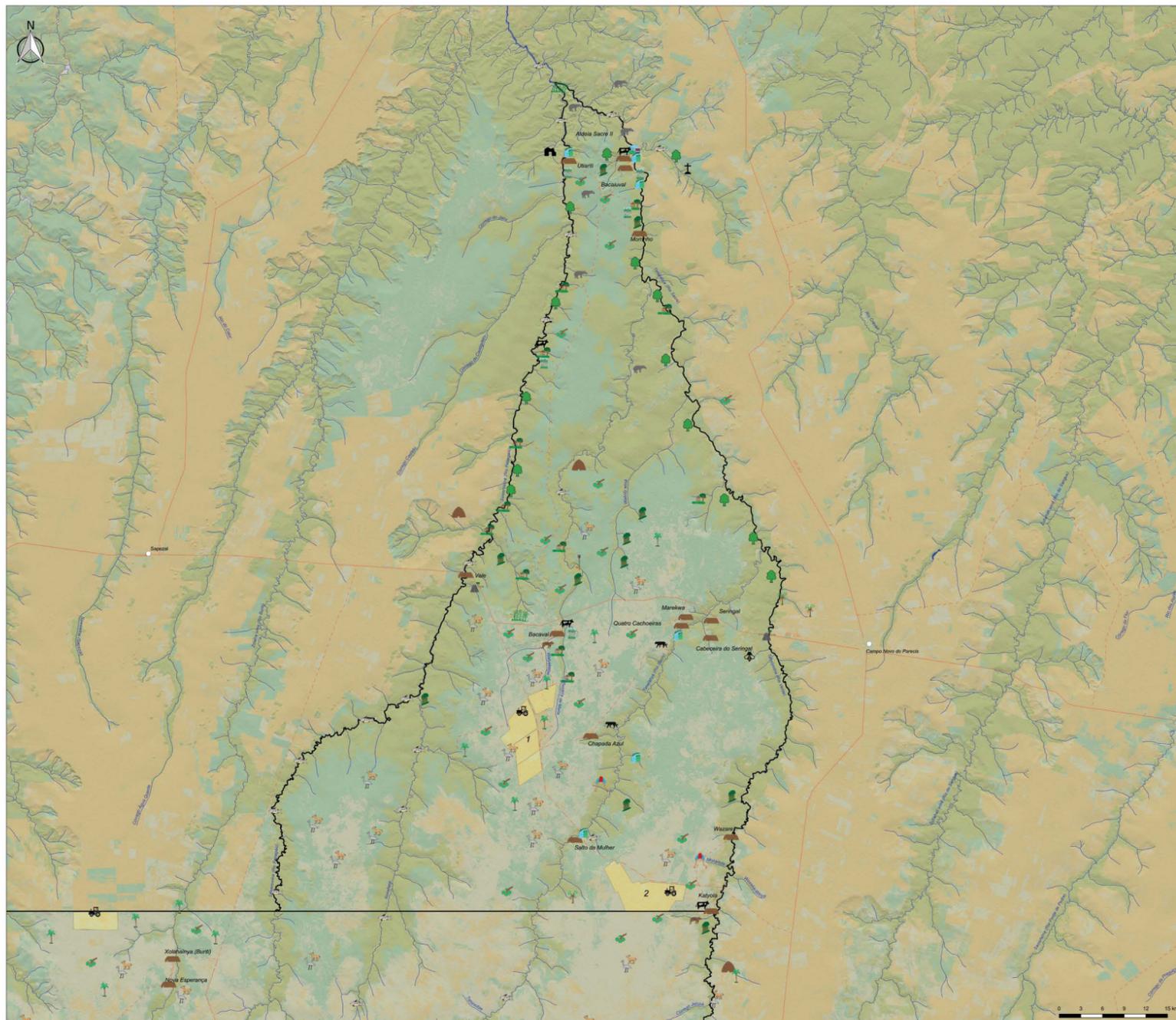
Comunidade da aldeia Duas Cachoeiras. Foto: Rinaldo Arruda/OPAN



Nascente do rio Papagaio, Sawero-winya.



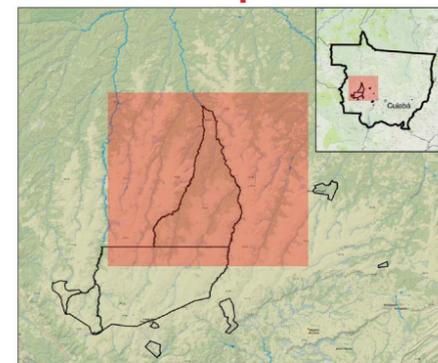
Aldeia Buriti.



WAIKYOHE FETALAKWA HALITI-PARESI

Terra indígena Utiariti

Situação Jurídica: Homologada e Registrada (Decreto 261, 29/10/1991)
 Área: 412.304,95 Ha
 População: 594
 15 aldeias
 Fontes: Funai, IBGE, ANEEL, SEMA-MT, INPE, Povo Haliti-Paresi
 Datum SIRGAS 2000, Projeção UTM 21 S
 Setembro 2017



Legenda

- Wenakalati (Aldeia)
- Wenakalatyootse (Aldeia antiga)
- Zawatyakalatiatse (Cemitério)
- Ozekerehareatse (Local histórico)
- Wenakalatyootse (Barraca)
- Matsene (Roça de toco)
- Atyali (Frutas)
- Txidikya (Seringal)
- Atyakotse koni (Madeira)
- Wakoly (Guariroba)
- Itsõe (Buriti)
- Kore (Flecha)
- Kore (Flecha sagrada)
- Iyamaka (Flauta sagrada)
- Waiyeze (Local Sagrado)
- Takoita zanaityaka (Criação)
- Mahã (Mel)
- Oliti (Caça)
- Oliti kolohore (Caça)
- Bowi (Gado)
- Txini (Onça)
- Kohatse (Pesca)
- Hokoza (Lagoa)
- Wamolo (Salto)
- Tsehalikwa (Extração de cascalho)
- Wahatyakalati (Direito de passagem)
- Matsenekwa (Sede lavoura)
- Kahihyie (PCH)
- Imoti nawenakala (Cidade)
- One kalozore (Rios e córregos)
- Ahoti hotahare (Rodovia pavimentada)
- Ahoti waikyohao (Estrada não pavimentada)
- Haliti waikyohera (Terra Indígena)
- Matsenekwa (Lavouras)
- Kolocho (Floresta)
- Matse kohitsero (Cerradão)
- Marekwa (Campo cerrado)
- Zafidyakwalati (Solo exposto, lavoura, pasto, desmatamento)

TERRA INDÍGENA

UTIARITI

A Terra Indígena Utiariti encontra-se homologada e registrada. Localiza-se na porção norte do território Haliti, nos municípios de Campo Novo do Parecis e Sapezal. Tem extensão territorial de 412.304,95 hectares, abrindo uma população de 594 habitantes em 15 aldeias.

A distribuição de suas aldeias forma quatro microrregiões com laços políticos, sociais, culturais e econômicos mais intensos entre as aldeias de cada uma delas:

1) Região do Sacre (aldeias Sacre II, Bacaiuval, Morrinhos e Utiariti); 2) Região do Bacaval (aldeias Bacaval, Vale do Papagaio, Chapada Azul e Sorriso); 3) Região da Quatro Cachoeiras (aldeias Quatro Cachoeiras, Marekwa, Seringal, Cabeceira do Seringal e Cabeceira do Seringal II); 4) Região do Salto (aldeias Salto da Mulher, Katyola-winya, Wazare). As regiões do Sacre e do Bacaval concentram a maioria de habitantes do subgrupo *Waymare*, e nas regiões de Quatro Cachoeiras e do Salto a maioria dos habitantes pertencem aos subgrupos *Kozarene*, *Katxiniti* e *Enomaniyere*.

PROJETOS AGRÍCOLAS

Aldeias	ÁREA 1		ÁREA 2	
	Área plantada (ha)	Aldeias	Área plantada (ha)	Aldeias
Bacaval	1.000	Salto da mulher	1.500	
Chapada	1.000	Katyola Winã	1.000	
Vale do Papagaio	1.000	Quatro Cachoeiras	1.000	
Bacaiuval		Cabec. Seringal		
Morrinho		Seringal	500	
Sacre II	1.670	Zanakwa (TI Paresi)		
Utiariti		Jatobá (TI Formoso)	1.000	
Total por área	4.670	Total por área	4.000	

Área total projetos agrícolas TI Utiariti: 8.670 ha



Rio Sacre. Foto: Guilherme Ruffing/OPAN

Seu ecossistema é predominantemente de cerrado, apresentando transição de Campos (*marekwa*) à cerradão (*matsse kohitsero*), combinado com manchas de floresta (*koloho*), principalmente ao longo dos mananciais de água, envolvendo e protegendo os rios. Possuem abundância em recursos naturais, da flora e da fauna, para caça, pesca, coleta de frutos,

palhas e taquaras. As águas que ali nascem, fluindo por estas regiões, formam paisagens belíssimas e saltos, sagrados ao povo Haliti, que comportam potencial turístico atrativo.

Desenvolvem-se projetos agrícolas com agricultura mecanizada, configurando dois talhões, sendo um na região do Bacaval, com 4.670 hectares, envolvendo as aldeias Bacaval,



Aristides Manoki e Tertuliana, aldeia Utiariti. Foto Rinaldo Arruda



Ivone Quezoero. Foto: Fabiano da Matta/OPAN

Chapada Azul, Vale do Papagaio, Bacaiuval, Morrinhos, Sacre II e Utiariti. O segundo talhão, possui 4.000 hectares de cultivo, gerenciado pelas aldeias Salto da Mulher, Katyola-winya, Wazare, Quatro Cachoeiras, Cabeceira do Seringal, Seringal, Zanakwa e aldeia Jatobá (Terra Indígena Rio Formoso).

A Rodovia MT-235 atravessa a Terra Indígena Utiariti no sentido transversal numa extensão de 60 km, interligando a sede do município de Campo Novo do Parecis à cidade de Sapezal. Nesta rodovia os indígenas cobram o “Direito de Passagem”, como compensação pelos impactos ambientais e sociais acarretados pela passagem da estrada no interior da terra indígena.

Algumas aldeias vêm reaplicando os recursos oriundos do direito de passagem e da lavoura em projetos produtivos alternativos, visando a sustentabilidade nas comunidades. As aldeias Sacre II, Utiariti, Quatro Cachoeiras, Salto da Mulher e Wazare desenvolvem projetos de etnoturismo; as aldeias Vale do Papagaio e Bacaval desenvolvem a criação de peixes (piscicultura); as aldeias Katyola-winya e Chapada Azul desenvolvem a criação de aves (galinhas caipira) e suínos.



Aldeia Morrinhos. Foto: Fabiano da Matta/OPAN



Região de Utariarti. Fotos: Fabiano da Matta/OPAN

Moradores da aldeia Bacaval.

Família de Justino Kazokemae, Aldeia Chapada Azul



*Aldeia Katyola-winya.
Fotos: Marcelino Dantas/OPAN*



Aldeia Quatro Cachoeiras.



Salto Quatro Cachoeiras.



*Região Salto da Mulher.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN*



Escola da aldeia Vale do Papagaio.



Wazare.

TERRA INDÍGENA

RIO FORMOSO

A Terra Indígena Rio Formoso, homologada e registrada, tem extensão de 19.749 hectares e localiza-se no município de Tangará da Serra. Nela brotam as cabeceiras de rios que abastecem a bacia hidrográfica do Sepotuba/Paraguai.

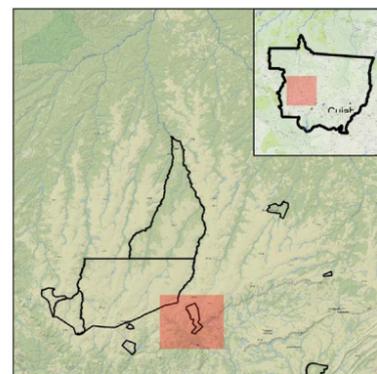
A população residente distribui-se em sete aldeias, totalizando 214 pessoas. As aldeias são: JM, Jatobá, Cachoeirinha e Formoso, na região sul da área, Santa Vitalina, 3M e Queimada, ao norte.

A cerca de 2 km da maior aldeia, Formoso, encontramos uma gruta onde minam as águas do rio Bonito, reserva de águas minerais que correm para o rio Formoso. Próxima a aldeia, uma vereda de águas cristalinas deságua em belíssima cachoeira cortando o vale de matas.

As aldeias localizadas na porção norte da terra indígena, Santa Vitalina, 3M e Queimada, atualmente sofrem impactos diretos no uso da água dos rios que abastecem os moradores. Estão próximos das cabeceiras do rio Juba e Formoso, as quais se encontram fora da terra indígena. O desmatamento do entorno promove erosão e consequente assoreamento das águas, provocando dificuldades de acesso aos indígenas.

A aldeia Queimada é a mais antiga. São aldeias de feito tradicional e a maior parte das moradias é constituída de *hatis*, as casas tradicionais.

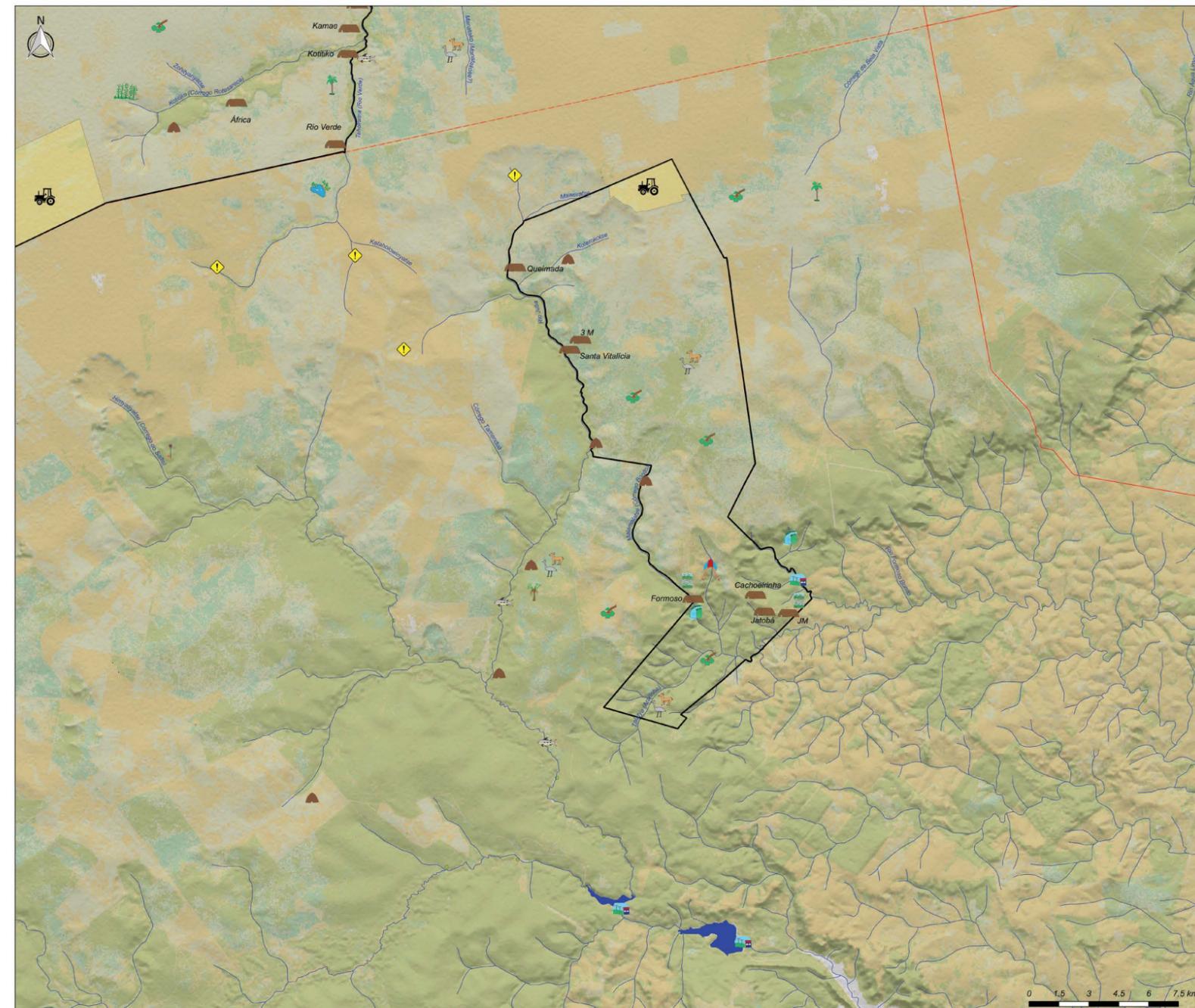
Nas aldeias JM e Jatobá há grande e crescente produção de frutas, hortas e animais e aves de pequeno porte. Também desenvolvem um projeto agrícola para produção de grãos em uma área de 600 hectares.



Legenda

- Wenakalati (Aldeia)
- Wenakalatyootse (Aldeia antiga)
- Matsene (Roça de toco)
- Atyali (Frutas)
- Wakoly (Guariroba)
- Itsõe (Buriti)
- Kore (Flecha sagrada)
- Iyamaka (Flauta sagrada)
- Waiyeze (Local Sagrado)
- Oiliti (Caça)
- Kohatse (Pesca)
- Hokoza (Lagoa)
- Wamolo (Salto)
- Matsenekwa (Sede lavoura)
- Kahiyiye (PCH)
- Degradação ambiental
- Haliti waikyohera (Terra Indígena)
- Ahoti hotahare (Rodovia pavimentada)
- One kalozere (Rios e córregos)
- Lavoura
- Koloho (Floresta)
- Matse kohitsero (Cerrado)
- Marekwa (Campo cerrado)
- Zafidyakwalati (Solo exposto, lavoura, pasto, desmatamento)

Área de projeto agrícola: 600 Ha



WAIKYOHE FETALAKWA HALITI-PARESI

Terra indígena Rio Formoso

Situação Jurídica: Homologada e registrada (Decreto 391, 24/12/1991).

Área: 19.749 Ha

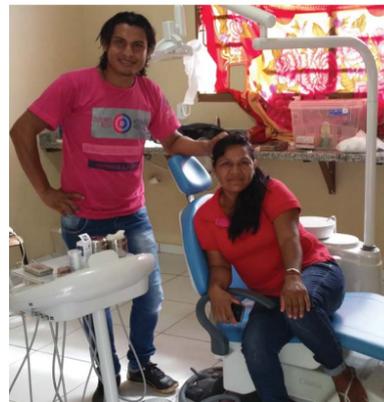
População: 214

Aldeias: 7

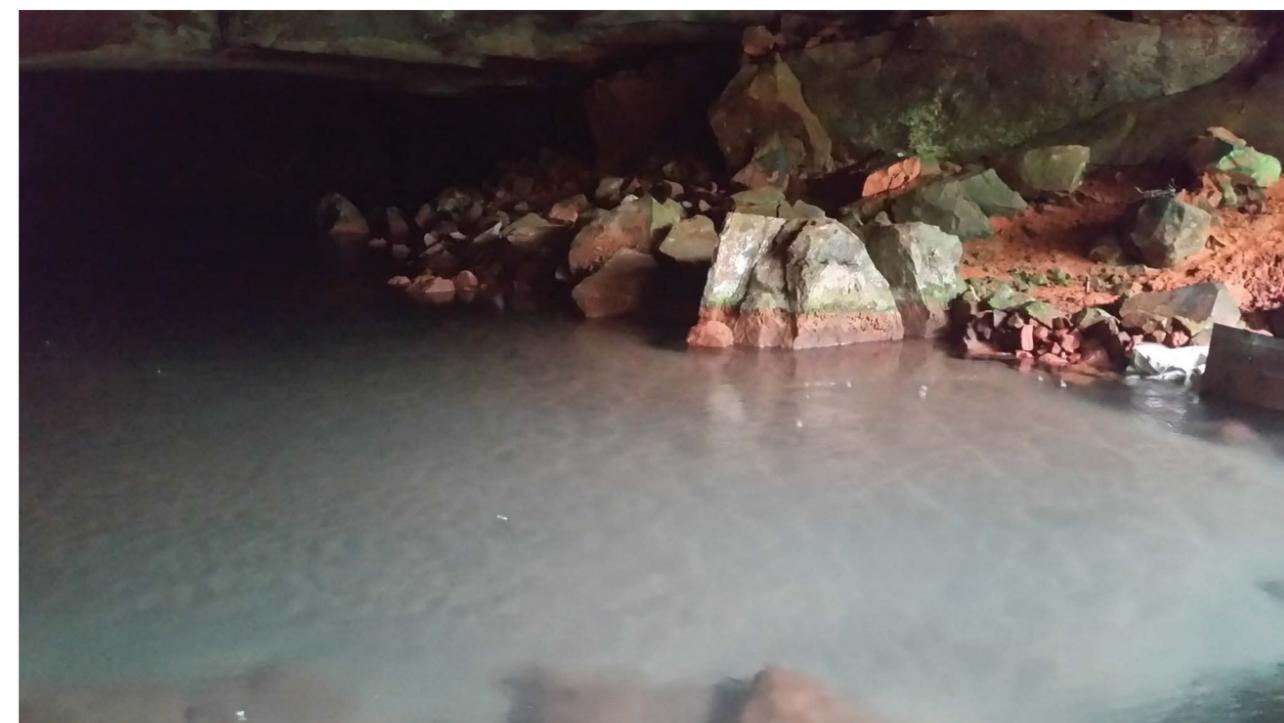
Fontes: Povo Haliti-Paresi, Funai, IBGE, INPE SEMA-MT, Sesai

Datum SIRGAS 2000, Projeção UTM 21 S

Agosto, 2017



Moradores Haliti e paisagens do Formoso. Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



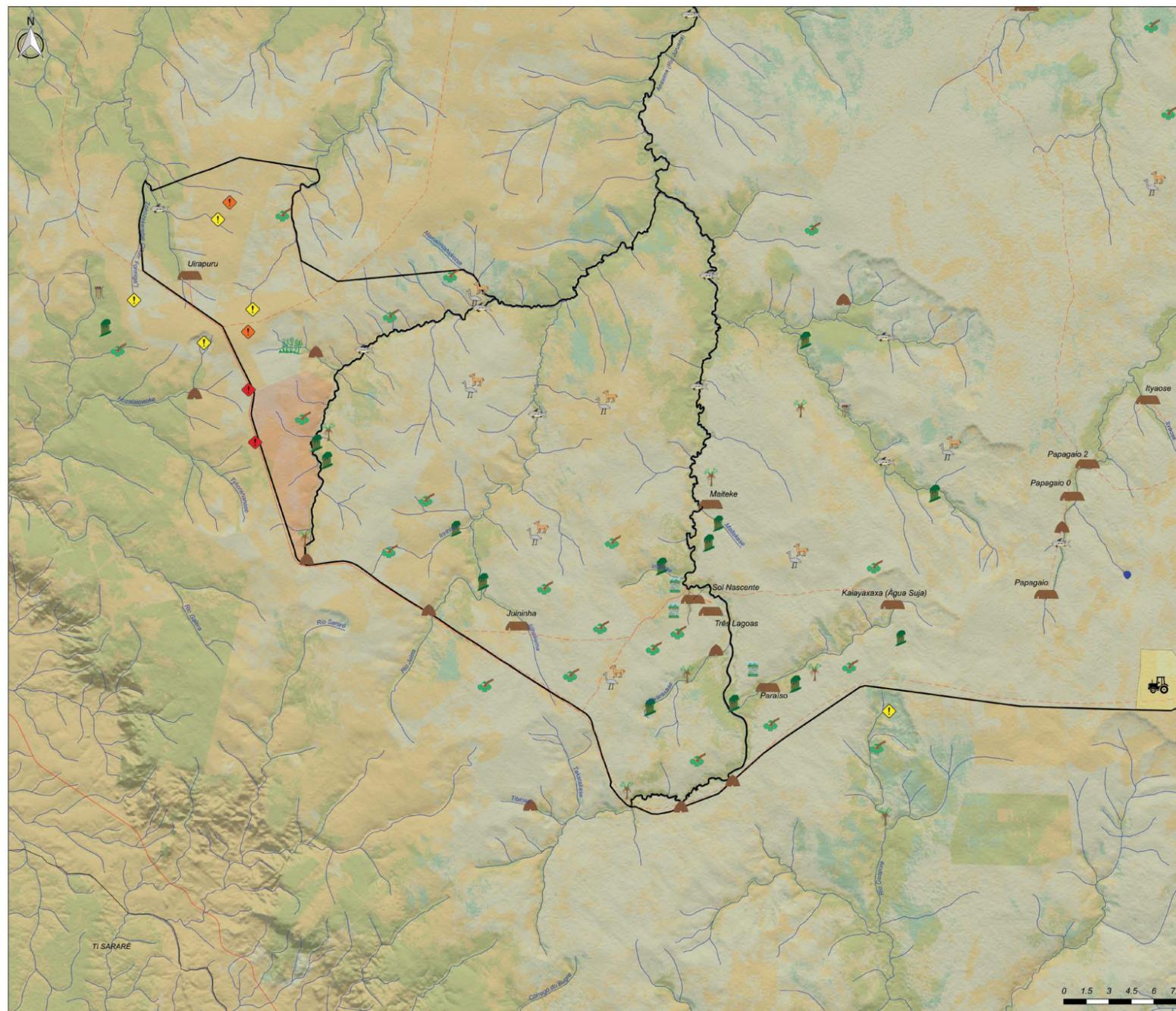
Gruta do Formoso.



Roça tradicional do Cândido, aldeia Jatobá. Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Crianças Haliti na aldeia Queimada.

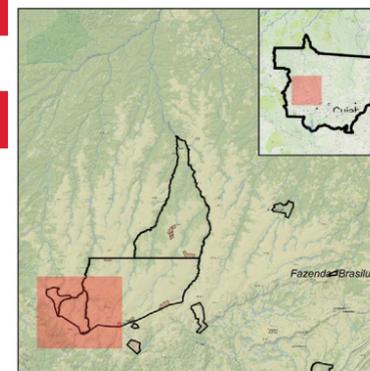


WAIKYOHE FETALAKWA HALITI-PARESI

Terra indígena Juininha

Situação Jurídica: Homologada (Decreto s/n, 04/10/1993).
 Área: 70.537 Ha
 População: 102
 Aldeias: 3

Fontes: Povo Haliti-Paresi, Funai, IBGE, INPE SEMA-MT, Sesai
 Datum SIRGAS 2000, Projeção UTM 21 S
 Setembro, 2017



Legenda

- Wenakalati (Aldeia)
- Wenakalatyatse (Aldeia antiga)
- Matsene (Roça de toco)
- Atyali (Frutas)
- Atyakotse koni (Madeira)
- Itsõe (Buriti)
- Kore (Flecha)
- Kore (Flecha sagrada)
- Iyamaka (Flauta sagrada)
- Oliti (Caça)
- Kohatse (Pesca)
- Matsenekwa (Sede lavoura)
- Degradação ambiental
- Disputa Territorial
- Conflito
- One kalozere (Rios e córregos)
- Ahoti hotahare (Rodovia pavimentada)
- Ahoti waikyoheao (Estrada não pavimentada)
- Haliti waikyohera (Terra Indígena)
- Koloho (Floresta)
- Matse kohitsero (Cerrado)
- Marekwa (Campo cerrado)
- Zafidyakwalati (Solo exposto, lavoura, pasto, desmatamento)
- Lavoura
- Área de conflito fundiário

TERRA INDÍGENA

JUININHA

A Terra Indígena Juininha localiza-se no extremo oeste do território Haliti, na região das cabeceiras do rio Juruena, com extensão de 70.537 hectares, encontrando-se no município de Conquista D'Oeste. É uma terra indígena com sua situação jurídica homologada e registrada.

Tem três aldeias, Três Lagoas, Sol Nascente e Juininha, com uma população total de 102 habitantes. A maior parte da população pertence aos subgrupos *Enomaniyere* e *Kozarene*. Na aldeia Juininha está enterrado Capitão Marcos, antiga liderança do povo Haliti. A aldeia Sol Nascente se distingue por ser bastante tradicional, com casas típicas e a feitura de muitas roças “de toco”, com grande produção de mandioca e outros cultivares.

Próximas aos limites da terra indígena, sentido sul da antiga BR-364, estão as principais nascentes do rio Juruena e do rio Juína, que sofrem impactos ambientais pelo desmatamento do entorno para atividades agropecuárias.



*Aldeia da Terra Indígena Juininha.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN*



Roça, aldeia Sol Nascente.



Aldeia Juininha. João Batista Figueiredo Zoloizomae da aldeia Juininha.



Aldeia Três Lagoas.

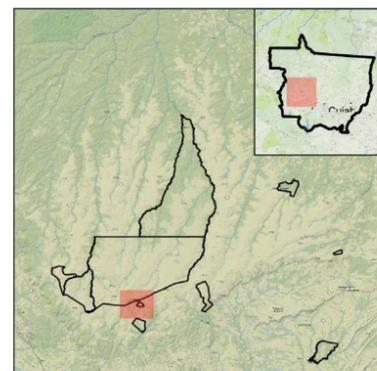
TERRA INDÍGENA

ESTIVADINHO

A Terra Indígena Estivadinho, homologada e registrada com extensão de 2.032 ha, encontra-se ao sul da antiga BR-364, sentido oeste, nas cabeceiras do rio Jauru, tributário do rio Paraguai. Os mais velhos contam que a estrada provocou o primeiro impacto sociocultural sobre os Halitinae, segregando o território tradicional de uso do povo.

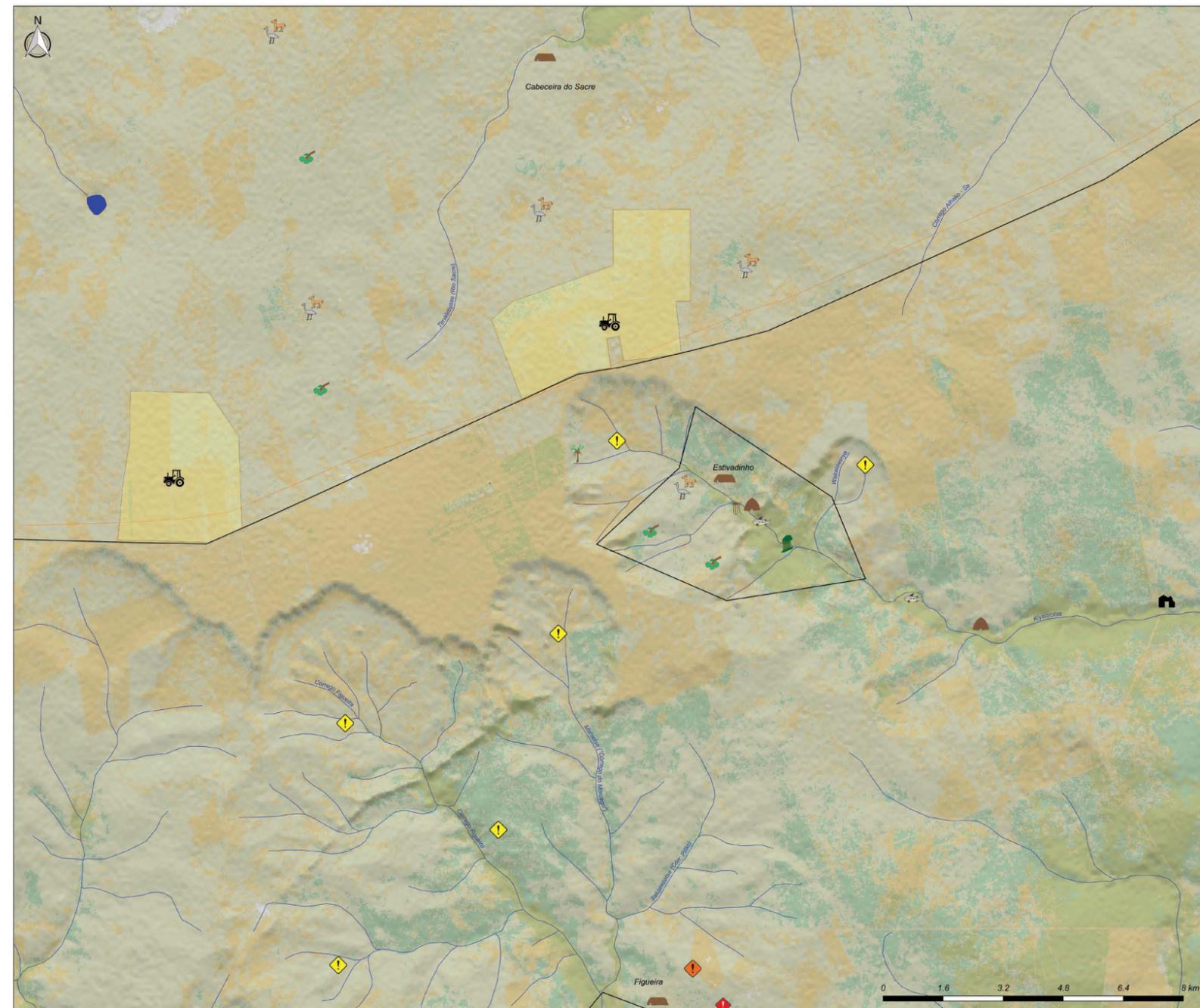
Localizada na região dos Chapadões, delimitada em área de fumaça, está cercada por fazendas com sistemas agrícolas de monocultivos baseados no uso intensivo de agrotóxicos e maquinários pesados, e sofre com a degradação ambiental do entorno, principalmente em relação às condições do solo e das águas. Há uma única aldeia, aldeia Kyaoro, também chamada Estivadinho, com uma população de 46 pessoas. A aldeia velha, Wamololi, ficou fora da demarcação, a cerca de 8 km da divisa dessa área.

Os anciões dessa aldeia valorizam as festas tradicionais, as flautas, os oferecimentos e a história do povo. Os recursos da caça, da pesca e dos alimentos tradicionais são mobilizados em tais ocasiões. Porém, atualmente, boa parte destes recursos tem que ser buscada fora da terra indígena onde o acesso tornou-se restrito por se encontrar em áreas particulares.



Legenda

-  Wenakalati (Aldeia)
-  Wenakalatyaotse (Aldeia antiga)
-  Ozekerehareatse (Local histórico)
-  Atyali (Frutas)
-  Atyakotse koni (Madeira)
-  Itsõe (Buriti)
-  Kore (Flecha)
-  Oliti (Caça)
-  Kohatse (Pesca)
-  Matsenekwa (Sede lavoura)
-  Degradação ambiental
-  Disputa Territorial
-  One kalozere (Rios e córregos)
-  Haliti waikyohera (Terra Indígena)
-  Matsenekwa (Lavoura)
-  Koloho (Floresta)
-  Matse kohitsero (Cerrado)
-  Marekwa (Campo cerrado)
-  Zafidyakwalati (Solo exposto, lavoura, pasto, desmatamento)



WAIKYOHE FETALAKWA HALITI-PARESI

Terra indígena Estivadinho

Situação Jurídica: Homologada e registrada (Decreto s/n, 12/08/1993).
Área: 2.031,9 Ha
População: 46
Aldeias: 1
Fontes: Povo Haliti-Paresi, Funai, IBGE, INPE SEMA-MT, Sesai
Datum SIRGAS 2000 Projeção UTM 21 S
Setembro, 2017



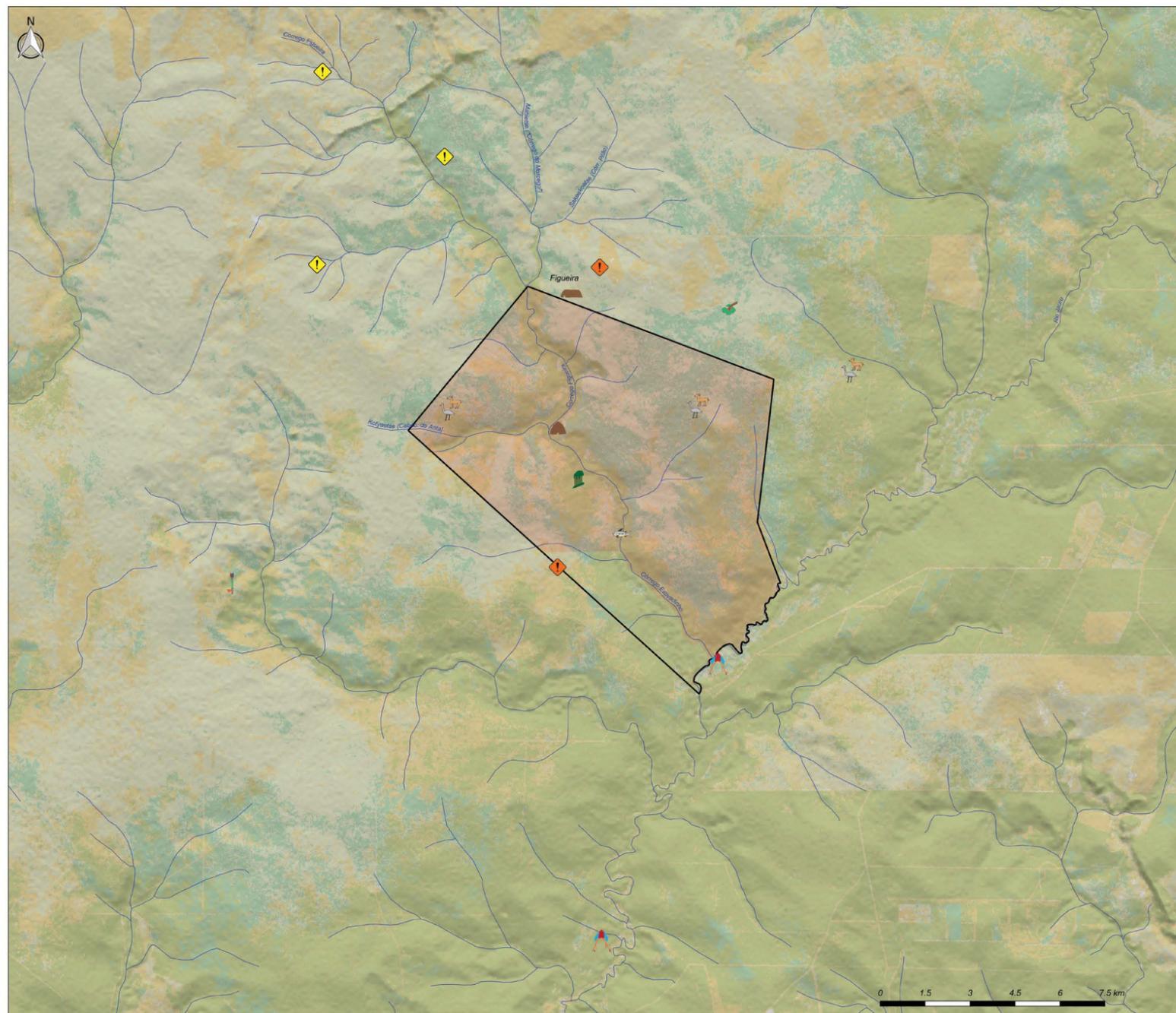
Aldeia Estivadinho
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Brito Zohezokae



Panorâmica da Terra Indígena Estivadinho

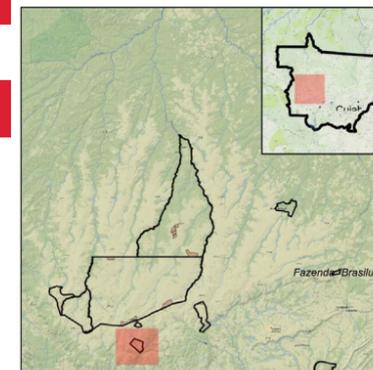


WAIKYOHE FETALAKWA HALITI-PARESI

Terra indígena Figueiras

Situação Jurídica: Homologada (Decreto s/n, 03/07/1995).
 Área: 9.858,92 Ha
 População: 21
 Aldeias: 1

Fontes: Povo Haliti-Paresi, Funai, IBGE, INPE SEMA-MT, Sesai
 Datum SIRGAS 2000 Projeção UTM 21 S
 Setembro, 2017



Legenda

- Wenokalati (Aldeia)
- Wenokalatyaoitse (Aldeia antiga)
- Atyali (Fruitas)
- Atyakotse koni (Madeira)
- Kore (Flecha sagrada)
- Waiyeze (Local Sagrado)
- Oliti (Caça)
- Kohatse (Pesca)
- Degradação ambiental
- Disputa territorial
- Ahoti hotahare (Rodovia pavimentada)
- One kalozere (Rios e córregos)
- Haliti waikyohera (Terra Indígena)
- Koloho (Floresta)
- Matse kohitsero (Cerrado)
- Marekwa (Campo cerrado)
- Zafidyakwalati (Solo exposto, lavoura, pasto, desmatamento)
- Área de conflito fundiário (Sobreposição de CAR)

TERRA INDÍGENA

FIGUEIRAS

A Terra Indígena Figueiras, homologada e registrada, com uma extensão de 9.858,92 hectares, está localizada ao sul da antiga BR-364, nas bordas da Serra de Tangará, nos chapadões vegetados por campos e cerrado baixo, nos municípios de Barra do Bugres e Tangará da Serra. A população, dos subgrupos *Katxiniti* e *Enomaniyere*, é de 21 habitantes residentes na única aldeia, chamada Figueiras.

Na região abrigam-se as cabeceiras do rio Jauru, afluente do rio Paraguai, porém, as cabeceiras que se encontram fora da área demarcada sofrem pressão do entorno pelo desmatamento das fazendas, comprometendo a qualidade da água para o consumo dos indígenas e promovendo a degradação ambiental.

A demarcação deixou de fora locais sagrados como cabeceiras de cursos d'água, aldeias velhas e um local, *Kyawarenae*, a Cidade de Pedra, onde *Wazare* deixou sua pegada, ao delimitar o território tradicional Haliti.

Terra Indígena Figueiras
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Rivelino Kanézomae



Cobertura de uma hati com palha de buriti na aldeia Figueiras.

TERRA INDÍGENA

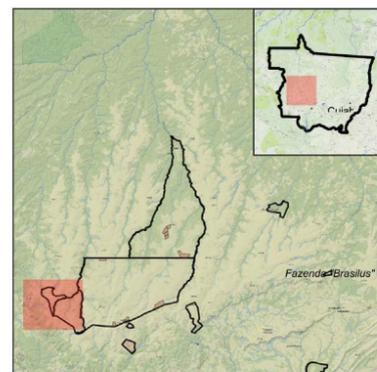
UIRAPURU

No extremo oeste do território Haliti, encontramos a Terra Indígena Uirapuru, com superfície de 21.680 hectares, nos municípios de Campos de Júlio e Nova Lacerda. Sua situação jurídica é de terra declarada, ainda não homologada. Há ocupantes não indígenas no seu interior e nos seus limites há conflitos entre grileiros e fazendeiros, e entre estes e os indígenas.

Durante a construção da BR-364, a partir de 1960, os indígenas foram deslocados da aldeia velha onde viviam, nas cabeceiras do rio Juruena, a aproximadamente 20 km de onde estão atualmente, onde os recursos ficaram escassos.

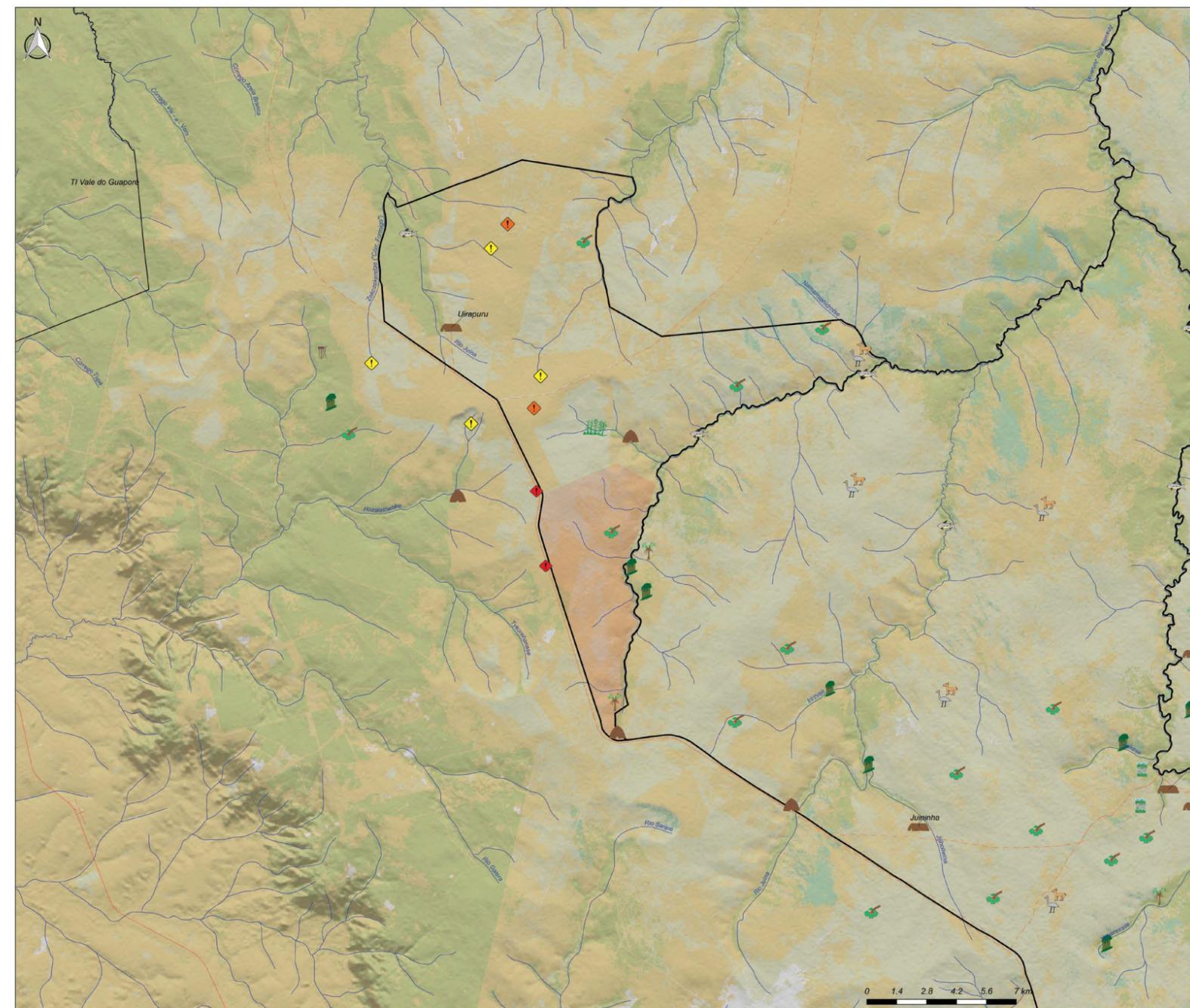
A demarcação deixou de fora locais sagrados, áreas de caça, palhas, madeira, taquara, frutas. “Perdemos o sossego, perdemos a tranquilidade”, diz Dona Júlia, moradora da única aldeia onde residem 34 pessoas, dos subgrupos *Enomaniyere* e *Kozarene*.

Os fazendeiros ocupantes cultivam 12 mil hectares para produção de grãos e os Halitinae negociam com eles ao menos uma porcentagem da produção, enquanto aguardam o desfecho dos processos jurídicos em andamento. Vivem situação de grande tensão e ameaças e reivindicam a regularização da área e a sua desintração.



Legenda

- Wenakalati (Aldeia)
- Wenakalatyatse (Aldeia antiga)
- Matsene (Roça de toco)
- Atyali (Frutas)
- Atyakotse koni (Madeira)
- Itsõe (Buriti)
- Kore (Flecha)
- Kore (Flecha sagrada)
- Iyamaka (Flauta sagrada)
- Oliti (Caça)
- Kohatse (Pesca)
- Ripa (Paxiuba)
- Degradação ambiental
- Disputa Territorial
- Conflito
- One kalozere (Rios e córregos)
- Ahoti hotahare (Rodovia pavimentada)
- Ahoti waikyoheao (Estrada não pavimentada)
- Haliti waikyohera (Terra Indígena)
- Kolohe (Floresta)
- Matse kohitsero (Cerrado)
- Marekwa (Campo cerrado)
- Zafidyakwalati (Solo exposto, lavoura, pasto, desmatamento)
- Area de conflito fundiário



WAIKYOHE FETALAKWA HALITI-PARESI

Terra indígena Uirapuru

Situação Jurídica: Declarada (Despacho s/n, 21/03/2001).
Área: 21.680 Ha
População: 34
Aldeias: 1
Fontes: Povo Haliti-Paresi, Funai, IBGE, INPE, OpenStreetMaps, SEMA-MT, Sesai
Datum SIRGAS 2000 Projeção UTM 21 S
Setembro, 2017



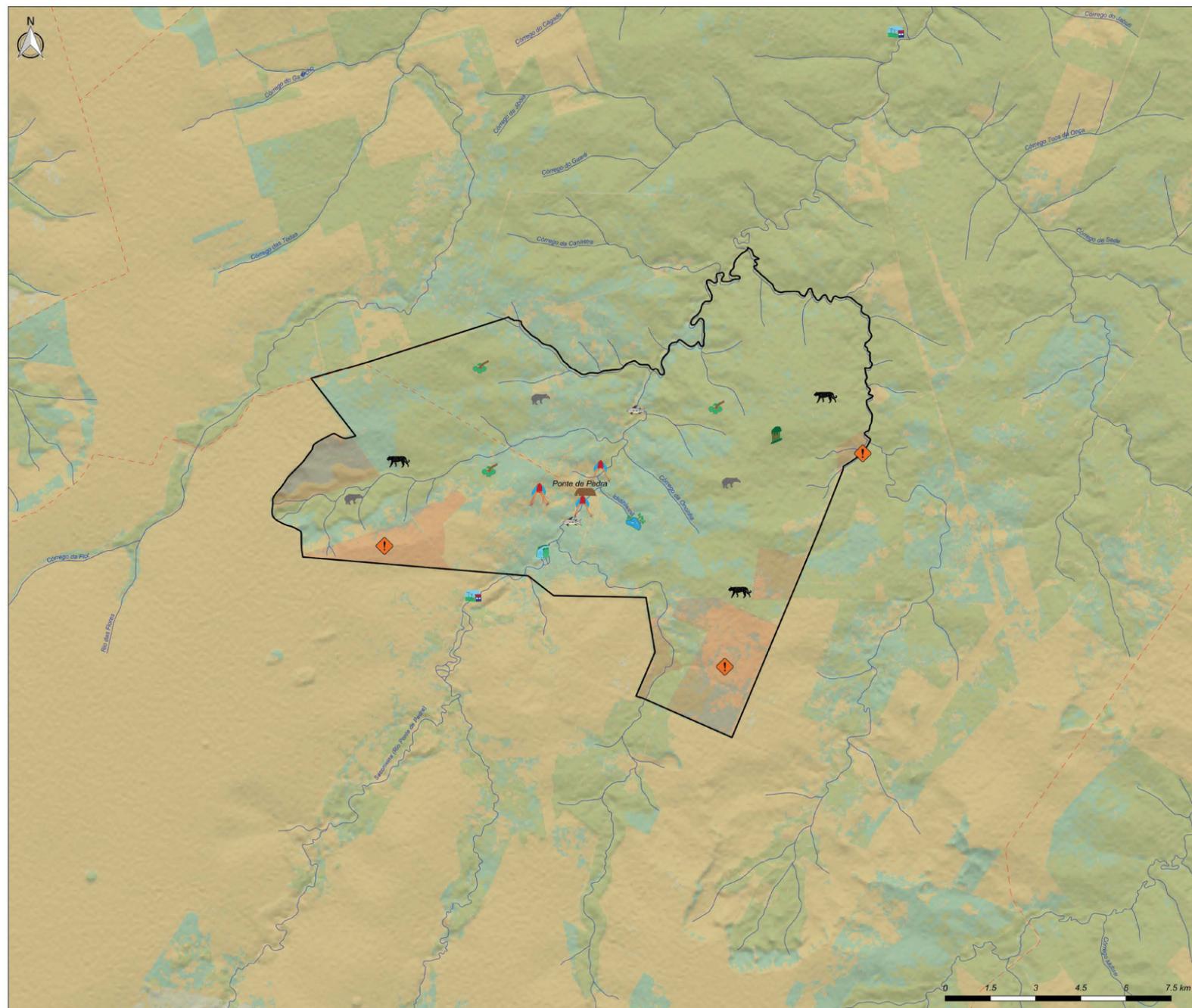
Criação de mapas na aldeia Uirapuru. Foto: Rinaldo Arruda/OPAN



*Família da aldeia Uirapuru.
Foto: Fabiano da Matta/OPAN*



*1,2,3 Imagens da aldeia Uirapuru.
Fotos: Marcelino Dantas/OPAN*

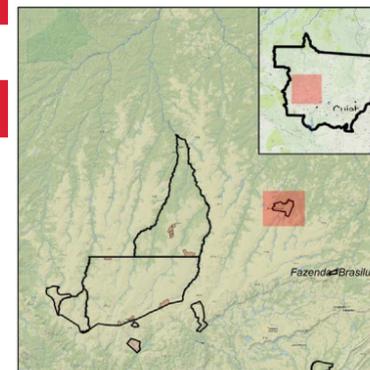


WAIKYOHE FETALAKWA HALITI-PARESI

Terra indígena Ponte de Pedra

Situação Jurídica: Declarada (Portaria s/n, 22/06/2006).
 Área: 17.000 Ha
 População: 7
 Aldeias: 1

Fontes: Povo Haliti-Paresi, Funai, IBGE, Inpe Sema-MT, Sesai
 Datum SIRGAS 2000, Projeção UTM 21 S
 Setembro 2017



Legenda

- Wenakalati (Aldeia)
- Atyali (Frutas)
- Txidikya (Seringal)
- Atyakotse koni (Madeira)
- Waiyeze (Local Sagrado)
- Oliti kolohore (Caça)
- Txini (Onça)
- Kohatse (Pesca)
- Hokoza (Lagoa)
- Wamolo (Salto)
- Kahihiye (PCH)
- Disputa Territorial
- One kalozere (Rios e córregos)
- Ahoti hotahare (Rodovia pavimentada)
- Ahoti waikyoheao (Estrada não pavimentada)
- Haliti waikyohera (Terra Indígena)
- Koloho (Floresta)
- Matse kohitsero (Cerrado)
- Marekwa (Campo cerrado)
- Zafidyakwalati (Solo exposto, lavoura, pasto, desmatamento)
- Fazendas no interior da TI

TERRA INDÍGENA

PONTE DE PEDRA

A Terra Indígena Ponte de Pedra, com superfície de 17 mil hectares, está localizada no município de Campo Novo do Parecis. Sua situação jurídica é de terra declarada, aguardando a homologação. Atualmente residem sete pessoas em uma única aldeia, Ponte de Pedra, do subgrupo *Katxiniti*.

A área vem sofrendo pressão do entorno por proprietários vizinhos, que assediam pastagens nativas e estoques de madeira, sob exploração desordenada.

Essa terra indígena abriga as cabeceiras do rio Tsakore-winya, tributário do rio do Sangue (Zotyahali-winya) pertencente à sub-bacia do rio Juruena. No centro da área avistamos a Ponte de Pedra, local mítico de origem do povo Haliti, de onde *Wazare* e seus irmãos saíram da pedra com os Halitinae. Próximo, subindo um pouco, visualiza-se a Cidade de Pedra, espaço sagrado onde moram espíritos dos antepassados.



*Brasilino, João Garimpeiro e Darci Pivetta, em 1997.
Fotos: Darci Pivetta*



Fendas por onde saíram os Haliti.



Salto na Ponte de Pedra. Foto: Guilherme Ruffing/OPAN



Erasmu, morador de Ponte de Pedra. Foto: Rinaldo Arruda/OPAN

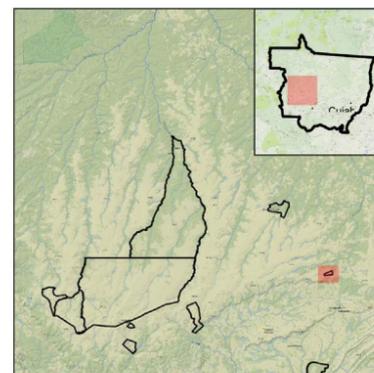
TERRA INDÍGENA ESTAÇÃO PARECIS

A Terra Indígena Estação Parecis está localizada no município de Nova Marilândia, nas margens da Rodovia BR-364. Possui extensão territorial de 2.170 hectares, e tem a situação jurídica de terra declarada, aguardando homologação, com uma população de 12 pessoas na sua única aldeia.

A terra indígena está cercada por fazendas, produtoras de grãos, que avançam no seu interior, ocupando a sua maior parte e impedindo a circulação dos indígenas. O modelo utilizado para produção reduz a biodiversidade através do monocultivo e contamina o ambiente pelo uso intensivo de agrotóxicos.

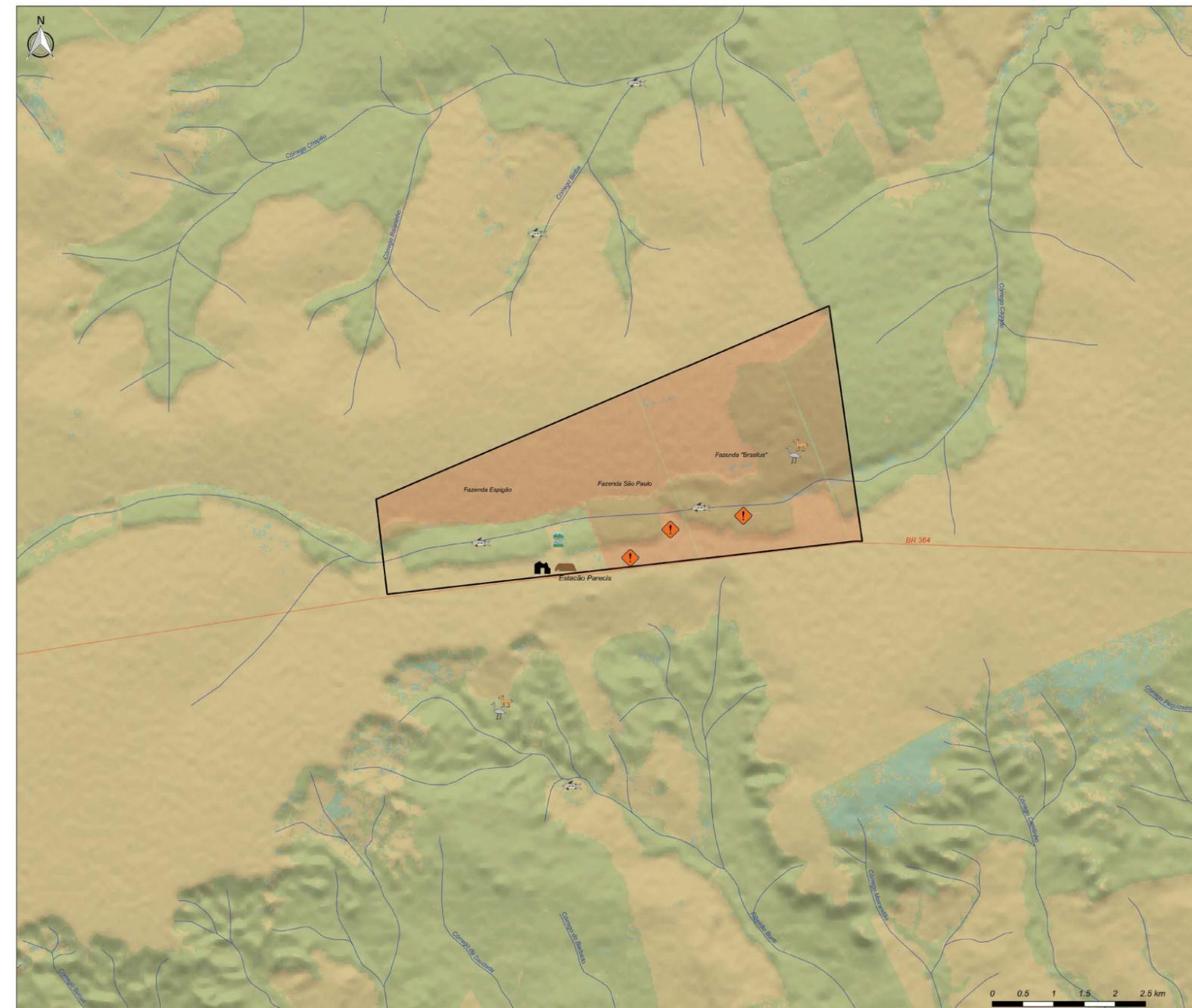
Na área de mata remanescente há porcos do mato, queixadas, pacas, tatus, além de pescados no córrego Cágado que atravessa a área, como piau, pacu-peva, traíras, matrinhãs, mas o acesso dos Halitinae é impedido pelos fazendeiros ocupantes. Os moradores produzem mandioca, algumas hortaliças e frutíferas nos quintais, criam galinhas e pequenos animais para subsistência alimentar.

Nesta aldeia situa-se a primeira estação telegráfica instalada por Rondon. Os indígenas reivindicam, além da homologação e desintração da terra, a manutenção e restauro das edificações deste marco histórico e cultural. Atualmente continua sendo habitado pelo subgrupo *Katxiniti*.



Legenda

- Wenakalati (Aldeia)
- Ozekerehareatse (Local histórico)
- Matsene (Roça de toco)
- Oliti (Caça)
- Kohatse (Pesca)
- Disputa Territorial
- Ahoti hotahare (Rodovia pavimentada)
- One kalozere (Rios e córregos)
- Haliti waikyohera (Terra Indígena)
- Fazendas na TI
- Kolohe (Floresta)
- Matse kohitsero (Cerrado)
- Zafidyakwalati (Solo exposto, lavoura, pasto, desmatamento)



WAIKYOHE FETALAKWA HALITI-PARESI

Terra indígena Estação Parecis

Situação Jurídica: Declarada/Delimitada (Portaria 480, 19 de abril de 2016).
 Área: 2.170 Ha
 População: 12
 Aldeias: 1
 Fontes: Povo Haliti-Paresi, Funai, IBGE, INPE SEMA-MT, Sesai
 Datum SIRGAS 2000, Projeção UTM 21 S
 Agosto, 2017



*Ruínas da Estação Telegráfica.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN*



Reunião para etnomapeamento.



Quintal na Terra Indígena Estação Parecis.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL E CULTURAL

Nossa organização espacial, social, política e cultural está relacionada com nossa cosmogonia, isto é, nosso entendimento da origem e modo de funcionamento do mundo.

Como vimos, na origem os subgrupos Haliti são formados por descendentes de *Wazare* e seus irmãos, com vínculo territorial definido em torno das cabeceiras dos vários rios da Chapada dos Parecis. No decorrer da história de contato esse território foi sendo expropriado pelas frentes de expansão e hoje é composto de nove terras indígenas. Nelas existem atualmente 64 aldeias e em cada casa (*hati*) vive um grupo doméstico, que pode ser constituído por até três gerações.

A característica marcante do sistema social e político Haliti é a grande autonomia que existe nos vários níveis de organização. As famílias têm liberdade para decidir todos os seus afazeres dentro das aldeias, mas depende da aceitação dos outros habitantes para projetos mais amplos, que interfiram com o espaço de uso das outras famílias.

Na cultura Haliti não há escolha do pajé, curador e cacique, porque que é levada em consideração a personalidade e o dom da pessoa para ser um líder de seu povo, que é legitimada pela comunidade mediante suas atitudes e reputação. O cacique da aldeia pode ser homem (*Zekohatseti*) ou mulher (*Zekohatseti-nero*), e reúne as características de ser propositivo, falar bem, agregar, conduzir, discutir, organizar, ter carisma, pensar na coletividade, isto é, ter autoridade, legitimidade e respeito.

Os demais chefes “menores” exercem sua autoridade nos domínios da residência ou na família. É comum também a formação de “aldeias pequenas”, compostas por apenas uma ou

duas casas de uma mesma família extensa, que se separam e passam a viver autonomamente, em função de tensões ou conflitos na aldeia de origem ou meramente por decisões familiares.

O cacique atua no espaço territorial de uso mais ou menos exclusivo de sua aldeia, embora haja locais de concentração de recursos que podem ser usados por todos do povo Haliti, como por exemplo, locais de concentração de palhas ou outros recursos mais localizados. O cacique é o representante da comunidade para a organização das festas tradicionais, caça, pesca, roça, organização da aldeia e também faz a representação política.

As aldeias são relativamente autônomas política e economicamente, mas as alianças entre elas formam núcleos regionais, ligados por laços de parentesco próximos, formando sub-regiões: grupos mais expressivos de atuação conjunta. Entretanto, ninguém de fora pode se intrometer em assuntos de uma aldeia ou pretender questionar os rumos que seus moradores decidem tomar.

Antigamente existia uma liderança geral denominada *Zekohatseti*, que representava o grupo nas demandas externas e nos conflitos internos: agrega legitimidade e gera confiabilidade dos demais. O último grande líder foi João Arrezomae, conhecido como João Garimpeiro, que partiu em 16 de julho de 2018.

A representação jurídica do povo Haliti, entretanto, é feita desde os anos de 1990 por duas associações: a Halitinã (representando 36 aldeias) e Waymare (representando 28 aldeias). Além destas duas maiores associações, existem outras que



Da esquerda para a direita: Duas lideranças Nambikwara do Vale do Guaporé junto com João Arrezomae, Arnaldo Zunizakae, Ivanio Zekezokemae e Pedro Kezowe. Foto: Rinaldo Arruda/OPAN

representam um conjunto de aldeias ou terras indígenas menores com o objetivo de tratar demandas coletivas das localidades que representam.

O maior espaço de representação Haliti é a Assembleia Geral do povo Haliti-Paresi, formada por caciques, lideranças e

membros das aldeias. Quando necessário, as assembleias gerais do povo, as associações e cooperativas constituem comissões de trabalho para representar o povo Haliti em ocasiões ou temas específicos, e também para elaborar propostas ou documentos de interesse coletivo.



Tarcilo Zomoizokae Paresis, da aldeia Sacre II, presidente da Associação Waymare.
Foto: Fabiano da Matta/OPAN



Paulo Sérgio Axokemae, aldeia Três Lagoas. Foto: Fabiano da Matta/OPAN



Lideranças Associação Halitinã (AHA)
1. Ivânio Zekezokemae, aldeia Kalanaza
2. Ivaldo Paresi
Foto: Rinaldo Arruda/OPAN

ASSOCIAÇÕES HALITI-PARESI:

Associação Halitinã

Associação Waymare

Associação Kozarene

Associação One Tiholazere

Associação Zaloya

Associação dos Pequenos Produtores Indígenas Haliti

Associação Sakurewinã

Associação Zoromara

O papel das associações tem sido tremendamente importante, mediando eventuais conflitos internos e representando o povo Haliti em inúmeras relações com a sociedade envolvente, como é o caso da cobrança do direito de passagem na Rodovia MT-235, nas parcerias agrícolas, nas lutas políticas, nas negociações com empresas e prefeituras.

Em meados de 2016 foi criada a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais da Cultura Mecanizada da Etnia Pareci (Coopermatsene), por grupos de comunidades Haliti, e em 2018 foi fundada a Cooperativa Agropecuária dos Povos Indígenas Haliti, Nambikwara e Manoki (Coopihanama), conformada por comunidades desses povos. Ambas instituições foram estabelecidas para fazer a gestão de projetos agrícolas nas terras indígenas.

Em todos estes níveis de organização social e política há também os indivíduos que participam mais ativamente dos assuntos públicos, as lideranças que atuam auxiliando o cacique na

organização da comunidade: nas festas tradicionais, caça, pesca, coleta de frutos, bater timbó, construção de casa tradicional, reuniões, limpeza da aldeia etc.

O pajé trabalha com a espiritualidade, com as plantas medicinais (folhas e raízes), sonhos, cânticos sagrados, oferendas e bençãos. É também um curador que oferece orientação e incentiva a comunidade. Por fim, há a categoria dos profissionais, que são os Haliti-Paresi que trabalham em órgãos governamentais.



Genilson André Kezomae, José Azomará, Eliandro Naizokae, Carlito Okenazokie, Ivânio Zekezokemae, Aristides Onezokemae.
Foto: Fabiano da Matta/OPAN



Cacique Joao Arrezomae
na aldeia Rio Verde.
Foto: Banavita

O SIGNIFICADO E A IMPORTÂNCIA DO

USO DA CAPA/COLETE DE ONÇA (TXINI) NA CULTURA HALITI

A onça pintada é um animal muito forte e poderoso que tem um instinto aguçado, uma inteligência e sensibilidade muito acima dos outros animais. Diante de tão belo e imponente felino que o criador *Toakaihyore/Deus fez*, a onça tem sua própria história e importância que faz dela uma fonte de inspiração que garante a junção de forças humanas, naturais e espirituais. Por estas razões foi concedido à onça poder ter sua própria reza, cântico e história, observados em diversas manifestações culturais desde tempos da nossa origem Haliti.

A onça é vista como um simples animal pelas pessoas comuns. Para os Haliti a onça tem consigo a sua reza e cântico, mas hoje poucas pessoas de nosso grupo difundem e praticam. Somente o clã/subgrupo da família do *Txakinyo*, Damião Muzuiwane e alguns do clã *Kozarene* dominam o conhecimento das rezas, cânticos e história da onça até nos dias atuais.

Desde da nossa origem (*wikinyoatseta*) a onça já era respeitada pela sua própria forma de ser e por suas rezas e cânticos próprios. No passado histórico da nossa ancestralidade, *Txinikyalore*, o chefe das onças pardas encontrou com a onça pintada e disse: “Eu quero ser e vou me tornar o chefe de todos os animais”. E a onça pintada respondeu: “Eu não quero ser chefe e não preciso ser chefe para ser admirada, respeitada e até temida por todos os animais e pessoas. Não posso querer ter ainda mais respeito, eu sou respeitada”, disse ela. “Além de eu ser temida pela minha forma de ser, o meu espírito e meu canto são rezas. É por isso que ninguém mexe comigo”.

A onça pintada (*Txini*) disse ainda: “Não é de você ou de outros animais igual a mim e as pessoas que vou ter medo”.

A onça tem um espírito majestoso que se tornou uma reza e im-

ponente chefe maior. A sua pele é muito bonita e rara de se ver ou comprar por não ser um animal que você pode ir matando de qualquer forma porque é um animal que tem um espírito e história diferente dos outros animais, com exceção da cobra sucurei (*menetse*).

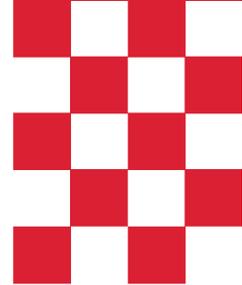
É diante de toda essa história mítica que vem desde a nossa ancestralidade que o cacique João Arrezomae disse, quando se tornou o primeiro e único Cacique Geral do povo Haliti: “Para eternizar essa simbologia milenar da onça que vem desde a nossa ancestralidade de origem Haliti, eu, Arrezomae, passarei a usar o colete de couro de onça (*Txini mili*) para absorver a mesma força espiritual, perseverança, foco, estratégia e a inteligência que a onça tem, para aperfeiçoar e aguçar os meus sentidos, como verdadeiro grande chefe do meu povo Haliti”.

Cacique Arrezomae sempre dizia: “não sou eu que quero ser o chefe maior, eu já nasci com o dom para ser chefe autêntico. Por isso, ninguém precisa ter medo de mim, só espero ser respeitado por todos. Eu sempre vou defender a nossa terra, nossa cultura, a vida do nosso povo Halinae, até quando tiver força e vida. Eu serei igual ao espírito de uma onça. E que este legado seja eternizado e difundido cada vez mais, pelos caciques Haliti. Porque a onça nasce, reproduz, cria e ensina os seus filhos, mesmo que ela um dia vá embora, como nós, desta terra, deste ar, desta água que tem na natureza, mas a essência paira no tempo, no espaço, nos animais e pessoas, sem desaparecer jamais o grandioso e magnífico espírito de vida da onça que está na história, nas rezas e nos cânticos Haliti”.

História contada por Juvenal Azomare e registrada por Rony Walter Azoinayce Paresi

OS ESPÍRITOS, AS FLAUTAS, A MÚSICA, OS CANTOS, OS RITUAIS, OS JOGOS E O GRAFISMO

HALITI-PARESI



Transversalmente a esse conjunto de orientação política, atuam também os anciões, os pajés e os guardiões de flauta, como referências fundamentais na vida cotidiana dos Haliti, conhecedores da cultura tradicional, dos cantos, dos locais e histórias sagradas, interlocutores com os ancestrais, com os seres espirituais e responsáveis pela transmissão desse saber às novas gerações.

Todos os seres animais, vegetais, vários objetos e elementos, alguns invisíveis, têm donos, chefes ou são parentes espirituais. Para estes (por exemplo, para o dono da mandioca, da caça, da friagem, para o pai do mato, para o dono espiritual dos animais e outros tantos), fazem oferendas, que são consumidas pelos participantes, e rezas frequentes são feitas.

O principal elo para conexão com os entes espirituais são as flautas sagradas masculinas, chamadas *Iyamaka*. A música e a primeira das *Iyamaka* saíram da fenda de uma pedra com o povo de *Nare*, um dos irmãos mais novos de *Wazare* e o último dos *Kinyohaliti* (ancestral) a vir para o mundo de fora. *Nare* e sua gente vieram dançando, cantando e tocando a flauta de pão, chamada *Zero*. Outras flautas sagradas vieram de *Kalaitewe*, o grande senhor das flautas aquáticas e chefe dos homens-da-água.

Kamaihiye, irmão mais novo de *Wazare*, grande sábio (*ot-yahaliti*), é quem olha pelas flautas e observa se os guardiões humanos estão tratando bem das *Iyamaka*. Os cuidadores de flauta (*zetati waikyate*) vêm de uma linhagem de guardiões que devem zelar pela aliança com *Kamaihiye*, fazendo com que as

Iyamaka estejam bem tratadas com rezas, alimentadas com oferendas, servidas de chicha e bem cuidadas. Se elas não forem bem cuidadas podem ocorrer desgraças na vida dos familiares e do povo Haliti-Paresi e, se o descaso for grande demais, a flauta pode voltar para as aldeias celestes, que é o destino dos espíritos dos Haliti e de suas flautas quando morrem, devendo atravessar a pinguela de sucuri (*menetse ihyatya*), tendo por guia um *zoi-tete*, espírito curandeiro que toma a forma de certos pássaros.

A música e as *Iyamaka* desempenham um papel fundamental na sociedade Haliti, acompanhando todos os nossos rituais e atividades importantes; orientam a feitura das roças, a prática da caça e da pesca e de nossa vida social como um todo. Sem elas, o bem-estar e a continuidade do povo Haliti ficam ameaçados: por isso devemos manter sempre as roças tradicionais, necessárias para os oferecimentos e rituais. Também devemos proteger a terra, a vegetação e as águas, moradas de inúmeros animais, de seus donos e de outros seres, com os quais devemos preservar as boas relações através das flautas, dos ritos e das práticas tradicionais.

Em geral todas as aldeias possuem uma casa das flautas (*Iyamaka hana*), mas nem todas têm um guardião e uma destas flautas. Porém, em todas as ocasiões em que seu canto e música são importantes, como nas festas tradicionais *oloniti* e outros ritos, seus guardiões são convidados a tocá-las e elas são cedidas para o uso das aldeias que não as têm, ficando hospedadas na casa de flauta da aldeia onde ocorrem os rituais. Nas festas é



Grupo de Dança Wazare, aldeia Wazare. Foto: Rinaldo Arruda/OPAN



Marinho, cacique da aldeia Zanakwa
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Kore waiyeze e txihyali zoaha

preciso deixar de lado as desavenças e desentendimentos, promover a reconciliação de todos e a harmonia das relações, que devem prevalecer daí em diante.

“Cada flauta é tirada de um lugar, cada uma tem sua área, de onde ela é tirada. O pajé está ligado a essas flautas e ao lugar dela. Cada pajé tem suas flautas e o lugar delas. Não pode tirar de outro lugar. Quando o pajé vai buscar tem que levar um rapaz para ajudar. Mas primeiro tem que benzer ele, isso é muito importante, tem que levar perfume, sabonete, chinelo, fumo, tem que fazer oferenda. É importante iniciar um jovem pois antes de morrer o pajé passa o conhecimento para ele. Sempre tem que ter uma chicha para os espíritos das flautas, então esse rapaz já vai ficando responsável por fazer a chicha, limpar a casa de flautas, limpar o terreiro. Toda aldeia tem que ter roça de mandioca, batata, farinha, abóbora, tudo em geral em primeiro lugar.” Antonio Zonai, pajé da aldeia Buriti.

Alguns cantos são executados dentro das casas (*Hati*), como os cantos associados ao *zolane*, uma dança circular masculina e feminina; os associados à flauta zero e os cantos associados a flauta nasal *txihyali*. Outro conjunto de cantos associados às diferentes flautas *iyamaka*, são executados no pátio da aldeia.

A dança das *Iyamaka* só é feita no pátio da aldeia e em torno da casa, onde as mulheres se encerram, pois não podem ver os instrumentos, apenas ouvir o canto. Por sua vez o *txihyali* é dançado e cantado dentro da *hati*. A dança *zolane* e a flauta zero podem ser praticadas tanto dentro como fora da *hati*.

“Cada flauta tem nome próprio e cuidador. Quando morre um cuidador um de seus filhos vai continuar. Tudo está ligado a elas, batizado, roças, caça, tudo tem que ser oferecido a elas.

As mulheres podem ser guardiãs também, mas não podem ver ou pegar nelas, quando morre passa para algum filho. São estes guardiões que antigamente se encontravam sempre em *Otyahality*, para debater e decidir sobre os rumos do povo *Haliti*.

Ela é utilizada em todas as festas tradicionais. Nessas ocasiões tudo é muito sério, não se pode rir, brincar, transar etc. Se houver alguma transgressão a desgraça é certa. Nos rituais sempre tem um ‘fiscal’ observando se alguém sai fora da linha. O próprio espírito (flauta) testa os participantes, oferece tentações para ver se eles são firmes nos seus intentos.” Brito Zohezokae, da aldeia Kuyaoro, da Terra Indígena Estivadinho, guardião da flauta *tyaidyo*.

As flautas que temos hoje são:

- > *Amore*, a flauta chefe.
- > *Amoretse* é a parceira feminina da flauta chefe, também chamada *initxydali*.
- > *Tyaidyo*. Um de seus cantos foi coletado por Rondon por volta de 1912 e serviu de base para uma das composições do maestro Villa Lobos em 1926. É uma das flautas principais e personifica espíritos ferozes e perigosos.
- > *Zeratyalo* personifica espíritos guerreiros, era usada nas guerras intertribais e até hoje é levada aos locais de conflitos (em Brasília ou em locais de tensão nas lutas atuais dos *Haliti*) tocada para buscar o êxito.
- > *Walalo* (ou *walalotse*) é a primeira a ser tocada na festa de flauta e a primeira a pedir chicha ao dono da festa.
- > *Tidyama* é a *iyamaka* mais grossa em diâmetro e das mais ferozes.
- > *Hezo-hezo* é companheira da *tidyama*.
- > *Imyokolo* é uma flauta média.

Além destas flautas, recebidas de *Kalaitewe*, o grande senhor das flautas aquáticas e chefe dos homens-da-água, há as outras flautas sagradas que podem ser guardadas na *hati* do dono, dependuradas no esteio maior da casa, podendo ser vistas pelas mulheres, que são:

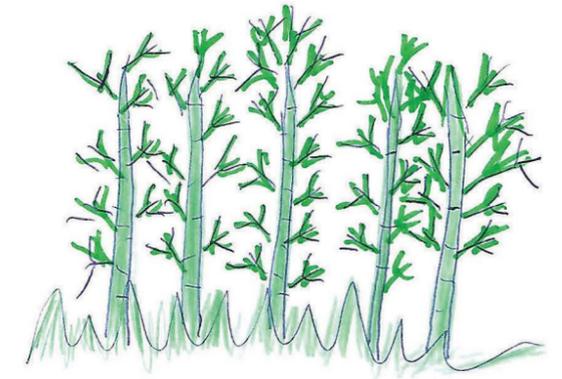
- > *Zero*, uma flauta de pão, de cinco tubos paralelos com amarração de fios de algodão tingidos.
- > *Txihali*, flauta nasal

Há também dois tipos de chocalhos e uma flecha sagrada associados ao canto e às flautas :

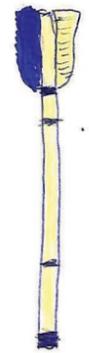
- > *Zozani* (ou *Kotxali*), chocalho a ser amarrado logo abaixo do joelho, podendo ser feito de guizos de pequi.
- > *Walatse*, um pequeno chocalho de cabaça, companheiro da flecha sagrada, é usado pelos pajés e anciões em cantos de cura.
- > *Yohoho*, é uma vara de cerca de um metro e meio, com as pontas decoradas com penas de ema. Quem a conduz emite um som avisando da chegada das flautas. Sempre anda em pares.
- > *Kore Waiyze*, a flecha sagrada que fica pendurada no esteio central (*Kotasa*) da *hati*, para proteger a casa.

Possuímos também um grande conjunto de cantos rituais (chamados *zera-te*), executados durante os rituais *oloniti*.

FLECHA SAGRADA (KORE)



FLECHA SAGRADA (KORE)



Assa Leonice Okenatokero



*Apresentação cultural na aldeia Wazare.
Fotos: João Grisotes*

RITUAIS

Nossos principais rituais são o da nomeação ou batismo (*Zoimya Kaiya-retyaka*), a festa da menina moça (*Hotxikwatidyo*) e a cura de alguma doença (*Kalotseharetyaka*). Em todas estas ocasiões se realiza, com as variações para cada tipo de ritual, uma festa chamada *Hitsehaliti*.

As *Hitsehaliti* são celebradas em geral no tempo da seca, entre abril e setembro, época de colheita da mandioca, quando a caça é mais abundante. Os motivos para a festa são sempre ligados à formação da pessoa Haliti, dando um nome no caso do batismo ou reforçando o nome já dado no caso da festa da moça e da cura. Para os Haliti o nome é o espírito da pessoa e serve para dar vida.

Nunca pode faltar comida, tem que ter muita mandioca e muita caça para receber os convidados (*oloniti faharenae*), “aquele que bebe chicha”. Nas *Hitsehaliti* estão sempre presentes os espíritos, materializados nas *Iyamaka* (flautas sagradas) e *Txihyali* (instrumento nasal).

Nessas festas, assim como em outras ocasiões, se faz “oferecimentos” aos espíritos, que são os donos de alguns animais mais importantes para os Haliti, tais como o dono das emas e dos veados campeiros, *Enohare*, e o dono do queixada grande, *Ahozae*. Para esses, também são feitos oferecimentos cotidianos à porta da casa das flautas.

“Antes de cada atividade importante como caçar, pescar, plantar e colher (a primeira colheita) tem que fazer oferecimento para o espírito do lugar. Isso é a base de nossa cultura, da saúde e da vida de todos aqui.”

“Tem que ‘oferecer’ sempre na caça, em festas, na primeira colheita de mandioca nova (mandioca é uma menina, no mito). Para isso, eu faço chicha, coloco na cabaça. Planta também cabaça na roça.” Agostinho e Joaninha, aldeia Papagaio Zero.



Reza no interior de uma hati.
Foto: Guilherme Ruffing/OPAN



Rosinha Zomoizokaero e sua afilhada.
Foto: Guilherme Ruffing/OPAN



Aristides Wajakwily, Tertuliana Zonazokaero, Camilo Zunizokae e Vandermiro Yamoré, assando carne no koizati (jirau) para a festa (ema, porco e veado) na Aldeia Sacre II.
Foto: Guilherme Ruffing/OPAN



Pajé Benedito Amizokae, segurando o fetalati, corda de tucum para marcar os dias do início da festa. Fotos: Fabiano da Matta/OPAN

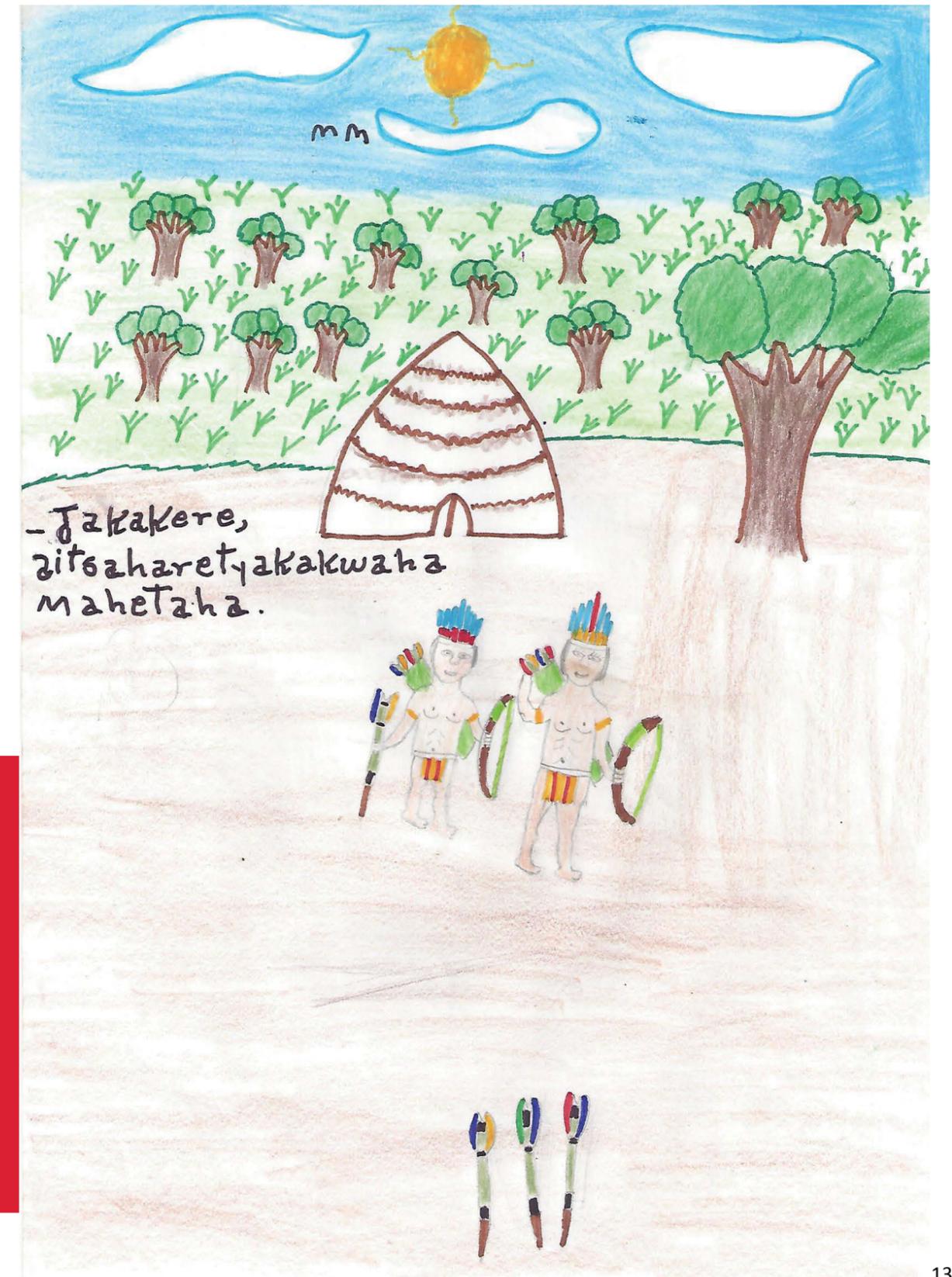


Kotyo, para colocar chicha.



Wakiki/matoko, cabaça para colocar chicha.

Vilmar Haliti.
Foto: Rinaldo Arruda/OPAN



JOGOS TRADICIONAIS

Os Haliti têm cinco jogos tradicionais: o *jiconahati*, o *tidimore*, o *jakaakere*, o *matoiti* e o *kolidiho*.

> *Jiconahati* (cabeça-bol): é jogado por dois times, cada um composto por três a dez jogadores. Inicia-se o jogo lançando a bola com a mão para o campo adversário, os quais devem evitar que a bola caia no chão, lançando-a de volta com a cabeça. A pontuação é feita quando o adversário não consegue retornar a bola com a cabeça. A bola é feita de resina da mangaba. É praticado apenas pelos homens.

> *Tidimore*: é jogado por duas equipes ou apenas por duas pessoas. Estas devem arremessar com a mão uma bola de marmelo, visando atingir duas estacas de arame fincadas no chão, sobre as quais se espetam dois grãos de milho, que ficam a uma distância de cerca de 10 metros dos jogadores. A bola é feita com resina de marmelo. Este jogo é praticado por homens, mulheres e crianças.

Outros jogos tradicionais são:

> *Jakaakere* (arco e flecha): os participantes devem acertar um alvo definido.

> *Matoiti* (peteca): a peteca é feita de palha de milho e jogada por dois times, de qualquer número de jogadores. A pontuação se faz quando o adversário deixa cair a peteca no chão.

> *Kolidiho* (jogo de bastão): os bastões são feitos de madeira e devem ser lançados para acertar um alvo definido.



Jogo Jiconahati (cabeça-bol) na aldeia.
Foto: João Grisoste

Antigamente apostavam-se arcos, flechas e machados. Atualmente, apostam-se os bens dos mahalithyarenae, como sabão, fósforos, linha, agulha, dinheiro ou outros bens.

Quando realizados durante os rituais, os times são compostos por pessoas das aldeias anfitriãs contra o time dos convidados, mas os jogos não acontecem apenas nessas ocasiões. Os Haliti de uma aldeia podem lançar um “desafio” a outra aldeia, que não pode ser recusado. Podem também acontecer no cotidiano, quando se enfrentam times da mesma aldeia. Atualmente também são praticados nas escolas, pois são componentes do conteúdo curricular.

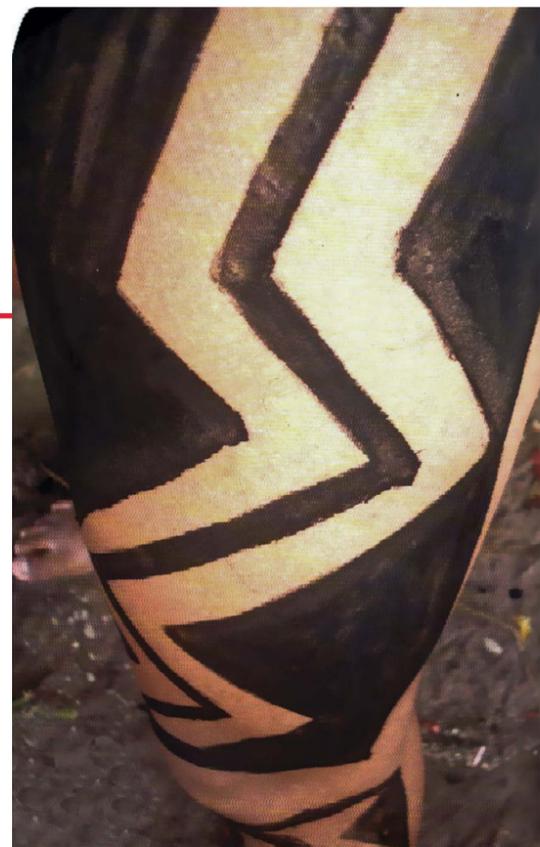
Hoje em dia, além dos jogos tradicionais, os Haliti também realizam jogos e torneios de futebol envolvendo muitos participantes, havendo times masculinos e femininos. Muitas vezes participam indígenas e não indígenas.

GRAFISMO HALITI-PRESI

O povo Haliti-Presi usa representações gráficas (pinturas corporais, desenhos nas tramas de tecido, nos trançados de palha de diversos utensílios e em enfeites plumários) que se referem a animais e a seres espirituais, que promovem a proteção e cura do corpo e alma e agradam os sentidos através da beleza. Aqui apresentamos alguns deles e seus significados.



Fotos: Acervo Professor Rony Azoinayce



PINTURA CORPORAL

A pintura corporal deixa o nosso corpo bonito nos dias das festividades culturais, principalmente para proteger o nosso corpo para não ser comido pelas aranhas e lacraias que vivem embaixo da terra após a nossa morte. A pintura corporal também deixa a alma imune contra qualquer mal de natureza física ou espiritual.

A pintura corporal *Matokolidyo* representa o desenho da pele da cobra cascavel e da jiboia e também é feita nos artesanatos e nas flautas sagradas.



HALAHALOTYOITA

Quando vem a primeira menstruação da menina-moça é feita uma grandiosa festa, quando ela deve pintar o rosto com a tinta de urucum em forma de bolinhas para se apresentar bonita à comunidade.

A mesma pintura é feita quando a mulher fica muito doente. Faz-se uma festa com oferenda para *Enore*, para pedir que a ajude a melhorar logo, e nesta ocasião também se usa a pintura de bolinhas no rosto.



TOTAHIDYO

Significa uma linha reta da vida, ou seja, se colocarmos a nossa vida e pensamento em uma linha reta seremos mais felizes, por isso que este desenho é feito no artesanato *tohidi*.



Camilo Haliti.
Foto: Fabiano da Matta/OPAN

SAÚDE

Para nós, o povo Haliti, saúde é vida. E a vida Haliti depende do vigor de nossa cultura e de nosso modo de viver o dia a dia. Por isso são muito importantes as ações preventivas na saúde indígena: uma melhor alimentação, uma melhor convivência no dia a dia, evitar o sedentarismo. Os mais jovens devem participar mais da feitura de roças, fazer caçadas, pesca.

“Nós temos que pensar no coletivo, na comunidade, não no individualismo. Tem que pensar na saúde, não na doença. Esse tem que ser o pensamento e a responsabilidade do profissional indígena de saúde. Temos que cultivar o lazer, o esporte, a conversa em grupo, isso o Haliti sabe fazer como ninguém.

Mas, hoje temos dependência de alimento industrializado, o povo só quer andar de carro, ficar parado, isso tem que mudar! Tem trazido muitas doenças e só o médico não cura isso não. O que cura, mantém sadio, é valorizar nossa cultura.” Profª. Nilce, aldeia Rio Verde.

Nos Haliti, assim como em outros povos indígenas, a saúde é atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) através da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que coordena e executa a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi-SUS), executada de forma descentralizada pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

Por sua vez, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) possuem Polos Base para o atendimento dos indígenas. Os Polos Base tipo II, localizam-se no município de referência e prestam serviços técnicos e administrativos, sendo a primeira

referência para as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) que atuam nas aldeias, não devendo executar atividades diretas de assistência à saúde. Estas atividades assistenciais são realizadas em um estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de referência.

Já o Polo Base Tipo I caracteriza-se por sua localização em terras indígenas, cobrindo serviços de saúde de um conjunto de aldeias. Por sua vez, localizados em aldeias mais isoladas, há as Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSIs).

O trabalho de prevenção e atendimento à saúde nas nove terras indígenas Haliti é realizado através do DSEI de Cuiabá, que é composto por cinco Polos Base tipo II. O Polo Base II, responsável técnico-administrativo pelos serviços de saúde aos Haliti, é o do município de Tangará da Serra que, por sua vez, realiza a assistência nas aldeias através de três Polos Base de tipo I, localizados na aldeia Bacaval, na aldeia Rio Verde e na aldeia 3 Lagoas, cada um deles cobrindo o conjunto de aldeias de sua microrregião.

No município de Tangará da Serra se localiza, associado ao Polo Base II, a Casa de Saúde Indígena (CASAI), responsável pelo apoio, acolhimento e assistência aos indígenas referenciados à Rede de Serviços do SUS, para realização de ações complementares da atenção básica e de atenção especializada, estendendo-as aos acompanhantes, quando necessário.

Nos Polos Base Tipo I as equipes multidisciplinares de saúde são compostas por médico, odontólogo e auxiliar de higiene dental, nutricionista, além dos profissionais que compõem as Unidades básicas de Saúde Indígena (UBSI), localizadas na maior parte das aldeias, com composição mínima de enfermeiro, auxiliar de enfermagem, agente indígena de saúde (AIS) e agente indígena de saneamento (AISAN).



Quintal com plantas medicinais. Fotos: Fabiano da Matta/OPAN

Nos Polos Base no interior das terras indígenas Haliti, há nítida predominância de pessoal indígena, nas várias especialidades de trabalho na saúde. É um processo em crescimento, na medida em que aumenta a escolarização e profissionalização dos Haliti. Atualmente, dos 120 funcionários da saúde que atuam no território Haliti, 103 são indígenas, perfazendo mais de 85% do pessoal da saúde. Além destes profissionais, também atuam entre os Haliti os pajés, anciões e cuidadores das flautas *Iyamaka*, a partir do conhecimento medicinal tradicional e da pajelança, no sentido de zelar pelo equilíbrio entre os seres humanos, as outras formas de vida e o plano espiritual, condição necessária para a manutenção da saúde do povo Haliti.

Existem também, como elementos de controle social os Conselhos de Saúde Indígena organizados em cada DSEI:

- Conselho Local de Saúde Indígena (CLSI): permanente, consultivo composto somente por indígenas;

- Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi): permanente, paritário e deliberativo (50% de representantes indígenas); responsável por fiscalizar, debater e apresentar políticas para o fortalecimento da saúde em suas regiões.

No caso do povo Haliti, há dois conselhos locais de saúde indígena, em razão de melhorar a atuação e a eficiência do controle social, devido à grande abrangência de suas nove terras indígenas, com 64 aldeias, localizadas em sete municípios. Dessa forma, o controle da saúde está organizado nos Conselhos de Saúde Waymare e Haliti-Paresi.

Entretanto, muitas questões ameaçam a boa saúde de nosso povo: *“o povo indígena está cercado por fazendas. As nascentes estão todas nas fazendas e quando chegam às terras indígenas as águas já estão poluídas”* (Angelina, da aldeia Formoso). Outra preocupação vem com as mudanças na dieta alimentar e nos hábitos do dia a dia. Tem aparecido muitas doenças “de branco”, como diabetes, hipertensão, e outras

doenças; a obesidade está crescendo e as políticas de prevenção ainda têm muito que avançar. Também é preciso melhorar a infraestrutura de saneamento (poços artesianos, tratamento de lixo, etc.) e de atendimento nas aldeias; refletir sobre o uso de medicamentos e dialogar com nossa medicina tradicional.

“Nossa medicina cultural é muito importante e o valor dela para o povo, temos também que buscar a melhoria do trabalho.” Maurilio Tuxi, da aldeia Rio Verde.

“É preciso valorizar nosso alimento tradicional e as roças e sementes tradicionais, assim como nossos rituais e valorizar nossa vida espiritual, sem isso não se tem saúde. É muito importante o próprio Haliti estudar e trabalhar em prol do povo para ter um melhor rendimento do trabalho de saúde. A inveja, a mágoa e a crítica que destrói a qualidade do trabalho, pois desune o povo. Tem que respeitar o funcionário indígena de saúde, mas o funcionário também tem que ter consciência de trabalhar bem para o povo.” Anésio, da aldeia Kotitiko.

“O povo tem que tomar muito cuidado com as doenças da inveja e também com o alcoolismo que tem prejudicado muito o povo Haliti.” Waldemar, da aldeia Burity.

“Temos que dar valor para a fala dos mais velhos para que a sabedoria dos mais velhos seja sempre respeitada e valorizada, pois é a essência do povo.” Nilce Zonizokemairo, aldeia Rio Verde.

Também é importante refletir sobre o controle social dos Haliti:

“É fundamental a participação de professores, lideranças, jovens, pajés, caciques, parteira e associação no conselho de saúde local para que os trabalhos sejam realizados com a troca de conhecimento e experiência de cada um participante. O conselho não é só o presidente.” Nedino, presidente do Conselho Local de Saúde Indígena.



Zeferino Haliti na aldeia Bacaval.

EDUCAÇÃO

“Antigamente nós usávamos o arco e flecha. Atualmente a gente trocou o arco e a flecha e defendemos nossos direitos na ponta da caneta.” Professor Lino Zokenazokae.

“É comum encontrar pessoas que veem o índio como um ser alienígena...Tenho vontade de fazê-los compreender o meu mundo, assim como cheguei a compreender o mundo deles. Gostaria de dizer-lhes que faço parte de uma sociedade que possui normas de vivência harmônica entre homens e a natureza. Gostaria de dizer-lhes que possuímos nossos valores sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos que adquirimos através dos tempos, de geração em geração. Gostaria de dizer-lhes que formamos um mundo equilibrado e justo de relações humanas. Dizer que, como humanos somos sujeitos a falhas e erros. Dizer que nossos sentimentos mais íntimos são exteriorizados através da arte, da língua, da nossa religião, das festas acompanhadas de ritos e cerimoniais. Dizer que conseguimos nossa experiência diante da vida e do universo. Dizer que conseguimos chegar num equilibrado mundo preñado de valores que transmitimos aos nossos filhos, o que, em outras palavras mais compreensíveis, é sinônimo de educação.” (Daniel Matenho Cabixi, em A questão indígena, CDTI, 1984).

*Aluna da aldeia Figueiras.
Foto: Fabiano da Matta/OPAN*





A educação escolar Haliti teve seus primórdios na atuação de Cândido Rondon durante a instalação da linha telegráfica, por volta de 1910. Entretanto, as aldeias eram dispersas e na maioria das vezes constituídas apenas por uma ou duas famílias. Assim, a educação escolar era dirigida apenas a alguns com o propósito de introduzir a racionalidade para servir de mão de obra barata para a sociedade nacional brasileira, recebendo instruções técnicas para trabalhar no sistema telegráfico. Pouco depois, Rondon instala duas escolas internato, uma no Posto Telegráfico de Utiariti, e outra na Ponte de Pedra, território de origem dos Haliti, onde jovens de diversas etnias eram levados para receber as instruções escolares no modelo de Ensino Militar, ou seja, fazer uma lavagem cerebral para ter êxito na integração e homogeneização dos indígenas na sociedade nacional.

“As escolas ofereciam aulas de corte e costura, ginástica e música com professores vindos da Capital da República, inclusive formou uma banda composta apenas por índios que apresentou-se no Rio de Janeiro. O projeto de educação escolar de Rondon visava além de formar os índios para o trabalho nas linhas, inseri-los como mão-de-obra barata na economia regional”. Daniel Matenho Cabixi.

Depois, no período de 1945 a 1970 a educação escolar indígena Haliti-Paresi era regida por missões religiosas tais como a Missão Anchieta, o Instituto Linguístico de Verão, executadas por missionários jesuítas e por outras denominações religiosas, com o objetivo principal de catequizar e evangelizar os indígenas.

“O sistema escolar e de alfabetização por mim vivenciados em Utiariti durante minha primeira infância, apesar de ser índio, aquele sistema escolar preparou-me para enxergar o mundo indígena de uma forma distorcida. (...) naquele tempo, nós crianças indígenas internadas num estabelecimento (residência) conhecido como casa das irmãs, onde ficavam meninos até a idade de sete para oito anos, quando então, eram transferidos para outro estabelecimento interno conhecido por todos como casa dos padres. (...) Anos depois, ao completar meus onze anos, sou transferido para um internato de meninos brancos na cidade de Diamantino. O estabelecimento conhecido como Lar do Menor acolhia meninos dos sítios, das fazendas e demais cidades próximas. Concluíamos os dois bimestres e nos intervalos, ou seja, as férias escolares, eu sempre iria passá-las em Utiariti. Nos idos dos anos setenta já está em andamento o processo de devolver os meninos indígenas para seus povos de origem. Nas viagens de férias entre Utiariti-Diamantino e vice-versa passeávamos por aldeamentos do meu Povo Paresi. Minha mãe biológica morava na aldeia do Rio Verde. Todas as vezes que o caminhão parava perto do aldeamento vinham minha mãe e outros parentes para me verem. Nestes momentos sentia-me angustiado, pois, aquele fantasma que estava inculcado na minha cabeça de enxergar o índio aldeado diferente me perseguia nestes momentos. Todos só falavam no idioma Paresi e eu não entendia patavina alguma”. Daniel Matenho Cabixi, entrevista disponível em <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev12/escolas_e_v.html> Acessado em 30.05.2018.

Em meados da década de 80 a Fundação Nacional do Índio (Funai) orientou algumas experiências com educação escolar na área (Cabeceira do Osso, Kotitiko, Ilioce, Formoso) e recursos do POLONOROESTE, possibilitando a construção de escolas em três aldeias. E finalmente em 1987 o município de Tangará



Daniel Matenho Cabixi (2017)

da Serra cria escolas e assume a educação escolar nas aldeias do Formoso, Kotitiko e Cabeceira do Osso.

No início da década de 1980 a educação escolar, orientada pela Funai, ainda trabalhava com uma clara ideologia de integração dos indígenas à sociedade nacional. A educação que desenvolviam em todos estes períodos não considerava ou valorizava os aspectos culturais e os conhecimentos tradicionais.

“A relutância dos povos indígenas com suas particularidades específicas sempre prevaleceu e vem prevalecendo sobre essas políticas governamentais de alienação e de desestruturação dos primeiros habitantes do território que veio a ser o Brasil. Com o advento da Constituição Federal de 1988, muda completamente o rumo da política no trato com a educação escolar Indígena. De fato, foi um avanço essencial, uma vez que os Povos Indígenas eram contemplados por uma legislação moderna, justa, cultural, social e política. Com bases nessas diretrizes que atualmente as Escolas Indígenas vêm desenvolvendo o trabalho político pedagógico de ensino e aprendizagem.” Professor Rony Walter Azoinayce, Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Municipal Zoioiterô, da aldeia Rio Verde.



Alunos, professores, alunos e cacique na aldeia Seringal.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Escola Municipal Indígena Rio Formoso.



Escola Estadual Cabeceira do Sacre.



Lideranças, jovens e professores da Aldeia Rio Verde.

Hoje em dia os diretores de escola são escolhidos pela comunidade, entre seus professores indígenas, para uma gestão de dois anos. Porém, ainda se fala que a escola indígena “é fraca” e muitos procuram estudar fora. Mas, pensamos que devemos valorizar a educação dentro da área. Dar força a um projeto pedagógico para a elaboração de material didático, através da revitalização do conhecimento tradicional, fazendo um levantamento com os mais velhos.

É preciso também integrar na educação indígena o conhecimento tradicional com o conhecimento dos não indígenas; cobrar assistência técnica, capacitação e supervisão permanente

para dar melhor suporte ao professor indígena. Nesse sentido, já há um grupo de professores no trabalho de padronização da escrita Haliti para fazer apostilas de aprendizado na língua, e há propostas de desenvolver um projeto de registro do conhecimento tradicional dos anciões para aproveitamento na elaboração de material didático.

A comunidade, alunos, professores, por almejam e lutarem para ter uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, com base na legislação vigente, conseguiram que isso fosse assegurado nos Projetos Políticos e Pedagógicos das escolas existentes no território Haliti e nas Secretarias Municipais de

Educação e Cultura, inclusive com vaga assegurada nos Conselhos Municipais de Educação.

Assim, nos currículos das nossas escolas damos uma atenção especial aos elementos da cultura do povo Haliti, sem descuidar do ensino formal das escolas não indígenas. Desde 2003 há a disciplina “Língua Materna” e a disciplina “Cultura Haliti” faz parte de nossa grade curricular do ensino médio.

Hoje em dia há muitos professores formados e escolas em cerca de 28 aldeias no conjunto das terras indígenas Haliti, abrangendo o ensino fundamental e em cinco aldeias há também escolas que abrangem o ensino médio. Entretanto, a rede

escolar interna necessita aumentar, ainda há muitas aldeias sem escola. É preciso também melhorar a infraestrutura das escolas existentes.

A maior parte das crianças e jovens frequentam o ensino fundamental nas escolas dentro das terras indígenas Haliti, assim como a maioria faz o ensino médio em uma das cinco escolas desse nível, situadas nas aldeias do Rio Verde, Formoso, Nova Esperança, Cabeceira do Sacre e Zatemana. Alunos que estudam fora, principalmente no ensino técnico ou universitário, têm o apoio financeiro das associações para a compra de material escolar e manutenção.

ECONOMIA HALITI

AS PRÁTICAS TRADICIONAIS: ROÇAS, CAÇA, PESCA E COLETA

Como vimos antes, as aldeias Haliti são unidades políticas e econômicas independentes, cada uma com suas próprias áreas de caça, coleta e agricultura, distribuídas em um território de origem mítica.

Em geral as roças são cultivadas nas matas ao longo dos rios, distantes alguns quilômetros das aldeias, onde plantamos principalmente mandioca e milho, mas também feijão, arroz, batata, cará etc.

A caça é uma atividade tradicional fundamental na sociedade Haliti. Antigamente cada aldeia tinha o seu *kahete* (caçador), que é uma categoria muito especial de pessoa, gozando de fama e prestígio. Um *kahete* podia enfrentar dias seguidos de caçada, sem alimentação, carregando apenas fumo e seus instrumentos de caça, entre eles o *zaiyakoti*, um escudo venatório que lhe permitia aproximar-se do animal sem ser visto, instrumento de caça necessário no extenso chapadão onde vivemos.

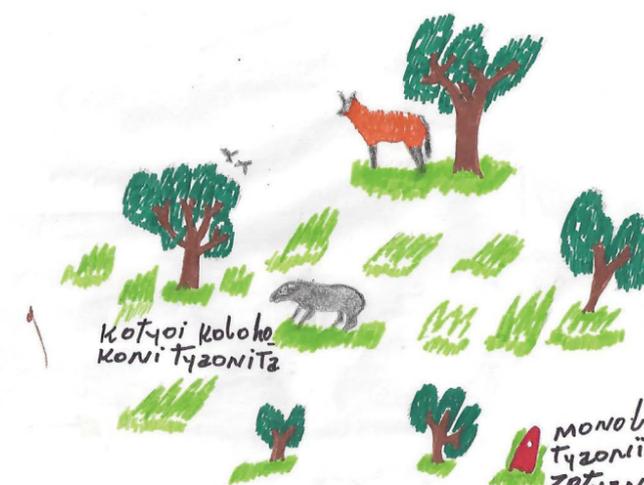


Korenitivi, zizaliyotse, Kove, hito, zaiyakoti, Zzolo, Zozha taitz.



Zotzare-Aiyanzare, Alawe tyokere, Halzwere-Kauli, Kamolototovero, Kamazonzazere.
AWO-Holomare, Zamakoidyi, Holziro, Takoidyaretse, Halinyzlo.

Ahoza matse tyzonita



Kotyo Koloko, Kovi tyzonita

MONOLI matsekwa tyzonita. MONOLI zotyanatsero.

As caçadas coletivas eram, e ainda são, feitas por ocasião das grandes festas *Oloniti* (batismo, moça nova, curas). Nessas festas os parentes distantes se reúnem, comem, bebem chicha, dançam e jogam o *jikunahati*.

A coleta também continua como fonte complementar de alimentos e matéria prima para o artesanato, sendo comercializados internamente e nas cidades.

O pequi é fonte de alimento e de renda para cada família. Seus frutos são abundantes e quase todas as famílias coletam para consumo e para comércio nas cidades vizinhas, principalmente em Campo Novo do Parecis, mas também em Brasnorte, Juína e Tangará da Serra.



Outra fonte de renda para algumas famílias é o artesanato. Produzem colares, enfeites de penas, *zamatás* (carregadores de bebê) tecidas em tear manual, cestos e outros.

Continuamos fazendo as roças tradicionais, em algumas aldeias em pequeno número, embora em certas sub-regiões, como a do Formoso ou na aldeia Paraíso, as roças familiares são muitas e fartas: roças de mandioca de muitas variedades (mansa e brava); produção de farinha para consumo e venda nas aldeias e fora da área; pomares com laranjas, mexericas, limões, pequi para consumo e venda na cidade (também produzimos mudas para venda) e outras; ao redor da aldeia e das roças há muitas frutas silvestres e ervas medicinais. Usamos muito remédio “do mato” como barbatimão, arnica e outros no cotidiano de algumas das aldeias.

No geral, as roças tradicionais têm cerca de 1 a 1,5 ha, em sua maior parte de mandioca, com variedades de mandioca d’água (necessárias para beiju e chicha ao “oferecer” para as flautas/espíritos); mandioca brava e mandioca mansa. Além disso, plantamos também outros cultivares como a araruta, melancia, batata, milho e vários outros.

Porém, a situação de algumas aldeias das terras indígenas menores como, por exemplo, as da Terra Indígena Juininha, é preocupante: as imensas lavouras de milho das fazendas ao redor provocaram enorme multiplicação de porcos e caititus que avançam e atacam nossas roças, tendo acabado em 2017 com um bananal de mais de 300 pés. A terra é pequena, as áreas de mata próximas à aldeia são atacadas, e agora temos que plantar muito longe para fugir dos porcos. Como a terra é muito pequena e as fazendas ocupam ao redor, as roças itinerantes tradicionais foram inviabilizadas. Mesmo assim, plantamos ainda o que dá: mandioca, cará, inhame, batata doce, feijão fava etc.

Outras terras indígenas têm situação ainda pior, como é o caso da Terra Indígena Estação Parecis, demarcada, mas quase toda invadida por fazendeiros, de forma que os moradores só têm acesso a 300 hectares. O solo disponível está muito estra-



*Benedito Onizokae na roça de mandioca.
Foto: Fabiano da Matta/OPAN*

gado com capim braquiara, a mata acessível é tão pouca que não dá para derrubar mais. Na área de mata remanescente somos impedidos de caçar e pescar pelos fazendeiros.

Ruim também é a situação da Terra Indígena Uirapuru: mais da metade da área está tomada pelos fazendeiros, pois ainda não terminou o processo de regularização fundiária, faltando homologar e desintrusar a área.

Por outro lado, muitas das casas nas aldeias das terras Haliti-Paresi têm quintais, onde plantamos pequenas hortas com salsinha, taioba e outras variedades de temperos e plantas. Também cultivamos nos quintais mandioca, batata, banana, araruta, abacaxi, cana-de-açúcar e muitas frutíferas: caju, caju do mato, pequi, mamão, seriguela, ameixa amarela, laranja, limão, e também criamos galinhas caipiras.

FONTES DE RENDA MONETÁRIA: A ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

Hoje em dia nossas principais fontes de renda são as lavouras mecanizadas (soja, milho, feijão etc.), a taxa de compensação social na Rodovia MT-235 e a renda vinda da compensação permanente da PCH Salto Belo. Outras fontes complementares de renda são os quatro projetos de etnoturismo, projetos de criação de peixe, criação de gado em pequena, média e grande escala, criação de frango semicai-pira, as aposentadorias, os postos de trabalho na saúde, na educação, na Funai, o artesanato e a comercialização de produtos de coleta e das roças familiares.

a) Lavouras mecanizadas

Há nove projetos de lavoura mecanizada em andamento, distribuídos em vários locais (ver mapa do território), escolhidos por critérios debatidos com as comunidades, ouvidos os anciões e pajés. Assim, os locais foram escolhidos de forma a não impactar áreas de cabeceiras ou de rios, preservando-se locais de coleta, de caça, locais de flautas sagradas e outros de importância histórica, cultural e ambiental. No total ocupamos 15.500 hectares com as lavouras mecanizadas: em torno de 1,3% da superfície do conjunto da terras indígenas Haliti.

Anteriormente cada projeto de lavoura mecanizada era desenvolvido por um grupo de aldeias associadas e coordenada por um representante escolhido pelas comunidades destas aldeias. Porém o responsável juridicamente pelos projetos agrícolas eram as associações indígenas. O resultado financeiro das lavouras era organizado da seguinte forma: uma parte era distribuída igualmente para todas as aldeias associadas de cada projeto agrícola, outra parte era utilizada para aquisição de equipamentos e maquinários ou reinvestida nos plantios. E partes menores dos resultados conforme a necessidade era usada para capacitação e treinamento de indígenas na área agrícola, e outra parte reservado para financiar o licenciamento ambiental das áreas cultivadas.

Nos últimos anos (2016 e 2018 respectivamente) fundamos as cooperativas COOPERMATSENE e COOPIHANAMA visando:

- Buscar e construir políticas públicas para o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades indígenas.
- Buscar regulamentação e financiamento de projetos.
- Representar os povos Haliti-Paresi, Nambikwara e Manoki na área de produção agropecuária e outros produtos que geram renda econômica.
- Apoiar e fortalecer os objetivos das associações indígenas em busca da sustentabilidade econômica e social das comunidades.
- Organizar a gestão produtiva e comercial com as associações indígenas, sendo de responsabilidade delas o desenvolvimento dos programas sociais das comunidades que representam.

As associações e cooperativas indígenas trabalham e lutam em busca da regularização total e definitiva de suas atividades



Atividade agrícola nas terras Haliti-Paresi.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN





Projetos agrícolas em território Haliti-Paresi. Foto: Marcelino Dantas/OPAN

agrícolas, e para isso mantêm uma discussão pertinaz e permanentemente junto as autoridades competentes, em especial com a Funai e o Ibama. Nossas instituições, com seu trabalho geram fontes de emprego e renda para suas comunidades, fortalecendo assim a saúde, educação, cultura, habitação, e investindo em projetos comunitários e familiares. A independência financeira conseguida mediante as lavouras vem promovendo a segurança social, a proteção de nossas terras indígenas e garantindo uma vida melhor para esta e as futuras gerações Haliti.

b) Cobrança da Taxa de Compensação Social e Ambiental pela Passagem na MT 235 (Rodovia João Arrezomae).

A experiência e a convivência do povo Haliti-Paresi com os benefícios materiais e recursos financeiros oriundos da taxa de compensação iniciou-se com pactuação de um Termo de Acordo e Compromisso assinado em 25 de julho de 1984 com a consolidação da estrada denominada “Nova Fronteira”. Porém, em meados de 2009 através de discussões, consenso e acordos das comunidades indígenas com o governo do estado de Mato Grosso, o tráfego da estrada Nova Fronteira fosse transferido para uma nova rodovia, a MT-235. O trecho desta rodovia que atravessa 45 quilômetros dentro da Terra Indígena Utiariti foi denominado “Rodovia João Arrezomae”, nessa época o Cacique Geral.

O formato do acordo e o modelo de arrecadação e gestão dos benefícios passaram por muitas alterações ao longo do tempo. Para o povo Haliti esta taxa arrecadada não se trata de um mero pedágio, e sim de uma compensação social e ambiental advinda pelo impacto do tráfego da rodovia. Atualmente a gestão do controle e cobrança é realizada pelas Associações Indígenas Halitinã e Waymare. O sistema de trabalho de arrecadação e distribuição de benefícios é aprovado pelas Assembleias Gerais das associações, contemplando e garantindo todas as comunidades e seus membros nos benefícios.

As associações indígenas recolhem parte da arrecadação para suas atividades institucionais, funcionamento de suas unidades administrativas, contratação de recursos humanos e busca de ações e políticas em prol de suas comunidades.

Um grande percentual da arrecadação é reservado para cerca de 65 aldeias Haliti, com mais de 2.200 beneficiários indígenas. O recurso nas comunidades é investido em áreas básicas do interesse e decisão de cada aldeia, como saúde, educação, cultura, habitação, locomoção e pequenos projetos sustentáveis. Cabe ressaltar que um percentual da arrecadação é destinado periodicamente pelas associações Halitinã e Waymare aos povos vizinhos Nambikwara e Manoki.

O povo Haliti, através de suas Associações Halitinã e Waymare, vem dialogando com as autoridades competentes, em especial Funai, Ministério Público Federal e governo de Mato Grosso para concretizar a regularização desta atividade.

c) Compensação da PCH Salto Belo

Com a construção da PCH Salto Belo, a aldeia Sacre II, que estava situada próxima do Salto Belo foi deslocada. A empresa reconstruiu a aldeia a cerca de 500 metros do antigo local, com o consentimento da comunidade e respeitando os apontamentos técnicos descrito nos estudos. Também foi fortalecida a estrutura da aldeia Bacaiuval que fica a 1 km do local. Além da construção das aldeias Sacre II e Bacaiuval o empreendimento repassa uma renda anual e permanente para o povo Haliti. 25% do valor é destinado para Associação Zaloya que representa a comunidades local; 37,5% é destinado para a Associação Waymare e 37,5% é destinado para a Associação Halitinã. Mediante estes repasses às associações, o povo Haliti é beneficiado no usufruto desta renda, fortalecendo as finalidades institucionais das associações e programas de caráter ambiental no território.



Planta de urucum.
Foto: Fabiano da Matta/OPAN

PLANO DE GESTÃO

TERRITORIAL E AMBIENTAL HALITI-PARESI

TEMAS PRIORITÁRIOS, METAS E ACORDOS:

> TERRITORIALIDADE E MEIO AMBIENTE

> ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

> SAÚDE

> EDUCAÇÃO

> ECONOMIA:

- Lavoura mecanizada
- Direito de passagem
- Etnoturismo e artesanato
- Roças tradicionais e cultura
- Projetos alternativos complementares



Zeferino Zoloizomae.
Foto: Guilherme Ruffing/OPAN

TERRITORIALIDADE E MEIO AMBIENTE

“O povo Haliti está como peixe dentro de uma lagoa que está secando. Os brancos vão só apertando e matando.” Rosângela, liderança da aldeia Sol Nascente.

“Se a gente não entender a política dos dos mahalitihyarenae eles vão nos engolir” Miriam Kazai-zokairo, aldeia Bacaval.

Nosso grande problema hoje, como foi sempre, é a manutenção da integridade de nosso território e de nossa organização social e política, necessários para manter boas condições de vida de nosso povo.

Constatamos que estamos cercados pelos mahalitihyarenae e que nosso território, apesar de demarcado, ainda continua ameaçado, com terras indígenas ainda não homologadas e em processo na justiça, esperando a demarcação e desintru-

são dos fazendeiros ocupantes ilegais, que continuam a nos pressionar.

Constatamos que nossas águas estão ameaçadas: muitas cabeceiras dos nossos rios ficaram fora das áreas demarcadas e estão sendo destruídas pelos mahalitihyarenae, pisoteadas pelo gado, envenenadas por agrotóxicos, desmatadas e assoreadas pela atuação de fazendas vizinhas.

Há também muitas barragens planejadas nos nossos rios e outros empreendimentos governamentais e privados que poderão atingir nosso território e impactar nosso modo de vida. Não podemos mais beber a água diretamente dos rios como sempre fizemos no passado e até mesmo os poços artesianos que abastecem nossas aldeias mostram sinais de contaminação. O fogo, que sempre soubemos usar com sabedoria, hoje torna-se quase incontrolável pela falta de manejo correto e chega por vezes a ameaçar nossas aldeias. Os peixes diminuem cada vez mais.

Frente a estes problemas, estabelecemos nossas metas e propomos vários encaminhamentos:

META: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

ACORDOS:

- Que o povo Haliti e as Associações Halitinã e Waymare contratem e constituam um corpo técnico jurídico para assessoramento e acompanhamento dos processos em questão, auxiliando os procuradores federais da Funai.
- Que o povo Haliti como um todo abrace de forma coletiva a causa das terras indígenas que atualmente se encontram em processo demarcatório.
- Que as comunidades das aldeias Haliti convivam com mais constância nas aldeias e terras indígenas Ponte de Pedra, Estação Parecis e Uirapuru para fortalecimento da comunidade local.
- Reivindicar que a Funai entre com interdito proibitório em relação às terras indígenas ainda não homologadas (Ponte de Pedra, Estação Parecis e Uirapuru), que estão sub judice, para que os fazendeiros não ampliem sua ocupação até que o processo esteja terminado, a terra seja homologada e os fazendeiros sejam retirados.
- Reivindicar ao Ibama e Funai a transformação das áreas de importância sagrada, fora das terras indígenas, em áreas protegidas.
- Reivindicar à Funai a criação de uma Reserva Indígena, através de compra monetária, no local conhecido pelos Haliti como *Kataberalotse*, na cabeceira do rio Jauru, no município de Cabaçal, que é um local sagrado. É local de barro para panela, lugar de flechas sagradas, flecha de pajé. Além disso, é o cemitério de Matias Tolouri, cacique geral Haliti no tempo de Rondon.



Oficinas do Plano de Gestão. Foto: Giovanni Vera/OPAN



Terra Indígena Estação Parecis. Foto: Rinaldo Arruda/OPAN



Oficina do Plano de Gestão na aldeia Bacaval.
Foto: Artema Lima

META: ENFRENTAMENTO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS

ACORDOS:

- Elaborar um protocolo de consulta Haliti.
- Criar um comitê específico para discutir empreendimentos (PCHs, linhas de transmissão, ferrovias, etc.)
- Capacitar e formar jovens para a gestão ambiental.
- Reivindicar da Funai que incorpore o Protocolo de Consulta Haliti, tornando-o obrigatório.
- Para a instalação de qualquer empreendimento a comunidade deve ser consultada antes do início dos estudos pelas empresas.

META: GARANTIR A QUALIDADE DAS ÁGUAS, RIOS E CABECEIRAS

ACORDOS:

- Trabalhar a importância da água nas escolas.
- Conscientizar nossa comunidade a economizar água.
- Não jogar lixo nos rios e nas margens.
- Não desmatar cabeceiras e matas ciliares.
- Realizar palestras (equipe de saúde, educação e comunidade) sobre os cuidados que devemos ter com a água.
- Fazer acompanhamento da qualidade da água nos rios e poços artesianos das aldeias, em conjunto com as equipes de saúde.
- Implantar poços artesianos nas aldeias que ainda não tem.
- Entrar em entendimento com o Prevfogo para fazer também o monitoramento e fiscalização no interior e no entorno das terras indígenas Haliti, como por exemplo as margens confrontantes dos rios que a delimitam (rio Papagaio).
- Reivindicar recursos do IBAMA para capacitação de agentes ambientais indígenas para vigilância e fiscalização.
- Reivindicar à FUNAI um curso de capacitação para o povo Haliti para comprovação de denúncias.

Discussão do Plano de Gestão na aldeia Rio Verde.
Fotos: Giovanny Vera/OPAN



- Incentivar a comunidade haliti para documentar (fotos, localização por GPS, relato do cacique) e encaminhar, mediante as associações, para a FUNAI, IBAMA e Ministério Público Federal, todos os casos de problemas ambientais causados no entorno das terras indígenas ou no seu interior
- Recuperar as áreas já degradadas às margens dos rios no interior das terras indígenas.
- Promover acordo de convivência e vizinhança com fazendeiros vizinhos para a preservação das cabeceiras no entorno do território haliti, através de acordos de vigilância territorial e ambiental.
- Estabelecer com as prefeituras e fazendeiros vizinhos plano de recuperação de áreas degradadas do entorno, principalmente as cabeceiras e margens de rios.
- Reivindicar que as multas por degradação ambiental no entorno de nosso território sejam aplicadas em planos de recuperação ambiental.
- Propor para as prefeituras, através das associações, a colaboração no plano diretor dos municípios e nas políticas municipais ambientais territoriais, incluindo a destinação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) ecológico na Lei Orgânica dos Municípios.
- Cobrar e fiscalizar junto aos órgãos competentes a proibição de criação de animais e plantação nas margens dos rios do entorno de nosso território.



Cabeceiras do Rio Verde. Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Região das cabeceiras do Rio Juruena.



Proximidade das cabeceiras do Rio Juba.

Professora Nilce Zonizokenairo.
Foto: Artema Lima/OPAN



ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Constatamos que nossa organização social e política vem se adequando aos tempos de hoje, com a atuação de nossos caciques, lideranças, conselhos, participação nos municípios e associações.

Porém, constatamos também que ainda é preciso melhorar a gestão das associações, a atuação dos caciques, lideranças, conselhos e aumentar nossa participação nos órgãos municipais, estaduais e federais.

Além disso, percebemos que é preciso um maior esforço para abrir mais espaço para a atuação dos jovens e principalmente das mulheres na vida pública de nosso povo.

Frente a isso propomos as seguintes metas e acordos:



Reunião de lideranças na aldeia Rio Verde.
Foto: Giovanni Vera/OPAN

META: APERFEIÇOAR O TRABALHO DAS ASSOCIAÇÕES

ACORDOS:

- Que as diretorias das associações elaborem desde o início de sua atuação um plano de trabalho para a duração de sua gestão, para que sua atuação seja mais organizada, transparente e participativa.
- Que as duas associações estabeleçam planejamento conjunto nos temas comuns, para unir mais o trabalho das associações e articular melhor suas ações.
- Fazer regularmente encontro de jovens para melhor capacitar as lideranças jovens.
- Entrar em entendimento com as prefeituras municipais para termos representação indígena em TODOS os Conselhos dos municípios que incidem sobre nosso território: de Saúde, Educação, Saneamento, Tutelar, da Mulher e outros, assim como no governo do estado.
- Procurar formas de apoio para a formação de gestor (representante).
- Criar com as duas associações um Conselho Geral, englobando representantes de todos os segmentos abaixo enumerados:
 - Agricultura
 - Educação
 - Saúde
 - Mulheres
 - Jovens
 - Caciques
 - Associações
 - Esportes



Everaldo Paresi, da aldeia Bacaval, representando a juventude Haliti.
Foto: Giovanni Vera/OPAN



Crianças da aldeia Bacaval.
Foto: Fabiano da Matta/OPAN

META: AMPLIAR E QUALIFICAR A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA VIDA PÚBLICA DO POVO HALITI

ACORDOS:

- Incentivar a criação de grupos de jovens indígenas.
- Fazer palestras educativas para os jovens.
- Conscientizar as famílias para que orientem as crianças e jovens para um uso mais adequado de celulares e das redes sociais.
- Incentivar a juventude para a recuperação, valorização e prática dos nossos costumes tradicionais.

- Incentivar a participação dos jovens nas políticas indígenas Haliti-Paresi.
- Buscar parcerias para promover intercâmbio, oficinas e jogos tradicionais.
- Conscientizar os jovens da importância dos recursos naturais nas terras indígenas Haliti-Paresi.
- Incentivar a valorização dos dois conhecimentos: indígena e não indígena.



Zaolo. Foto: Marcelino Dantas/OPAN

META: APERFEIÇOAR A ATUAÇÃO DOS CACIQUES E LIDERANÇAS

ACORDOS:

- Como responsável pela aldeia o cacique deve ser o exemplo da comunidade.
- A comunidade deve fortalecer o cacique.
- O cacique deve ter transparência e compromisso no trabalho.
- O cacique não deve concentrar toda a responsabilidade da aldeia, deve compartilhar com os professores, com os pro-

- fissionais da saúde, com os jovens, com as mulheres, fazer o planejamento em conjunto com a comunidade.
- O cacique deve fazer reunião periódica comunitária para planejamentos conjuntos e avaliação de trabalhos realizados.
- Criar um Conselho de Caciques.
- Os caciques devem buscar melhorias para suas aldeias junto aos municípios.

Reflexões e proposições sobre a organização social haliti.
Fotos: Giovanni Vera/OPAN



Lideranças: são os que têm influência na comunidade, os professores, os profissionais de saúde indígena, os membros de conselhos e outras pessoas influentes que assessoram os caciques e a comunidade no enfrentamento de problemas. Estes devem:

- Levar a sério seu trabalho.
- Trabalhar em conjunto com a comunidade, com o cacique e com as associações.
- Participar em todas as reuniões de conselhos e outras reuniões do povo Haliti.
- Repassar para a comunidade o que houve e o que foi decidido nas reuniões das quais participou representando sua aldeia.
- Ser avaliado pela comunidade que decidirá a continuidade ou não de seu trabalho como liderança.

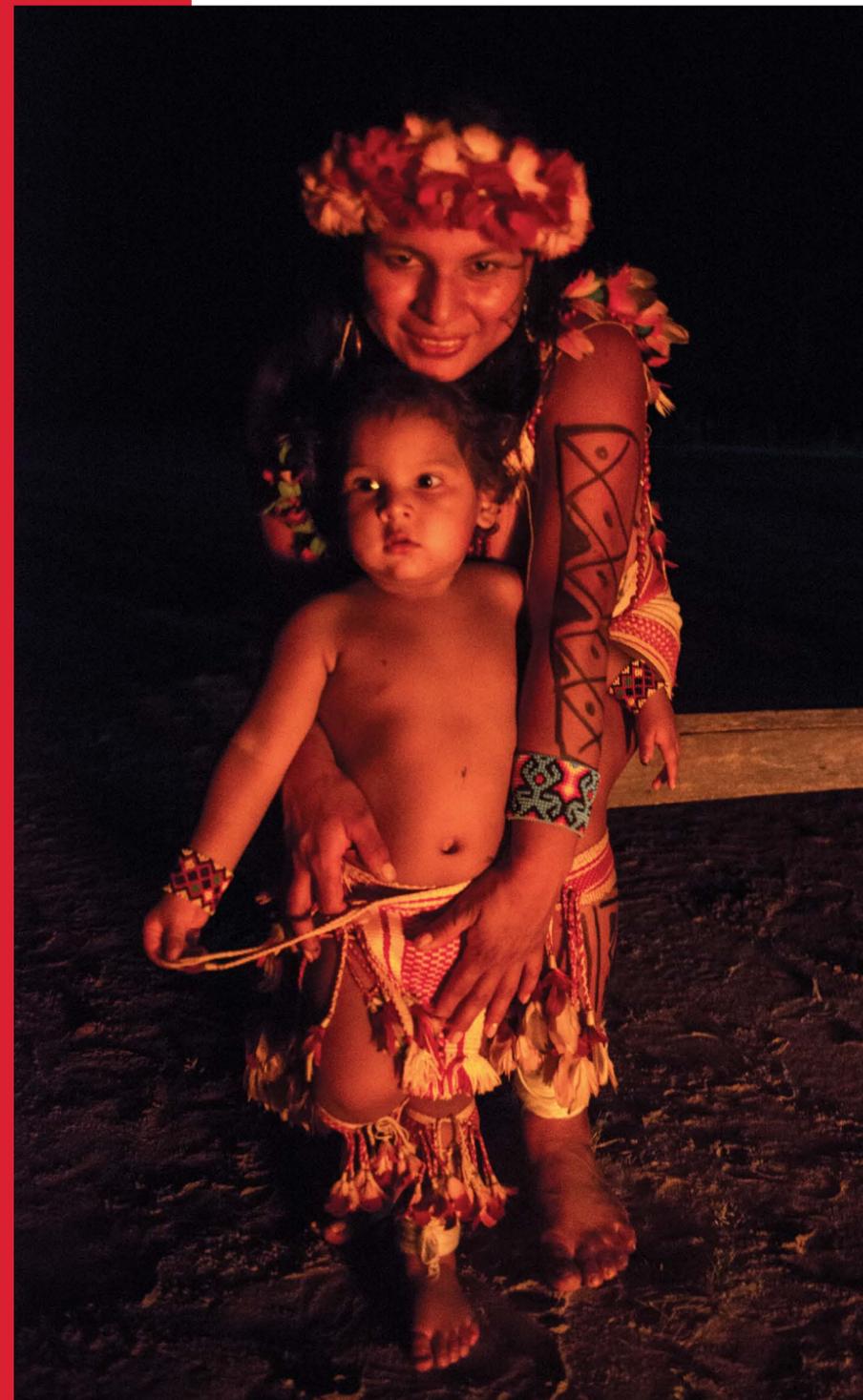




Professora Tereza C. Kezonazokero.
Fotos: Artema Lima/OPAN



Ines Nizokero e Neli Nizokairo.



Professora Valdirene Avelino Zakenaizokero e Hawa Azoinaee.
Foto: Rinaldo Arruda/OPAN

META: APOIAR A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES HALOTI

ACORDOS:

- As associações devem promover encontros de mulheres Haloti-Paresi, para promover a criação de uma Organização de Mulheres Haloti-Paresi
- A futura organização de mulheres Haloti deve fazer projetos voltados para as mulheres.
- Procurar apoio das associações para entrar nos Conselhos Municipais de Mulheres.
- Fortalecer o intercâmbio com mulheres de outras etnias.
- Conhecer os direitos das mulheres.
- Saúde da mulher: recuperação das regras de dietas tradicionais das mulheres, em diálogo com o pessoal da saúde.
- Fazer oficinas, palestras ou rodas de conversa regulares para valorizar as práticas tradicionais do povo (comidas, bebidas, festa da menina moça, batizado, tratamento de doenças).
- Elaborar um livro de culinária tradicional Haliti.
- Apoiar e incentivar as práticas esportivas.
- Apoiar e incentivar a mulher em questões de prática política.

Futebol na aldeia Nova Esperança.
Foto: Rinaldo Arruda/OPAN



SAÚDE

Saúde é qualidade de vida, é viver bem. Para tanto não basta combater a doença. Deve-se principalmente criar uma rede de proteção e promoção social, articulada com os serviços de saúde.

Constatamos que, embora nos últimos anos tenha havido uma melhora no atendimento à saúde e nas políticas públicas de atendimento à saúde indígena, as mudanças ocorridas no modo de vida Haliti-Paresi provocaram também grandes alterações na nossa situação de saúde. Se, por um lado, os cuidados com a saúde diminuíram muito as mortes por doenças infecciosas, por outro lado, tem aumentado bastante a incidência de doenças não transmissíveis entre os Haliti.

Nosso perfil epidemiológico atual apresenta um crescimento das doenças não transmissíveis, como é o caso de hipertensão, diabetes, câncer, casos de malformação na gestação, síndromes em crianças, abortamentos, intoxicação por agrotóxicos, e outras doenças. Esse perfil é induzido por hábitos de sedentarismo, alto consumo de açúcar, óleo, sal, refrigerantes, salgadinhos, alimentos industrializados de modo geral.

O saneamento também apresenta problemas: até a água dos poços artesianos tem algum

grau de contaminação por bactérias. Torna-se ainda necessário fazer exames mais completos por amostragem, para verificação de presença de agrotóxicos na água consumida.

Além disso, tem havido outros tipos de problemas graves: acidentes de moto e carro ligados ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas, o perigo com álcool e drogas que podem começar a entrar no consumo dos mais jovens, principalmente nas aldeias mais próximas de cidades e com os alunos que vão estudar fora das terras indígenas.

Frente a esses problemas adotamos, como orientação geral, trabalhar a saúde e não a doença. Conscientizar a comunidade de que a saúde é reflexo do modo de vida, da economia, da vida social, da alimentação, da educação, das condições do meio ambiente, das condições dos rios, das cabeceiras e das águas em geral.



Rio Verde, aldeia Wazare.
Foto: Fabiano da Matta/OPAN

Para isso propomos as seguintes metas e acordos:

META: DIRECIONAR POLÍTICAS DE SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS ATUAIS

ACORDOS:

Desenvolver as seguintes políticas de saúde em conjunto com o DSEI e as equipes locais:

- Prevenção de DST: dar condições e material para realização de palestras nas aldeias.
- Investigação das causas do aumento preocupante de casos de malformação congênita.
- Priorizar o atendimento nos polos base, acatar o atendimento médico, não desacatar o profissional de saúde, seguir as instruções para o uso dos medicamentos.
- Fortalecer a prática de esportes, apoio ao desenvolvimento de centros e atividades esportivas e de lazer. Fomentar e for-

talecer a prática dos esportes e práticas tradicionais como caça, pesca, coleta e roça tradicional.

- Combater o alcoolismo e o uso de drogas psicoativas.
- Fazer programas contra a violência doméstica.
- Fortalecer o programa contra violência sexual através de palestras junto à comunidade e familiares.
- Fortalecer o trabalho de educação em saúde com os professores e equipe de saúde.
- Evitar o consumo de álcool nas aldeias e nos polos base. Demitir funcionários que consomem álcool.
- Fortalecer parcerias existentes e buscar novas.
- Fortalecer e valorizar mais o conselho local.

META: CONSUMIR ÁGUA DE QUALIDADE

ACORDOS:

- Verificar a qualidade da água dos poços artesianos, dos rios e cabeceiras.
- Melhorar o sistema de abastecimento de água nas aldeias.
- Recuperar e reflorestar as cabeceiras dos rios.
- Se articular com as associações nos planos de recuperação das nascentes.
- Capacitar pessoas para a manutenção do sistema de abastecimento.

META: FORTALECER O CONSUMO DE ALIMENTOS DE QUALIDADE

ACORDOS:

- As comunidades devem assumir a responsabilidade de cuidar da nutrição.
- Fortalecer o plantio e o uso de alimentos tradicionais.
- Conscientizar sobre o uso de alimentos industrializados e sobre a importância do alimento tradicional.
- Evitar alimentação de má qualidade.
- Cada comunidade deve discutir, juntamente com a equipe de saúde, sobre os hábitos alimentares de suas famílias, com a finalidade de fomentar o consumo de alimentação saudável.

META: FORTALECER O USO MAIS ADEQUADO DE MEDICAMENTOS

ACORDOS:

- Desenvolver política de uso de plantas e da medicina tradicional (parteias, pajés, ervas, raízes, benzeção).
- Favorecer o diálogo e o uso conjunto ou complementar da medicina tradicional e da biomedicina.
- Evitar o uso inadequado de medicamentos e o uso de medicamentos por conta própria, através de conscientização pela equipe de saúde e com responsabilidade comunitária.



Aldeia Paraíso. Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Polo Base Rio Verde.
Fotos: Rinaldo Arruda/OPAN

META: MELHORAR A INFRAESTRUTURA DE ATENDIMENTO

ACORDOS:

- Procurar maior apoio do distrito e dos municípios.
- Incluir o Saneamento Indígena nos Planos Municipais de Saneamento, em todos os municípios que incidem sobre o território Haliti-Parsi.
- Garantir e aumentar o teto orçamentário do DSEI para reforma dos polos base e melhorar sua infraestrutura.
- Estabelecer parceria com os municípios para aquisição de novos materiais para os polos base.
- Aumentar a quantidade de combustível destinado à saúde.
- Melhorar o atendimento dos indígenas nas cidades e hospitais, Programa de Saúde da Família (PSF) e centros de regulação.
- Diminuir o tempo de agendamento e agilizar os exames de alto custo nos centros de regulação.

META: MELHORAR A ATUAÇÃO E CONDIÇÃO DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E POLOS BASE

ACORDOS:

- Priorizar a contratação de profissionais indígenas de saúde.
- Capacitação contínua/regular dos profissionais de saúde.
- Profissionais devem cumprir seu horário de trabalho.
- Motoristas devem pernoitar em seu local de trabalho.
- Respeitar a hierarquia no local de trabalho.
- Fazer reuniões regulares e mais frequentes de planejamento e avaliação internas, das equipes dos polos base.
- Demitir os funcionários que não demonstrem compromisso com o trabalho.
- Propiciar o fortalecimento das Equipes Multidisciplinares de Atenção Básica à Saúde Indígena (EMSI) dentro dos polos através de reuniões e rodas de conversa regulares com as comunidades.
- Respeitar mais as EMSI.
- Ampliar a atuação dos AISAN nos trabalhos e ações de saneamento.
- Garantir o fornecimento de alimento para os pacientes e funcionários nos polos base.



Enfermeiro Antonio Rodrigues Azokemaese.



Reunião do Conselho Local de saúde Haliti-Parsi.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Reunião do Conselho Local de Saúde Haliti Waymare.

META: FORTALECER A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE SAÚDE

ACORDOS:

- Criar um único Conselho de Saúde Haliti.
- Fazer plano de trabalho de 4 anos do Conselho com metas, objetivos e estratégias para realizar as atividades propostas.
- Os conselheiros devem participar de todas as reuniões e passar informação para a comunidade.
- Conscientizar as responsabilidades dos caciques e Conselhos de Saúde diante dos serviços de assistência à saúde (Polo Base, equipe de saúde e CASAI).
- Os conselheiros locais devem atuar de forma mais participativa e eficiente em suas regiões de representação, buscando contribuir com as equipes de saúde na solução das demandas locais.
- Nos conselhos locais de saúde deve haver representação de pajés, caciques, dirigentes de associações, professores, profissionais de saúde e usuários.

- O Conselho de Saúde deve ser consultado com antecedência para qualquer demissão.
- Fazer reuniões regulares por região: Sacre, Seringal, Três Lagoas, Bacaval, Rio Verde. As reuniões dos Conselhos de Saúde devem ser feitas de forma rotativa, pelas diferentes regiões, dentro de um planejamento programado.
- Estimular e fomentar parcerias com os órgãos municipais, DSEI, polos base e postinhos das aldeias.
- Incentivar e convidar os jovens e demais usuários para participar das reuniões de saúde.
- Informar e conscientizar a comunidade sobre as funções exercidas pelos profissionais de saúde, inclusive sobre o trabalho dos AIS e AISAN.
- Que os Conselhos Locais tenham representantes dos indígenas moradores das cidades.

META: MELHORAR O ATENDIMENTO INDÍGENA NOS MUNICÍPIOS

ACORDOS:

Solicitar do DSEI que:

- Produza material explicativo sobre o subsistema de saúde indígena para as redes referenciadas municipais.
- Providencie registro de nascimento e cartão SUS de todas as pessoas das aldeias para poderem ser atendidas na rede referenciada.
- Produza material educativo em saúde para realização de palestras nas aldeias e nos polos base.
- Faça levantamento para saber quantos são os indígenas Haliti que vivem nas cidades e onde estão.
- Que o DSEI organize com a equipe de saúde e com os usuários, de forma democrática, participativa e responsável, o atendimento à saúde dos indígenas que residem em centros urbanos em razão de trabalho ou estudo, definindo as responsabilidades e o bom atendimento.
- Inclua os que estão fora das aldeias no Censo de Saúde Haliti.



Tiara Haliti. Foto: Marcelino Dantas/OPAN

EDUCAÇÃO

“Antigamente nós usávamos o arco e flecha. Atualmente a gente trocou o arco e a flecha e defendemos nossos direitos com a ponta da caneta.

O conhecimento tradicional a gente procura inserir no plano político pedagógico da escola, que é de um ensino específico e diferenciado, para a gente continuar seguindo aquelas normas. A gente trabalha a língua materna e tantas outras ferramentas que são importantes para a comunidade, para o povo Haliiti. De 2003 para cá, no lugar do ensino religioso, nós inserimos a disciplina de história indígena. Esse material da história indígena a gente retira do que já foi escrito e também registra as histórias dos velhos, dos primeiros professores e muita coisa que já foi gravada. E mesmo assim a gente ainda vai atrás daqueles velhos, que ainda contam histórias, para a gente ir completando. A gente pega esses registros e traz para dentro da sala de aula.

A sociedade vem mudando muito, já não se faz coisas como antigamente e muito conhecimento se perde. Não é só a sociedade indígena que muda, são todas as sociedades, e sempre se pensa que é a escola que tem que guardar, recuperar esses conhecimentos.

A escola tem que fazer isso, mas o principal responsável é a comunidade, são as famílias mesmo, no dia a dia, que tem que lembrar e ensinar para os filhos. É isso que a gente trabalha muito com nossos alunos, que a educação começa nas nossas casas.

O respeito, os deveres do dia a dia, porque isso a gente aprende com os nossos pais. Essas perdas, a gente às vezes não vê, mas a gente percebe ao longo do tempo. Precisamos fortalecer nossos valores tradicionais na nossa juventude. Não do mesmo modo que era no passado, mas harmonizar com o nosso presente e até com o nosso futuro”. Professor Lino Zokenazokae, diretor de escola.



*Prof. Lino Zokenazokae – Escola Municipal Indígena Zoçoiterô, aldeia Rio Verde.
Foto: Giovanny Vera/OPAN*

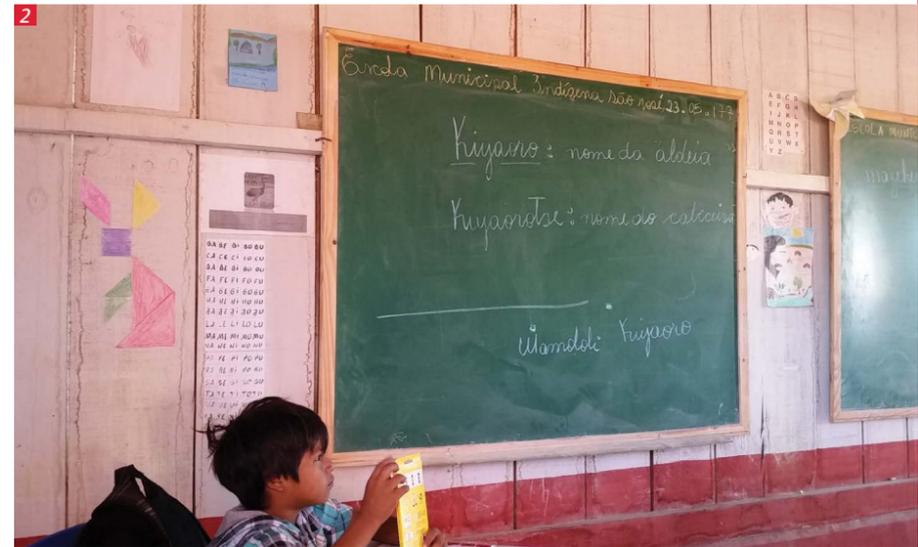
“Acredito muito na nossa cultura, na nossa tradição. O único lugar de aprofundar o pensamento sobre as tecnologias chegando, sobre saber utilizar, é a cultura, é o que dá a direção. A escola precisa ter uma adequação. A escola talvez seja o único lugar para fazer esse trabalho com os alunos.

Por outro lado, os pais, hoje, transferiram toda a responsabilidade para a escola. Mas, educação se aprende em casa, criar caráter é lá. Isso precisa ser discutido com os pais, com a comunidade.

A língua materna, principalmente, tem que falar muito com os filhos, ela é a essência de nosso modo de pensar. Tudo que acontece com a cultura está ao redor da língua materna, tudo o que se fala de benção, do espírito, do oferecimento, da vida do dia a dia”. Prof^a. Teresa Cristina Kezonazokero.



1. Aldeia Manene; 2. Estivadinho; 3. Figueiras.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Para fazer frente a esses desafios definimos as seguintes metas e acordos:

META: MELHORAR A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR HALITI

ACORDOS:

- Criar Conselho de Educação Escolar Indígena para o conjunto de escolas Haliti-Paresi.
- Propiciar encontros de educação Haliti-Paresi para o conjunto de escolas Haliti e não apenas das escolas de cada município.
- Criar grupo de professores que tenham domínio oral e escrito da língua materna, com encontros regulares, para socializar a situação de cada escola, para organizar materiais didáticos de acordo com nossa realidade, para refletir e achar soluções criativas para melhor ensinar nossos alunos.
- Definir planos políticos pedagógicos conjuntos para as escolas Haliti-Paresi.
- Definir encontro para melhorar a ortografia Haliti-Paresi.

Para fazer frente a esses desafios definimos as seguintes metas e acordos:

META: APRIMORAR O CURRÍCULO E O MATERIAL ESCOLAR HALITI

ACORDOS:

- Criar grupo de professores para elaborar mais material didático próprio, adequado à realidade indígena Haliti-Paresi.
- Definir a escrita para a língua Haliti-Paresi. Ou uma escrita só, ou escrita em cada variação linguística dos subgrupos de falantes.
- Desenvolver projeto de registro do conhecimento tradicional (cantos e cantores Haliti; histórias de vida dos mais velhos; e outros conhecimentos) e procurar financiamento para isso.
- Incorporar o etnomapeamento e o PGTA nos currículos escolares.
- Apoiar os professores para discutir e elaborar uma participação na construção de políticas públicas voltadas para seu povo.



META: FORTALECER A CULTURA TRADICIONAL E A CULTURA TRADICIONAL CONTEMPORÂNEA JUNTO COM O CONHECIMENTO DOS NÃO ÍNDIOS

ACORDOS:

- Incentivar o uso cotidiano da língua Haliti.
- Criar grupos de apoio ao ensino e à prática da língua Haliti nas aldeias.
- Fortalecer na educação indígena o diálogo do conhecimento tradicional com o conhecimento dos *mahalitihyarenae*.
- Cobrar assistência técnica, capacitação, formação continuada e supervisão permanente para dar suporte ao professor indígena.
- Fortalecer a prática da pintura corporal e a simbologia.



Anésio Haliti. Foto: Fabiano da Matta/OPAN

META: ENVOLVER MAIS A COMUNIDADE NA EDUCAÇÃO E NA FORMAÇÃO DO POVO HALITI

ACORDOS:

- Conscientizar as comunidades e as famílias da importância da cultura, da educação de casa e da prática da língua materna no dia a dia.
- As associações devem cobrar como contrapartida de seus bolsistas, a participação nas lutas indígenas tanto nas cidades em que vivem e estudam, como nas aldeias, participando de eventos e de reuniões de interesse do povo Haliti (de saúde, de educação, de lutas políticas).



Cacique Rony em sua casa, aldeia Wazare. Foto: Rinaldo Arruda/OPAN

ECONOMIA

Percebemos que ao longo do tempo sempre dependemos de um só produto para geração de renda. Houve o tempo da poaia, da borracha e agora da lavoura mecanizada. Esse é um risco que corremos, pois a prosperidade que depende de um só produto pode acabar de uma hora para outra se a gente não pensar no futuro. Não podemos mais usar toda a renda só para o consumo imediato. É preciso pensar e agir diferente, prever outras alternativas e planejar melhor.

Para fazer frente a isso precisamos valorizar nosso alimento, diminuir a dependência de fora, nos aproximarmos dos mais velhos, manter a integridade de nosso meio ambiente, a qualidade de vida e nossa cultura.

Precisamos de projetos de segurança alimentar e de geração de renda alternativos, diversificados e sustentáveis, economicamente, ambientalmente e socialmente, para maior segurança de nosso povo.

Além da lavoura mecanizada de grande escala, que hoje é nossa maior fonte de renda, precisamos fomentar outras alternativas econômicas sustentáveis que permitam aos jovens e a todos os Haliti trabalhar e viver bem dentro de nossos territórios: as roças tradicionais sem agrotóxicos e de base familiar; a criação de peixes; a apicultura; a produção de farinha; a criação de animais (gado em pequena, média e grande escala, peixes, porcos e frangos), a coleta do pequi e de outros recursos naturais; o etnoturismo, a produção de artesanato e outras alternativas que se mostrarem sustentáveis e de interesse do povo.

Precisamos também pensar na criação de unidades de beneficiamento dentro da área, para agregar valor aos nossos produtos. Por fim, através de nossas cooperativa Coopihana e Coopermatsene, vamos comercializar nossos produtos de forma regular e autônoma.

Frente a esse contexto encaminhamos as seguintes metas e acordos:



Milho nas lavouras Haliti.
Foto: Marcelino Dantas/OPAN



Projeto agrícola Haliti Matsne Kalore.
Fotos: Rinaldo Arruda/OPAN



*Projetos econômicos Haliti-Parsi, na aldeia Nova Esperança.
Fotos: Rinaldo Arruda/OPAN*



META: APERFEIÇOAR A GESTÃO E O USO DAS LAVOURAS MECANIZADAS PARA A ECONOMIA DO POVO HALITI

ACORDOS:

- Realizar a comercialização dos nossos produtos através da cooperativa Coopihanama.
- Buscar junto à cooperativa alternativa para uma produção com menos uso de agrotóxicos, assim como com sementes convencionais.
- A decisão sobre aumento de novas áreas de plantio de lavoura mecanizada deve ser tomada de modo coletivo.
- As terras indígenas Ponte de Pedra e Estação Parecis deverão ser incluídas na renda de projetos de lavoura mecanizada.
- Que a distribuição das rendas obtidas com a safra seja feita de forma igualitária a todas as comunidades.
- Prever o aumento das áreas dentro dos projetos conforme necessidades justificáveis e analisadas em conformidade com os órgãos competentes e estudos realizados, estipulando a ampliação de, no máximo, 5% tomando-se como referência a nossa extensão territorial como área total de plantio nos próximos 50 anos.
- Que todos os projetos passem a destinar pelo menos 50% dos recursos para trabalhar com atividades alternativas de geração de renda nas comunidades. Por exemplo a criação de peixe, frango, gado, entre outros.

META: GARANTIR A COBRANÇA DA TAXA DE COMPENSAÇÃO SOCIAL NA RODOVIA MT-235

ACORDOS:

- O governo do estado será responsável pela arrecadação, sob contratação das instituições indígenas do povo Haliti-Paresi (gerenciamento).
- As associações gerenciam os recursos podendo contratar uma empresa terceirizada, sob a supervisão das associações.
- Repassar o recurso de forma igual para todas as famílias ou pessoas que pertençam ao território do povo Haliti-Paresi (9 terras indígenas).
- Por questão de igualdade, fazer o cálculo *per capita*, para fazer a distribuição para aldeias.
- Que o recurso arrecadado seja dividido 50% em investimento coletivo da aldeia e 50% em renda familiar, destinados às famílias em forma de cotas.
- As Associações Waymare (AWA) e Halitinã (AHA) devem ter uma percentagem de 10% para cada uma na arrecadação, para poder fazer a gestão destes recursos. O percentual de 10% destas associações é inalterável.
- O povo Manoki e o povo Nambikwara têm um percentual de 3% para cada um deles e também é inalterável.
- Dos 64% restantes, 50% devem ser destinados a investimentos coletivos e 50% destinados à renda das famílias.



Guarita para cobrança do direito de passagem. Foto: Giovanni Vera/OPAN

META: INCENTIVAR O ETNOTURISMO E O ARTESANATO

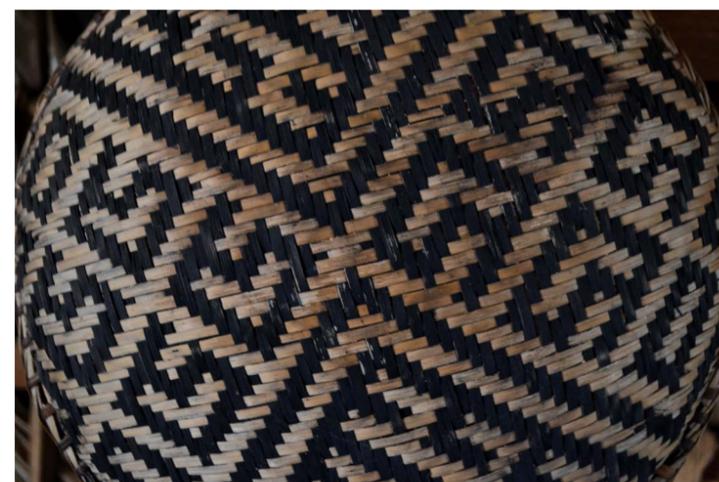
“A importância do turismo não é apenas renda. É mostrar ao mahalithyarenae que o indígena não é como ele pensa. É importante que conheça como somos, como vivemos, como pensamos. Por outro lado, mostrar aos outros como somos nos obriga à manutenção e às vezes ao reaprendizado de nosso legado cultural, o conhecimento de nossos rituais, danças, cantos, pinturas, língua, roça tradicional, animais sagrados. Fortalece assim nossa cultura e o interesse pelo saber dos mais velhos. Possibilita viver e trabalhar dentro da terra indígena. Preserva a natureza e a beleza cênica do território. Aproxima gerações, fortalece o aprendizado e a prática de artesanato, propicia renda monetária e oferece aos índios e não índios o conhecimento do indígena contemporâneo. Propicia uma melhor organização interna e externa nas aldeias onde o etnoturismo ocorre: limpeza, tarefas variadas, casas tradicionais, vestimentas, artesanato. Fortalece a autoestima e identidade.”
Rony Walter Azoinayce.

Cachoeira do Formoso. Foto: Fabiano da Matta/OPAN

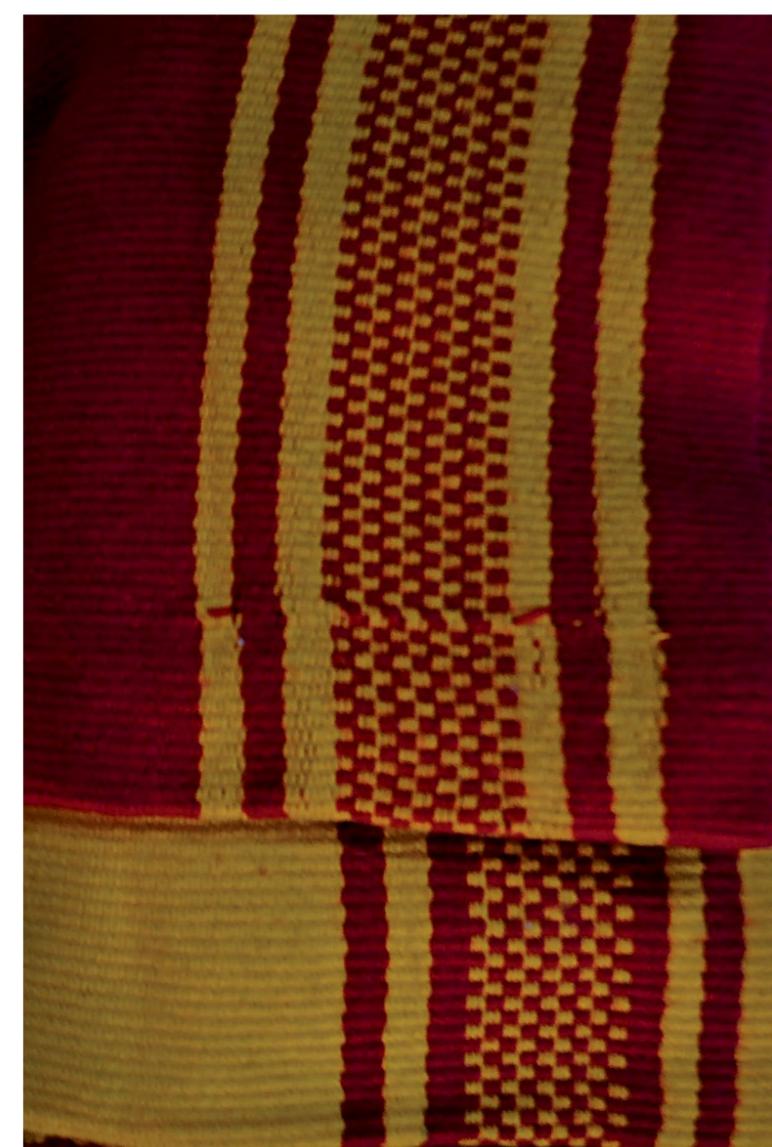


ACORDOS:

- Promover oficinas de mestres artesãos, homens e mulheres, para os interessados em aprender e aperfeiçoar o artesanato.
- Elaborar projetos de etnoturismo por aldeia ou grupo de aldeias que se associem para isso.
- Estabelecer normas básicas do turismo para todos os projetos que existirem no território Haliti: elaborar uma normativa interna dos Haliti em relação aos projetos de turismo dentro dos territórios.
- Criar um calendário cultural Haliti.
- A forma de distribuição da renda dos projetos de etnoturismo deve ser decidida por cada aldeia onde há esse tipo de projeto.
- Estabelecer entendimentos com o Ibama, Funai, Prefeituras para que apoiem e incentivem o etnoturismo.



- Que as aldeias que não trabalham com o turismo respeitem aquelas que sim trabalham.
- Buscar capacitação para desenvolver trabalho com turismo.
- Aumentar a rota do turismo: reivindicar (Funai, Prefeitura, Governo Estadual e Federal, Secretarias de Turismo) a restauração da Estação Parecis e da Ponte de Pedra, criando uma rota turística, administrada pelos Haliti.
- Patentear o patrimônio material e imaterial Haliti através da elaboração de um catálogo da cultura material para registrar no Iphan.
- Criar uma política pública de turismo em terras indígenas envolvendo todos os segmentos.
- Sinalizar as rotas para as aldeias que recebem turistas.
- Reivindicar do Estado de Mato Grosso e das prefeituras a inclusão de indígenas nos conselhos de turismo.
- Promover oficinas sobre culinária, artesanato, grafismo tradicional e sobre língua materna.
- Promover o conhecimento e a prática de pinturas corporais e seus significados, assim como a mitologia e a história do povo.



Artesanatos Haliti. Fotos: Marcelino Dantas/OPAN



Artesanatos Haliti. Foto: Marcelino Dantas/OPAN



Apresentação cultural na assembleia geral da FEPOIMT em 2017. Foto: Rinaldo Arruda/OPAN

META: FORTALECER E INCENTIVAR AS ROÇAS TRADICIONAIS E A CULTURA HALITI

ACORDOS:

- Recuperar e conservar sementes tradicionais.
- Valorizar o abacaxi próprio dos Haliti (*Wenore wohowenola, toiboiotse wenola*) e os cultivares tradicionais.
- Fazer roça tradicional para consumo e para comércio.
- Conscientizar o povo da importância da cultura Haliti, dos animais sagrados, da caça e da pesca.
- Conscientizar o povo Haliti da importância da roça tradicional para a manutenção das flautas e flechas sagradas, de nossos rituais e de nossa religião.
- Conscientizar o povo Haliti da interferência negativa da evangelização na cultura.
- Incentivar jovens a fazer roça tradicional.
- Destinar parte dos recursos da taxa de compensação social e das lavouras mecanizadas para atividades da cultura tradicional.



Geovani da aldeia JM mostrando sua roça.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



Produção de banana em uma roça Haliti.



Quintal na Aldeia JM. Fotos: Fabiano da Matta/OPAN



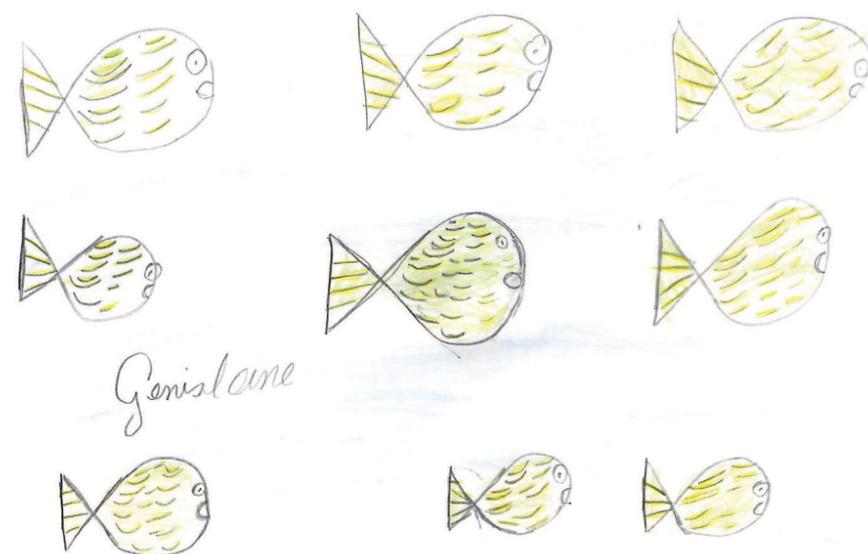
Roças tradicionais em território Haliti.

META: FORTALECER E INCENTIVAR A PISCICULTURA, APICULTURA E ATIVIDADES ECONÔMICAS ALTERNATIVAS

“Não devemos simplesmente abrir um tanque colocar água e colocar o peixe dentro. Precisamos procurar conhecimento com Embrapa e outras instituições. O peixe é uma oportunidade de fonte de renda garantida desde que todos cuidem com a ração, qualidade da água. Não é de um dia para o outro. Precisamos ter um lugar adequado e capacitação técnica.” Ronaldo Zokezomaiake.

ACORDOS:

- Comercializar nossos produtos através das cooperativas.
- Buscar capacitação técnica para todos os tipos de produção animal: peixes, porcos, frangos, gado, mel etc.
- Garantir a regularização legal de todos os projetos/produtos para possibilitar sustentabilidade.
- Criar unidades de beneficiamento dos produtos das aldeias em local central do território Haliti.
- Definir fontes de financiamento com base no reinvestimento de renda da lavoura mecanizada e da taxa de compensação social, para criar novas alternativas sustentáveis de renda.
- Na abertura e planejamento de todos os novos projetos garantir: acompanhamento técnico, fonte de financiamento, unidade beneficiadora e cursos de capacitação.



Atividades de piscicultura em território Paresi.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN





*Aldeia Katyola-winya.
Fotos: Fabiano da Matta/OPAN*

ZATSEMEHENA ZOIMYAHALITI, ZOIMYAHALOTI

Wawenane atyo kajiyehare hoka waiwaiyorehena atyoite ekakwa, hatyo hiyeta atyoite maihyã wawenane wimyaotyaneha. Kalikini ya wimyaotyanehena zakore wiyatere, wawenane ya tyotyã. Hatyo hiye taite zadyadyóare wahalaksita wenati tahi. Itsekohaliti tyotyã itxita ehare wenati waiyeze, aidyhyalinikitxita ahetakatimaniya. Hatyo hiyeta atyo kalikini ktxiyehena wawenane, wijiyehare kinyatere tyaonita womana hoka atyo witso atyo Haliti kaitserhare enore.

Tyotyaki atyo wakazemeritita wiwyaikyohera wihalitiyanae kore atyalihotse kakwa.

Kalini atyo wisonaehena atyo wakazemeritita hatyo atyalihotse kore, caneta zaidyatitse zema.

Rony Azoinayce & Ângelo Kezomae



*Genilson Kezomae, jovem liderança Haliti, junto com o cacique geral João Garimpeiro. Jovens sempre buscando aprender com os anciãos.
Foto: Rinaldo Arruda/OPAN*

MENSAGEM AOS JOVENS HALITI-PARESI

A nossa cultura é macro, complexa e bela. Sendo assim, devemos valorizar a nossa vida cultural e religiosa para manter viva a nossa identidade Haliti. Caso deixemos de lado esses valores de nosso povo, perderemos a nossa força natural e espiritual. Por estarmos preocupados com as mudanças que vêm ocorrendo, estamos eternizando na escrita estes conhecimentos milenares.

O espírito da natureza oferece uma vida harmoniosa e nos orienta como devemos caminhar para termos um futuro digno. É por isso que até os dias atuais ainda preservamos a essência da nossa cultura tradicional, tanto que ainda está viva a nossa identidade como povo Haliti, filhos do grandioso Enore/Deus.

Sempre fomos defensores de nosso território através da borduna, arco e flecha e diálogo.

Hoje somos e sempre seremos guerreiros também através da caneta, dos meios digitais e do diálogo.

Rony Azoinayce & Ângelo Kezomae



Salto Utiariti. Foto: Antônio Garcia



Foto: Rinaldo Arruda/OPAN

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AIRES, Júlia do Rêgo. Produção e Utilização de Alimentos pelos Paresi. Em Revista Gerando Debates, no. 1, pp. 47-71. UFMT, Cuiabá, 1994.

ALMEIDA, Edna Luzia. Sobre a vida Paresi: alguns dados censitários. Em Revista Gerando Debates, no. 1, pp. 33-47. UFMT, Cuiabá, 1994.

ANÔNIMO. Missão Rondon: Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas, sob a direção do Coronel de Engenharia Candido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. Biblioteca da Inspectoria Especial de Fronteiras. Rio de Janeiro, Ed. Typografia do Jornal do Comércio, 1916.

ARRUDA, Rinaldo. Relatório de Avaliação da Situação da área Indígena de Utiariti. FIPE/MINTER/SUDECO, janeiro de 1986.

ARRUDA, Rinaldo. Perícia Histórico Antropológica sobre as terras indígenas Parecis, Utiariti, Tirecatina, Nambiquara e Enawene-Nawe referente ao processo n.1997.5647-6. Segunda Vara da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso., 2003.

ARUZZO, Roberta Carvalho. Construindo e desfazendo territórios: as relações territoriais entre os Paresi e os não-índios na metade do século XX. XII Colóquio de Geocrítica. Bogotá, 7 a 11 de mayo. Universidade Nacional de Colombia, 2012

BADARIOTTI, Pe. Nicolao. Exploração no Norte de Matto Grosso, região do Alto Paraguay e Planalto dos Parecis. São Paulo, Escola Typ. Salesiana, 1898.

BARBOSA, Nicolau Bueno Horta - Relatório da inspeção feita de Diamantino a Vilhena: relatório apresentado à Divisão de Engenharia (G.5) do Departamento da Guerra e a Diretoria Geral dos Telégraphos, por C.M. da S. Rondon, vol. 3; anexo no 5, pp. 189-244. Publicação no 26 da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro, 1915.

BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.

BORGES, Juliano Luís. Política de saúde indígena e sua aplicabilidade entre o povo Paresi – Mato Grosso/Brasil. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFP, 2007.

BOSSI, Bartolomé. Viage pitoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuyabá y el Arino, tributário del grande Amazonas, con descripción de la Provincia de Mato Grosso bajo su aspecto físico, geográfico, mineralógico y sus producciones naturales. Paris, Lib. Parisiense, 1863.

BULBARELLI, Lilian; SOYINKA, Marcelino; MANSO, Julia; CARDOSO, Thiago. Plano de trabalho para execução de diagnóstico territorial e formação em mapeamento na TI Apyterewa. Florianópolis: Wayuri, 2013.

BUSATTO, Ivar; SECCHI, Nelson. Diagnóstico de alternativas econômicas e subsistência para uma comunidade Paresi - Aldeia do Seringal. Cuiabá: OPAN -FEMA, 1996.

CABIXI, Daniel Matenho. Educação escolar entre os Pareci, Nambikwara e Irantxe no contexto socioeconômico da Chapada dos Parecis – MT. Em Veiga, Juracilda; Salanova, Andrés(Orgs.) Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola./ Darlene Taukane... (et al). - Brasília: Funai/DEDOC, Campinas/ALB, 2001.

CABIXI, Daniel Matenho. A questão indígena. Centro de Documentação Terra e Índio, 1984.

CALÓRIO, Cláudia; COSTA, Plácido; LIMA, Artema S. A.; CORREA, Maristela Aparecida – Zoneamento Socioambiental das Terras Indígenas Utiariti e Paresi. Instituto Trópicos, Cuiabá, 2002.

CAMELLO, João Antonio Cabral - “Noticias praticas das minas do Cuiabá e Goyazes, na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre viagem que fez às minas do Cuiabá no anno de 1727”. Em Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 25, pp. 437-449, ano 1863.

CAMPOS, Antonio Pires de. “Breve notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das Minas do Cuyabá e seus recôncavos...” . Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, n. 25, pp.179-201. Rio de Janeiro, (1723) 1862.

CARNIER, C. - 1909 - Observações geológicas, geográficas e ethnográficas sobre a viagem de exploração de Cuiabá à Serra do Norte, passando por São Luis de Cáceres. Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. Anexo 5. História Natural. Geologia. Papelaria Luiz Macedo, Rio de Janeiro.

CANOVA, Loiva. Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757). Dissertação de mestrado. UFMT. Programa de pós graduação em História, Cuiabá, 2003.

CASTELNAU, Francis. Expedição às regiões centrais da América do Sul. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5ª: Brasiliana. Vol. 266-A. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

CINTRA, Elizângela, Vicuña Couto da Silva. Fluxo entre os diferentes níveis de atenção à saúde dos Paresi no Distrito Sanitário Especial Indígena de Cuiabá – DSEI Cuiabá- Mato Grosso. Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá, 2009.

CORREA FILHO, Virgílio. História do Mato Grosso. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969.

COSTA FILHO, A. Análise dos sistemas econômicos da Sociedade Paresi. Cuiabá, UFMT, 1994.

COSTA, Romana M.. Cultura e contato – um estudo da sociedade Paresi no contexto das relações interétnicas. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

COSTA, Romana Maria. Relatório de eleição e identificação das áreas indígenas Paresi: Uirapuru, Juininha, Estação Parecis, Estivadinho, Figueiras. Funai, 1987.

CPI DOS ÍNDIOS. Diário do Congresso Nacional. Seção I (suplemento). Supremo Tribunal Federal – Serviço Judiciário, junho de 1978.

FERREIRA, Joaquim Alves - “Noticia sobre os índios de Matto-Grosso dada em ofício de dez de dezembro de 1848 ao Ministro e Secretário de D'Estado dos Negócios do Império, pelo Diretor Geral dos Índios da então Província”. O Archivo, n.2, pp. 79-96, Cuiabá, 1905.

FERREIRA, Joaquim Alves. Relatório apresentado ao Ministerio do Imperio pelo Director geral dos Indios da Provincia de Mato Grosso Joaquim Alves Ferreira em 2 de Dezembro de 1848. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Código: Coleção Instituto Histórico, Lata 69, Pasta 19.

FILHO, Aderval Costa. Análise dos Sistemas Econômicos da Sociedade Paresi. Em Revista Gerando Debates, n. 1, pp. 7-33. Cuiabá: UFMT, 1994.

FILHO, João Silveira d'Angelis. A classificação e o reconhecimento dos solos pelos Paresi. Em Revista Gerando Debates, n. 1, pp. 83-94. Cuiabá: UFMT, 1994.

FONSECA, João Severiano da. Viagem ao redor do Brasil. 1875-1878. Introdução. Esboço chorographico da provincia de Matto-Grosso. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1880.

FUNAI. Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Estação Parecis. Diário Oficial da União de 06/10/2010, p.40.

FUNAI. Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Uirapuru. Diário Oficial da União de 17/11/2006, pp.47-49.

FUNAI. Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas: orientações para elaboração. Brasília: Funai, 2013.

LEITE, Serafim S. J. Pe.. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Lisboa, 1945.

LITTLE, P. E. Gestão territorial em terras indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes. Relatório para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Acre. Rio Branco, 2006

LOPES, R. - Carta Etnográfica da Rondonia, segundo os trabalhos do Prof. Roquette-Pinto e da Comissão Rondon, Junho de 1934. In ROQUETTE-PINTO. Edgard. Rondonia. Terceira Edição. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Serie V. Brasileira. Vol. XXXIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. Estação Parecis: um território expropriado. Forum Indigenismo e Antropologia da Ação. 23a. Gramado, RS: RBA, 2002.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. Identificação e delimitação da Área Indígena “Estação Rondon” (Estação Parecis) – Diamantino, MT. In MALDI, Denise (org.) – Direitos indígenas e Antropologia: laudos periciais em Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 1994.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. “Memórias de Maximiano Enoré”. Boletim do Museu Rondon, série documentos: fontes orais, Antropologia n. 1. Cuiabá: UFMT, 1985.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Waymare e Katxiniti, grupos Paresi. Tese de Doutorado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1994.

MACIEL, Márcia R. A. Raiz, planta e cultura: as roças indígenas nos hábitos alimentares do povo Paresi, Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil. Tese de Doutorado. Botucatu: UNESP, 2010. 216p. MMA. Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação. SCARIOT, Aldicir, SOUSA-SILVA, José Carlos, FELFILI, Jeanine (orgs.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 439p.

MARCELHAS E SOUZA, Íris de; MARTINI, Paulo Roberto. “Reservas indígenas e fronteiras agrícolas na Chapada dos Parecis (MT): uma análise temporal por imagens TM-LANDSAT”, In Estudos Avançados 40, São Paulo, set/dez 2000.

MELGAÇO, Barão de. “Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso” in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 205, 1949.

MOI, Flavia Prado e MORALES, Walter Fagundes. Arqueologia e gestão de recursos culturais entre os Paresi da Chapada dos Parecis, MT (Brasil). Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas. vls. 11 e 12, n. 20 e 21, jul./dez. 2008 e jan./jun. 2009, p. 183-218.

MOURA E SILVA, Pe. José de. Documentário. Cuiabá, Missão Anchieta, 1980.

NINUENDAJU, CURT- Mapa etno-histórico do Brasil e Regiões adjacentes. Adaptado do Mapa de Curt Ninuendaju, 1944. Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju. Fundação IBGE e INL, 1987.

OBERG, Kalervo - Indian tribes of northern Mato Grosso, Brasil. (Smithson. Instn. Social Anthropol. Publ. 15). Washington, D.C.: Government Printing Office, 1953.

OBERG, Kalervo - “Types of social structure among the lowland tribes of Central and South America”. In: Peoples and cultures of native South America . Daniel Gross (Ed.), New York, Doubleday, 1973.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA – OPAN. Diagnóstico de alternativas econômicas e de subsistência para uma comunidade Paresi aldeia do Seringal – Cuiabá, PNUD, 1996.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA – OPAN. Censo dos Paresi – Cuiabá, PNUD, 1997.

PAES, Maria Helena Rodrigues. Na fronteira: os atuais dilemas da escola indígena em aldeias Paresi de Tangará da Serra-MT, num olhar dos Estudos Culturais. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 2002.

PEREIRA, Adalberto Holanda. O pensamento mítico do Paresi. Pesquisas, Antropologia n°41. Rio Grande do Sul: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1986.

PRICE, David - Pareci, Cabixi, Nambikwara: a case study in the Western classification of native peoples. J. Soc. Americanistas n.69, pp.129-48, 1983.

REIS e SILVA, Lorena França. Mímesis de si mesmos: a construção da autorrepresentação imagética dos Paresi. Revista cadernos de campo, n. 23, pp. 1-381, São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Fernando da Silva - Marechal Rondon e a Trajetória de um Militar Sertanista na Primeira República Brasileira: Investigação sobre a Intervenção do Estado e o Processo Civilizador da População Indígena. Estudos Ibero-Americanos, v. 43, n. 1, p. 122-134, jan.-abr. Porto Alegre, 2017

RONDON, Cândido M. da Silva - Índios do Brasil. vol. II. DF: Ministério da Agricultura, 1953.

RONDON, Cândido M. da Silva - História Natural: etnografia. Publicação no. 2 da Comissão de Linhas Telegráficas de Matto-Grosso ao Amazonas; Anexo no. 5. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, [1910] 1947.

RONDON, Cândido M. da Silva - Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégraphos e à Divisão Geral de Engenharia (G.5) do Departamento de Guerra, vol. I, Rio de Janeiro, Papelaria Luiz Macedo, 1910.

RONDON, Cândido M. da Silva — Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra pelo Tenente Coronel Candido Mariano da S. Rondon. Segundo volume, construção. Publicação 39 do Catálogo Geral das Publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Ministério da Agricultura, [1907 – 1910] 1915.

RONDON, Cândido M. da Silva - Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra pelo Tenente Coronel Candido Mariano da S. Rondon. Volume 3. Publicação no 26 da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro. 1915.

RONDON, Cândido M. da Silva - Conferências realizadas nos dias 5, 6 e 9 de outubro de 1915 ... sobre os trabalhos da Expedição Roosevelt e da Comissão Telegráfica. Rio de Janeiro. Comissão Rondon, 42. 1916.

RONDON, Cândido M. da Silva. Publicação no. 2 da Comissão Rondon: Anexo no. 5, 2a. edição, Rio de Janeiro, 1945.

ROQUETTE-PINTO. Edgard. - Rondonia. Terceira Edição. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Serie V. Brasileira. Vol. XXXIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

SALLES, Pedro Paulo. A sociedade secreta das Iyamaka, as “flautas” Paresi Haliti. DEBATES | UNIRIO, n. 19, p.208- 235, nov., 2017

SANTOS, Gilton Mendes dos. Caracterização das espécies e variedades vegetais cultivadas pelos Paresi. Em Revista Gerando Debates, n.1, pp. 71-83. UFMT, Cuiabá, 1994.

SCHMIDT, Max. “Los Pareisis”- Revista de la Sociedad Científica del Paraguay. Tomo VI, no. 1, Assuncion, 1943.

SCHMIDT, Max. Resultados de minha expedição bial a Mato Grosso. Boletim do Museu Nacional. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1942. P. 241-287.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida - “Extrato da descrição geographica da província de Matto Grosso feita em 1797”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 6: 156-196. Rio de Janeiro, 1884.

SILVA, Renata Bortoletto. Morfologia Social Paresi: uma etnografia das formas de sociabilidade em um grupo Aruak do Brasil Central. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 1999.

SILVA, Renata Bortoletto. Oloniti e o castigo da festa errada: relações entre mito e ritual entre os paresi. Revista Cadernos de Campo, no. 13: 91-100, 2005.

SILVEIRA, Ediléia Patrícia da. Florística e estrutura da vegetação de cerrado sensu stricto em terra indígena no noroeste do estado de Mato Grosso. Cuiabá (MT): UFMT, 2010. 62 p.

SILVEIRA, Ema Maria dos Santos. Cultura como desenvolvimento entre os Paresi Kozarene. Dissertação de mestrado. UFRN, 2011.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Os Haliti (Paresi): uma tentativa de recuperação histórica. Cuiabá, UFMT, 1992.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá, Entrelinhas, 2002.

SLETTO BJORN. Mapping the Pemon Homeland. In: ACSELAD, Henrique, GUEDES, André D., MAIA, Lais J. Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 2015

SOYINKA, Marcelino. Relato das oficinas de etnomapeamento realizadas na TI Marãiwatsédé. S. Felix do Araguaia: Opan & Ansa, 2013.

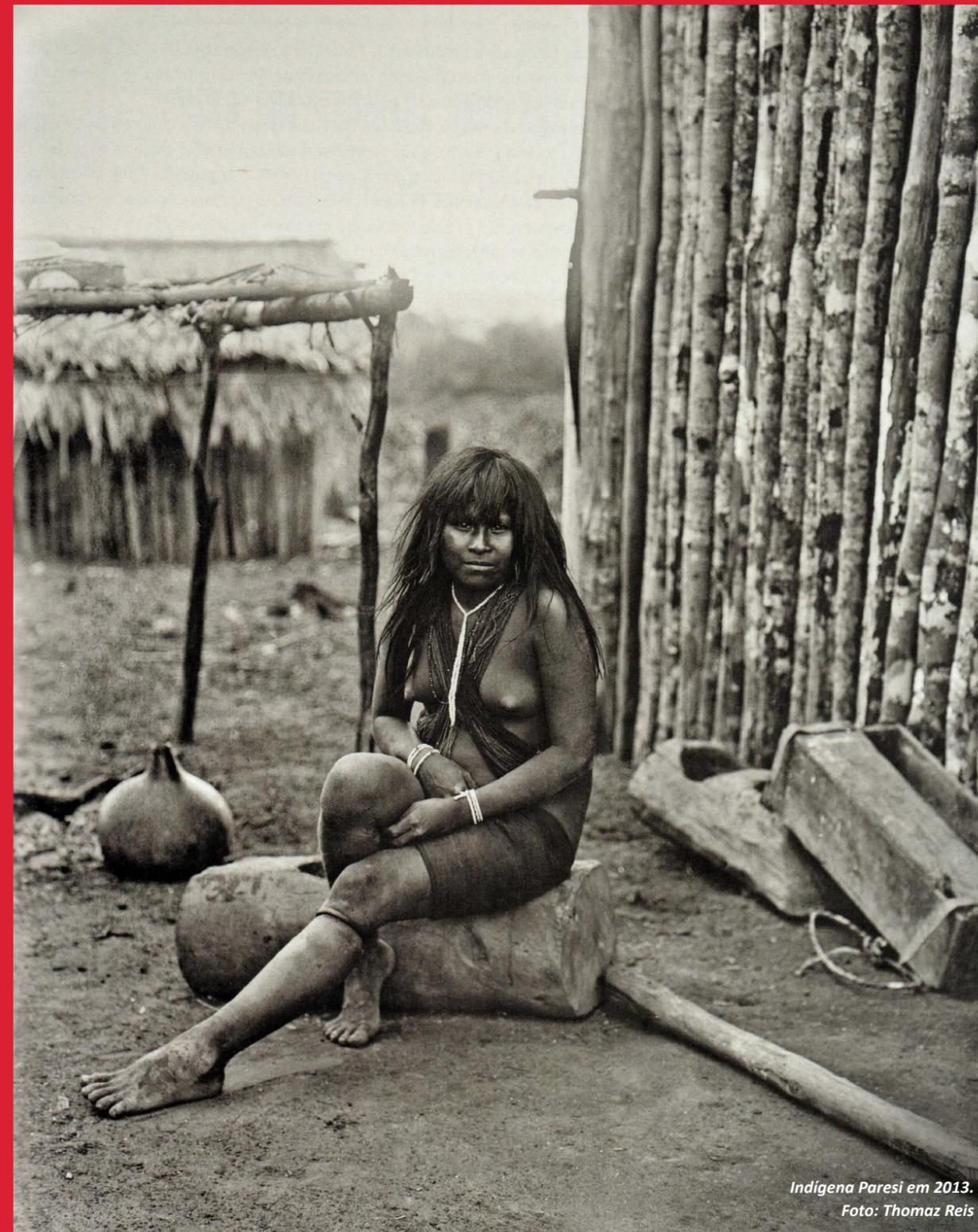
STEINEN, Karl von den. “Entre os aborígenes do Brasil Central”. Separata renumerada da Revista do Arquivo Nos. XXXIV a LVIII. São Paulo, Departamento de Cultura, pp. 539-565, 1940.

TORRES, Manoel Rodrigues - Relatório para D. João V. 30/06/1738. AHU, Papéis Avulsos de Mato Grosso, Caixa 2. Documentos 83 e 84. 1738

VIVEIROS, Esther de. Rondon conta sua vida. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958.

WERNECK, Adriana Regina. “A Ponte de Pedra, travessia para outros mundos”. História Oral, v. 2, n. 14, p. 89-106, jul.-dez. 2011.

ZENAZOKENAE, Leonir Evandro; TERÇAS, Ana Cláudia Pereira; NASCIMENTO, Vagner Ferreira do; HATTORI, Thalise Yuri; ATANAKA, Marina; LEMOS, Elba Regina Sampaio de – Os Haliti-Paresi: uma reflexão sobre saúde e demografia da população residente nas terras indígenas Paresi. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 10, n.1, pp. 226-253, 2016.



Indígena Paresi em 2013.
Foto: Thomaz Reis